

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
TERRITÓRIO (UFMG/UNIMONTES)**

GABRIEL COSTA RIBEIRO

**LUTAR COM OS PÉS NO CHÃO PARA CONTINUAR CAMINHANDO: UMA
ECOLOGIA POLÍTICA DA MEGAMINERAÇÃO DE FERRO NO DISTRITO
DO VALE DAS CANCELAS (GRÃO MOGOL/MG)**

MONTES CLAROS, JULHO DE 2018

GABRIEL COSTA RIBEIRO

**LUTAR COM OS PÉS NO CHÃO PARA CONTINUAR CAMINHANDO: UMA
ECOLOGIA POLÍTICA DA MEGAMINERAÇÃO DE FERRO NO DISTRITO DO
VALE DAS CANCELAS (GRÃO MOGOL/MG)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território Universidade Federal de Minas Gerais , como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientador: Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski (DAA/UFMG)

Coorientadores: Profa. Dra. Felisa Cançado Anaya (DSMC/Unimontes)

MONTES CLAROS, JULHO DE 2018

Ribeiro, Gabriel Costa.

R4841 Lutar com os pés no chão para continuar caminhando: uma ecologia
2018 política da megamineração de ferro no distrito do Vale das Cancelas (Grão
Mogol/MG) / Gabriel Costa Ribeiro. Montes Claros, 2018.
104 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente
e Território, Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências
Agrárias.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski
Banca examinadora: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa, Prof. Dr.
Aderval Costa Filho.

Inclui referências: f. 93-103.

1. Grupos sociais -- Brasil. 2. Ecologia humana. 3. Ferro -- Minas e
mineração. 4. Sociologia rural. I. Laschefski, Andréa Luisa Zhouri
(Orientadora). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de
Ciências Agrárias. III. Título.

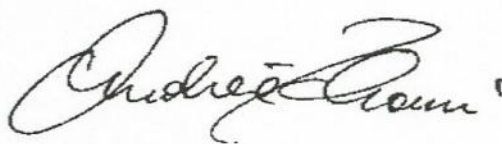
CDU: 316.334.55 (815.1)

Gabriel Costa Ribeiro

**Lutar com os pés no chão para continuar caminhando: uma Ecologia
Política da megamineração de ferro no distrito do Vale das Cancelas
(Grão Mogol/MG)**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado Associado UFMG-Unimontes em
Sociedade, Ambiente e Território, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Sociedade, Ambiente e Território
Área de Concentração: Sociedade, Ambiente
e Território
Linha de Pesquisa: Sociedade e Ambiente

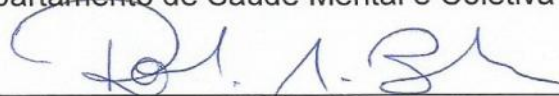
Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski (Orientadora)
Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA/UFMG)



Profa. Dra. Felisa Cançado Anaya (Co-orientadora)
Departamento de Saúde Mental e Coletiva (Unimontes)



Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (Avaliador)
Departamento de Política e Ciências Sociais (Unimontes)



Prof. Dr. Aderval Costa Filho (Avaliador)
Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA/UFMG)

Montes Claros, 17 de outubro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Minha estadia e mudança para a cidade de Montes Claros representou um novo ciclo de vida repleto de vivências, momentos bons e outros difíceis, mas, sobretudo engrandecedores. A princípio o meu plano era cumprir os créditos obrigatórios do mestrado e retornar para Belo Horizonte, minha terra natal, e para isso estipulei o prazo de um ano. Quando iniciei essa jornada em agosto de 2016, projetei de forma bem pragmática como seria ‘a linha de chegada’, porém mal imaginava as intensas mudanças e transformações as quais estaria sujeito a partir dessa decisão.

Aconteceu de tudo nos últimos dois anos: rompi um relacionamento de sete anos para viver uma aventura que durou cinco meses, e depois de todo este furacão, fui encontrar nos olhos de quem menos esperava o aconchego e o conforto de um amor correspondido e maravilhoso; residi em três residências distintas, cada uma com sua peculiaridade; entrei numa verdadeira ‘revolução nutricional’ que incluiu a abstenção de carne vermelha, branca, açúcar e produtos industrializados; enfim, poderia dizer mais um apanhado de mudanças mas tenho poucos caracteres para agradecer tudo e todas as pessoas importantes nessa caminhada.

Conheci muita gente bacana e com histórias de vida inspiradoras, professores de disciplina, colegas de sala, figuras envolvidas com a luta por justiça ambiental, irmãos espirituais, todos foram muito importantes para essa vitória. Sinto-me completamente realizado com todas as experiências, trocas e conversas compartilhadas neste percurso. A todos vocês, sem distinção, a minha sincera gratidão.

Vamos agora aos agradecimentos especiais. Primeiramente, à CAPES e ao CNPq, que me confiaram recursos financeiros extremamente importantes para a realização deste trabalho. À Isabel, Sofia e Miguel, verdadeiras pérolas que vieram alegrar minha vida e coração e literalmente transbordar de amor. Aos meus familiares, especialmente meus pais Marco Polo, Leonor e Tania, vocês fizeram tornar o sonho da pós-graduação possível. Aos queridos irmãos da Flor da União: Carla, Fernando, Artur, Maria, Joana, Thiago, Brenner, Walmir, Victor Hugo, Clareana, Gracielen, Rosália, Plínio, Ângela e Mathias. Olho para trás e vejo o quanto cresci e aprendi com vocês! À Maria Clara e Juliana.

Agradeço do fundo do meu coração às Professoras Andréa Zhouri e Felisa Anaya, pela orientação e parceria. Ao GESTA por todo o suporte. Saudações ao Vinícius Papatella, pela amizade e contribuições para o trabalho. Aos professores e colegas do PPGSAT, nas figuras de Rômulo Soares e Flávia Galizoni. Por último, agradeço aos geraizeiros do Vale das Cancelas, nas figuras de *Antônio* e *Maria*. Podem ter certeza que dei o melhor de mim.

RESUMO

Atualmente, vivemos tempos cujas assimetrias proporcionadas pela relação entre desenvolvimento e desigualdade são visíveis e marcantes, e temáticas como terra e território tornam-se cada vez mais importantes. A partir da década de 1980, houve uma ampliação dos direitos cidadãos e da consciência dos mesmos por uma parcela da população, mudanças que proporcionaram mais espaço para a resistência e reivindicações acerca do direito coletivo e consuetudinário. Minas Gerais possui uma grande quantidade de povos e comunidades tradicionais com características diferenciadas, emergindo, por exemplo, de identidades étnicas (indígenas, povos de terreiro, quilombolas, ciganos), vinculados a ecossistemas específicos (geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros), e também definidos por atividades agroextrativistas (apanhadores de flores sempre-vivas, faiscaidores), dentre outras categorias objetivadas em movimento social. Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar como a luta do movimento geraizeiro do Vale das Cancelas pelo reconhecimento legal do seu território tradicional se fortalece no processo de enfrentamento ao Projeto Vale do Rio Pardo, um complexo minerário previsto para extração de minério de ferro com base em Grão Mogol, município situado nos confins da Serra do Espinhaço ao norte de Minas Gerais. O trabalho busca fornecer uma análise acadêmica amparada nos estudos sobre a ecologia política, o *neoextrativismo* e o reconhecimento legal dos povos e comunidades tradicionais perante a perspectiva etnográfica, tendo o Acampamento Alvimar Ribeiro como *locus* de pesquisa, analisando-o como uma ocupação política interessada na visibilização e homologação do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas.

PALAVRAS-CHAVE: povos tradicionais; Ecologia Política; megamineração; Redemovimento social dos geraizeiros; Serra Geral.

ABSTRACT

Today, we live times whose asymmetries provided by the relationship between development and inequality are visible and striking, and thematic as land and territory become important. From the 1980s onwards, there was an expansion of citizen rights and awareness of them of the population, changes that provided more space for resistance and claims about collective and customary law. Minas Gerais has a large number of traditional peoples and communities with distinct characteristics, emerging from, for example, ethnic identities (indigenous peoples, terreiro, quilombolas, gypsies), linked to specific ecosystems (geraizers, ebb tillage, caatingueiros, veredeiros), and also defined by agro-extractive activities (pickers of evergreen flowers, faiscaidores), among other categories objectified in social movement. This master's thesis aims to analyze how the struggle of the Vale das Cancelas movement for the legal recognition of its traditional territory is strengthened in the process of confronting the Vale do Rio Pardo Project, a complex mining project for the extraction of iron ore based in Grão Mogol, a municipality located in the Serra do Espinhaço to the north of Minas Gerais. The work seeks to provide an academic analysis based on studies on political ecology, neo-extractivism and legal recognition of traditional peoples and communities from the ethnographic perspective, with Camp Alvimar Ribeiro as a locus of research, analyzing it as a political occupation interested in visibility and homologation of the Traditional Territory of Vale das Cancelas.

KEYWORDS: traditional peoples; Political Ecology; megamining; Network-social movement of the geraizeiros; Serra Geral.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA - Agência Nacional das Águas
ACP - Ação Civil Pública
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAA - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental do estado de Minas Gerais
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DILIC – Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA
DUP – Declaração de Utilidade Pública
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FCP – Fundação Cultural Palmares
FMI – Fundo Monetário Internacional
GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA - Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
Mtpa – Milhões de Toneladas por Ano
MPMG – Ministério Público do estado de Minas Gerais
PAAF - Procedimento de Apoio à Atividade Fim
PIB – Produto Interno Bruto
PPGSAT - Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território
PVRP - Projeto Vale do Rio Pardo
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAM - Sul Americana de Metais S.A.
SUPRAM – Superintendência Regional de Regularização Ambiental
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UHE - Usina Hidrelétrica
VNN - Votorantim Novos Negócios

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: INDEXMUNDI. **Evolução do preço global do minério de ferro nos últimos quinze anos.** 2018.

Extraído de: indexmundi.com/pt/pre%27os-de-mercado/?mercaadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=180

Figura 2: RIBEIRO, Gabriel. **Projetos previstos ou embargados nas regiões Sudeste e Centro-sul Baiano.** 2018.

Figura 3: BRANDT. **Complexo SAM em perspectiva.** 2012.

Extraído do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo

Figura 4: RIBEIRO, Gabriel. **Estrutura societária da Sul Americana de Metais S.A.** 2018.

Figura 5: RIBEIRO, Gabriel. **Acampamento Alvimar Ribeiro, sob a luz do crepúsculo.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

Figura 6: RIBEIRO, Gabriel. **Casa de Dona Gertrudes, na entrada do Acampamento Alvimar Ribeiro.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

Figura 7: RIBEIRO, Gabriel. **Horta PAIS do Antônio, à beira de uma gruta - Núcleo Tingú.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

Figura 8: RIBEIRO, Gabriel. **Salão de convenções do Acampamento Alvimar Ribeiro.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

Figura 9: RIBEIRO, Gabriel. **Família Benquerer perfilada em frente à igreja católica de Grão Mogol, em meados da década de 1920. Dona Quita segurando o tio-avô Lúcio e vovó Bela logo acima.** Grão Mogol, *s/d*.

Figura 10: RIBEIRO, Gabriel. **Entrada do Acampamento Alvimar Ribeiro, Serra Geral ao fundo.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

Figura 11: RIBEIRO, Gabriel. **Barracões e cinzas da fogueira acesa na madrugada anterior, Fazenda Rio Rancho ao fundo.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

Figura 12: RIBEIRO, Gabriel. **Barracão do Senhor Adenor.** Vale das Cancelas (Grão Mogol), 2017.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO | 12 |
| A ECOLOGIA POLÍTICA COMO GUIA ANALÍTICO EM PESQUISAS SOBRE OS CONFLITOS AMBIENTAIS | 12 |
| FERRAMENTAS METODOLÓGICAS | 16 |
| CAPÍTULO 1 - POLÍTICA, ECONOMIA E MEGAMINERAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI: a Sul Americana de Metais e o Projeto Vale do Rio Pardo em exame | 22 |
| 1.1 NEOEXTRATIVISMO E REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA | 22 |
| 1.2 MINAS GERAIS E A MEGAMINERAÇÃO: TRAGÉDIA ANUNCIADA? | 24 |
| 1.3 A SUL AMERICANA DE METAIS E O PROJETO VALE DO RIO PARDO | 31 |
| LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS | 31 |
| O GRUPO VOTORANTIM E A CRIAÇÃO DA SUL AMERICANA DE METAIS S.A. | 38 |
| CAPÍTULO 2 - AS VOZES DA RESISTÊNCIA NOS GERAIS: o processo de formação dos geraizeiros como sujeitos políticos | 43 |
| 2.1 POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS | 43 |
| PARA COMEÇO DE CONVERSA: UMA ETIMOLOGIA DOS POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL À LUZ DOS CONCEITOS DE CULTURA, AMBIENTE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE | 43 |
| DESENVOLVIMENTO E RECONHECIMENTO DE DIREITOS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS | 51 |
| 2.2 O MOVIMENTO GERAIZEIRO DO NORTE DE MINAS | 56 |
| O QUE É (O) SER GERAIZEIRO? | 56 |
| CAPÍTULO 3 - OS ECOS DA RESISTÊNCIA NOS GERAIS: a luta pela demarcação do Território Geraizeiro do Vale das Cancelas | 63 |
| 3.1 UMA ETNOHISTÓRIA DOS GERAIZEIROS DOS GERAIS DA SERRA | 63 |
| OS DOIS PRIMEIROS CICLOS DE CONFLITOS AMBIENTAIS TERRITORIAIS | 63 |
| O Opositor ganha em magnitude: das monoculturas à era dos grandes projetos desenvolvimentistas no Vale das Cancelas | 66 |
| 3.2 OS BASTIDORES DE UM SONHO | 71 |
| DA LUTA CONTRA O PVRP AO FORTALECIMENTO DE UM MOVIMENTO REINVINDICATÓRIO ORGANIZADO | 71 |
| O TERRITÓRIO TRADICIONAL GERAIZEIRO DO VALE DAS CANCELAS | 77 |
| 3.3 UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O ACAMPAMENTO ALVIMAR RIBEIRO | 84 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91 |
| REFERÊNCIAS | 93 |
| ANEXO | 104 |

Que os meus pés permaneçam sujos de terra, e as mãos estendidas ao outro, livres da insegurança de maços, vidros e pedaços... Que o som reverbere à ação, fazendo jus ao coração. Que quando eu cair e errar, toda a minha vaidade se envergonhe da humildade. E quando o menino chorar, que o homem o levante e a pureza e a sabedoria se abracem. Que em ruas cheias de multidão, dentes, fumaça e uréia, o céu guie ao caminho de volta para o lar, infinito lar (adaptado de SAT NAM, 2015).

INTRODUÇÃO

Transformações territoriais e sociais ocasionadas por grandes projetos de desenvolvimento demandam dos pesquisadores atentos às dinâmicas de regulação, uso e apropriação dos espaços e da natureza, esforços e grandes investimentos para o exercício de uma reflexão crítica sobre situações reais do nosso lugar e do nosso tempo, sobre as quais, não raro, reparações são impossíveis e onde todo tipo de violência ainda tem sido praticada e legitimada.

Em Minas Gerais, a pesquisa sistemática dos chamados conflitos ambientais ganhou força em alguns núcleos de pesquisa nos últimos anos, bem como ações de assessoria a grupos atingidos por projetos geradores de injustiças ambientais. É importante destacar a conexão em comum entre estes grupos: a busca por diálogos francos e construtivos com os seus interlocutores de pesquisa, onde temas como licenciamento ambiental e participação popular podem ser empiricamente debatidos, favorecendo a criação coletiva de estratégias de atuação, redes e centros formais e informais de resistência e defesa da cidadania¹.

Cientes de que toda produção de conhecimento é delineada por um emaranhado de relações sociais na perspectiva de poucos atores, ou seja, possui posicionamento específico, estes pesquisadores têm se dedicado em considerar e interpretar *relações de poder*. Compreender a prática científica sob o prisma dos fenômenos sociais e políticos é tocar de forma profunda no debate sobre assuntos em voga na sociedade, como as desigualdades sociais, questões de gênero, trabalho e renda, a degradação ambiental e as injustiças sociais como efeitos da apropriação capitalista dos espaços. É transpor os discursos e perceber-se como sujeito na luta por equidade.

Vivemos num tempo em que a racionalidade moderna avança sobre os territórios por meio da concepção do meio ambiente como capital, do dinheiro como motor das sociedades e do meio técnico-científico-informacional como sistema ideológico dominante. De forma singular, o planejamento e o uso dos espaços passam a ser regidos por valores, intenções e sociabilidades, e é nessa fricção de visões de mundo que emergem os conflitos ambientais,

¹ Destacam-se as atividades de pesquisa e extensão realizadas por núcleos como o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG), o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-Unimontes), o Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS-UFJF), o Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA-UFSJ), o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA-UFOP), e o Laboratório de Cenários Socioambientais em Municípios com Mineração (LabCen-PUCMinas). Projetos como o “Cidade e Alteridade” e “Polos de Cidadania” (Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG), bem como o “Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – PACAB” (Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFV) são iniciativas que também executam importantes trabalhos dentro do campo dos conflitos ambientais em Minas Gerais.

que mobilizam atores e agentes com racionalidades distintas e pautadas em relações de poder notadamente desiguais. Eles exprimem as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e apropriação dos recursos, evidenciando sensíveis contradições entre as práticas e valores apropriados pelo capital com os sistemas organizativos, relacionais e valorativos de determinados sujeitos sociais por onde as diferenças se explicitam.

Minha trajetória acadêmica iniciou-se e foi desenvolvida nas atividades de pesquisa e extensão do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Desde 2001, este grupo realiza atividades junto a comunidades rurais, quilombolas, urbanas, indígenas, vazanteiras, geraizeiras, dentre outras. Ao longo de sua trajetória, o núcleo de pesquisa buscou evidenciar os diferentes processos, lógicas e racionalidades de apropriação do território mineiro, bem como as desigualdades ambientais inerentes às tramas sociais e políticas que os acompanham.

O GESTA é um laboratório de experiências e ousadias no fazer acadêmico, que navega pela transdisciplinaridade, flerta com a indisciplinaridade e estabelece diálogos entre saberes e fazeres próprios da Ecologia Política e dos movimentos sociais (ZHOURI, 2016:17).

Mapear conflitos ambientais é também visibilizar a coexistência de geografias distintas, um exercício importante para a identificação espacial de atividades econômicas que se chocam com outras formas de apropriação, uso e ocupação do território. Trata-se da construção de um processo de conhecimento motivado pelo diálogo entre várias disciplinas capazes de conectar de forma profunda as dimensões de tempo e espaço, para assim melhor entender quais são as dinâmicas e disputas em jogo. Cartografá-las, para além dos mapas dos institutos e agências oficiais, é o principal objetivo do portal eletrônico *Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*², um instrumento de luta que permite a visualização de casos através de um *website* interativo e de fácil manuseio, acumulando por meio de registros empíricos as diversas vozes dos sujeitos envolvidos.

A partir de 2012, grande parcela da agenda extensionista do Grupo passa a estar comprometida com o universo dos atingidos pela mineração, em virtude dos sucessivos contatos estabelecidos por moradores de municípios inseridos na rota da expansão da

² Em 2007, uma parceria entre o GESTA-UFMG, o NINJA-UFSJ e o NIISA-Unimontes deu início à pesquisa Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Foram identificados, caracterizados e classificados casos de conflito ambiental institucionalizados em arquivos do Ministério Público, bem como os não-formalizados relatados em oficinas e trabalhos de campo. Um sítio eletrônico foi lançado em 2011 e atualizado em 2014, agora intitulado como Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, que contém a atualização do Mapa e novos recursos de comunicação. Atualmente estão disponíveis 505 fichas técnicas com casos emblemáticos de conflito que são de considerável reconhecimento público ou relevância local e regional.

fronteira minerária no estado. Minha atuação como pesquisador do GESTA-UFMG tem origem no período 2013-2014, quando me integrei às atividades relacionadas ao estudo dos casos Minas-Rio e Manabi na Região Metropolitana da Belo Horizonte. Nessa linha, desenvolvi uma pesquisa cujos resultados encontram-se sistematizados no meu Trabalho de Conclusão de Curso, que examina as abordagens e estratégias de negociação utilizadas pela empresa Manabi no licenciamento ambiental do projeto. Em relação à presente dissertação de mestrado³, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Ambiente e Território (PPGSAT) - linha de pesquisa Sociedade e Ambiente, discuto como o empreendimento minerário Projeto Vale do Rio Pardo (PVRP) - pleiteado pela empresa *Sul Americana de Metais S.A* (SAM), e idealizado nos mesmos moldes dos demais projetos supracitados, incitou o fortalecimento do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas, no município de Grão Mogol.

Temos aqui, de um lado, os interesses das grandes corporações, estimulada por arranjos político-institucionais idealizados e dirigidos por atores nacionais e internacionais, atuando em consonância com a presença do Estado na condição de avalista de interesses. Por outro, sujeitos sociais, vítimas das mais variadas formas de violência, se organizam em um coletivo e buscam acessar mecanismos de salvaguarda a direitos cujas garantias deveriam em tese ser garantidas pelo mesmo poder público.

É nessa ambiência que esse projeto de dissertação se insere e se justifica. O objetivo central do trabalho é analisar como os geraizeiros, ao enfrentarem o PVRP, se articularam e se fortaleceram na luta pelo reconhecimento legal do território tradicional geraizeiro. A escolha deste tema tem relação direta com o meu contato com lideranças geraizeiras a partir de 2014, mais precisamente quando o GESTA-UFMG organizou o VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e o Lançamento do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, ambos em Belo Horizonte. Os relatos de experiências durante os eventos me instigaram a considerar uma mudança para Montes Claros com vistas a acompanhá-los mais de perto, pois ao primeiro olhar percebi que as nuances do caso retratavam um rico enredo de luta e resistência na busca por *outro desenvolvimento*.

O título *Lutar com os pés no chão para continuar caminhando* tem uma razão de ser bem peculiar e tem muito a ver com um despertar no qual o PPGSAT tem me proporcionado quanto ao compromisso com os sujeitos sociais. Essa frase eu escutei de uma liderança

³ Essa dissertação insere-se no projeto de pesquisa *Nova fronteira minerária, land grabbing e regimes fundiários: consequências socioambientais e limites da gestão de conflitos* (CNPq Processo 445550/2014-7).

geraizeira em ocasião da minha primeira viagem de campo ao Acampamento Alvimar Ribeiro, em meados de abril de 2017, ocupação criada com o intuito de visibilizar suas reivindicações territoriais. Metaforicamente falando, quando se coloca os pés no chão, evidente que não é possível colocá-lo em todo lugar, você sempre estará se colocando dentro do emaranhado de relações sociais na perspectiva de alguns atores. Portanto, ele realça meu compromisso de responsabilidade com os sujeitos sociais, pois em termos figurados não quis apenas ficar ‘sobrevoando’ sem descer ao chão. Pelo contrário, quis colocar o meus pés na realidade e me transformar como pessoa no ofício da pesquisa acadêmica, e enxerguei nesse caso grandes possibilidades para este fim.

O Capítulo 1 articula o estudo de caso da SAM a contextos econômico-políticos mais abrangentes, com destaque para as dinâmicas *neoextrativistas* de acumulação que se desenvolveram no país nas últimas décadas. Já o Capítulo 2 busca trazer uma contribuição reflexiva acerca dos elementos que caracterizam os povos tradicionais no panorama brasileiro, enfatizando como a trajetória dos geraizeiros do Norte de Minas contribuiu para a formação de sujeitos políticos engajados na luta por direitos coletivos. Por último, o Capítulo 3 traça um olhar etnográfico sobre os geraizeiros do Vale das Cancelas, dedicando-se a estabelecer uma *etnohistória* desses povos tradicionais, para em seguida, criar uma narrativa construída a partir de dados empíricos acerca dos fatores que estimularam a consolidação de um movimento reivindicatório organizado, tendo como ponto de partida a resistência ao PVRP. As últimas páginas apresentam o contexto atual, sobretudo após o surgimento do Acampamento Alvimar Ribeiro e iniciada a luta pelo reconhecimento legal do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas.

OBJETIVO GERAL

⇒ Analisar como a luta do movimento geraizeiro do Vale das Cancelas pelo reconhecimento legal do seu território tradicional se fortalece no processo de enfrentamento ao Projeto Vale do Rio Pardo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

⇒ Realizar uma leitura analítica do licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo e da estrutura societária da Sul Americana de Metais S.A., visando identificar estratégias e padrões corporativos semelhantes aos observados em outros empreendimentos *neoextrativistas* no estado de Minas Gerais.

⇒ Registrar a partir da perspectiva dos atores locais como se deu a trajetória de resistência no licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo e do movimento de reivindicação do território tradicional no Vale das Cancelas.

MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o ‘kit de ferramentas’ utilizado para a elaboração do presente trabalho. Primeiramente, busca sintetizar os principais pressupostos inscritos na discussão do campo da Ecologia Política e como eles são capazes de suportar, amparar e dar credibilidade em termos teórico-metodológicos à discussão proposta nos capítulos. Logo em seguida, é descrita a metodologia utilizada, orientada basicamente pela mescla entre recursos advindos da *expertise* construída pelas ciências sociais e métodos interdisciplinares utilizados para melhor exprimir determinadas realidades sociais, ambientais e econômicas em diversos níveis, sejam eles locais, regionais ou globais.

A ECOLOGIA POLÍTICA COMO GUIA ANALÍTICO EM PESQUISAS SOBRE OS CONFLITOS AMBIENTAIS

Discutir as transformações efetuadas na retaguarda dos grandes projetos de regulação, uso e apropriação dos componentes da natureza implica na escolha de determinados *conceitos-chave*. Eles atuam no nosso imaginário, exercendo papel decisivo na assimilação, incorporação e/ou refutação de estratégias, políticas e discursos. Sendo assim, cada palavra, ao seu tempo, vai se capilarizando no universo da aplicabilidade dos conceitos, sendo também lapidada por matrizes ideológicas que as sustentam.

Desde a década de 1960, as questões ambientais tornaram-se centro das atenções dos grandes debates internacionais que envolveram as principais economias do mundo⁴. Até então, desenvolvimento e meio ambiente eram vistos como ideias opostas. Contudo, as discussões relacionadas aos alcances e limites da industrialização sobre os recursos naturais motivaram uma “fuga para frente” do modo capitalista de produção através de arranjos conceituais que visaram transformar a ecologia em economia. Surge então o *capitalismo ecológico*, cujo objetivo seria a incorporação dos constrangimentos ecológicos na lógica do capital.

⁴ A produção do Clube de Roma, iniciada em 1968, e seu relatório final são apontados como um marco histórico na discussão das preocupações com os impactos da industrialização sobre o ambiente. Naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a primeira conferência sobre o meio ambiente e o homem, que se realizou em 1972 em Estocolmo. Nessa ocasião, foram discutidos os problemas decorrentes da ação humana sobre a natureza, especialmente a degradação ambiental e suas consequências.

A sociedade comunicacional, ou capitalismo ecológico, resulta de uma dupla “necessidade”: a de, para os países desenvolvidos, reorientar o seu crescimento para produções menos destruidoras e a de, para o capitalismo internacional, se “ressocializar” na escala mundial (DUPUY, 1981:21 *aspas do autor*).

Chesnais & Serfati (2003:1) apontam que “por detrás de palavras como ecologia e meio ambiente ou ainda nas expressões ‘questões ecológicas’ e ‘questões ambientais’ encontra-se, nada menos, do que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos, e até mesmo, de certos países”. Nessa perspectiva, o ‘esverdeamento do capitalismo’ trata-se de uma visão capitalista de como o ambiental deve ser incorporado à sua lógica, por intermédio de reformas estruturais orientadas pela perspectiva da modernização ecológica⁵. Em termos geopolíticos, os recursos naturais continuaram sendo extraídos, sobretudo nos países do “Sul” e do antigo “Leste”, distantes das grandes potências econômicas situadas no eixo do sistema financeiro global. Há, portanto, a manutenção de um *modus operandi* apoiado tanto na extração dos recursos quanto nas emissões de poluentes, definitivamente alheio à ilusão de sociedades pós-industriais.

O conjunto de traços históricos, econômicos, políticos e culturais existentes na América do Sul, na África e no Sul Asiático trazem consigo um conjunto de relações ambivalentes de modernidade e colonialidade, por onde perdura até nos tempos atuais a violência do esquema colonial/imperial moderno (LANDER, 2005). Guiados pelo “farol do desenvolvimento” (SACHS, 2000:115), muitos governantes foram submetidos a uma agenda de sacrifícios em tese necessários para o dito progresso. Segundo Sachs (2000), trata-se de uma visão que tem como marco o ano de 1949, quando o discurso do presidente norte-americano Truman encontrou eco ao inaugurar o termo *subdesenvolvimento*, em referência a esse conjunto de países.

Ver o desenvolvimento como discurso produzido historicamente implica examinar as razões que levaram tantos países a se considerar como subdesenvolvidos no período pós-segunda guerra, como “se desenvolver” se transformou para eles em um problema fundamental e como, finalmente, embarcaram na tarefa de “des-subdesenvolver-se”, submetendo suas sociedades a intervenções cada vez mais sistemáticas e extensas (ESCOBAR, 2007:23 *tradução livre*).

Os princípios do capitalismo ecológico acabaram redirecionados para a formulação de um novo paradigma na década de 1980, cujo principal interesse seria tornar mais palatável a bula do crescimento econômico, agora adjetivado por outras duas esferas: o ambiental e o

⁵ A modernização ecológica se ancora na crença da eficiência ecológica como meio de se atingir a 'sustentabilidade'. De fato, investimentos em melhoria tecnológica foram feitos no âmbito da produção sem, contudo, abalar o estímulo à produção acoplada ao aumento do consumo. Outra faceta da modernização ecológica foi o desenvolvimento de técnicas de gestão visando a criação política de consensos, como por exemplo, os conselhos ambientais, os selos verdes, dentre outros.

social. Surge então a ideia de *desenvolvimento sustentável*, por onde “os ‘limites para o crescimento’ não mais são vistos como uma barreira intransponível bloqueando a enxurrada do crescimento, mas como obstáculos discretos forçando o fluxo da torrente a tomar um rumo diferente” (SACHS, 2000:120).

Por outro lado, influenciados por movimentos contraculturais que vieram “ensejar desejos e promover utopias na vida de muitos jovens e pensadores do mundo ocidental” (ZHOURI, 2016:5), militantes de uma versão mais libertária do ecologismo passaram a propor ainda na década de 1970 críticas à lógica industrial e seus atores, bem como ao projeto tecnológico de sociedade que retira o poder do indivíduo e repassa para as instituições em uma relação de heteronomia. Alicerçado nessa reflexão, a plataforma conceitual da Ecologia Política tornou-se bastante abrangente, favorecendo a formação de engajamentos comuns por meio do diálogo entre diversas áreas de conhecimento⁶. Para os integrantes desse campo variado de estudos, fala-se da ecologia como contestação ao modo capitalista de expropriação de recursos naturais. Tal esforço reflexivo exige que aceitemos a historicidade de cada processo, bem como o reconhecimento da afinidade entre esses elementos na leitura das interconexões existentes nas relações entre desenvolvimento e manifestações de poder.

Sendo assim, partindo do ponto de vista da Ecologia Política, à sombra do verniz do desenvolvimento sustentável torna-se possível enxergar o *paradigma da modernização ecológica*, que se constitui como uma aposta em arranjos e ajustes tecnológicos como instrumentos suficientes para se adequar, reduzir ou compensar riscos e impactos ambientais, sociais e econômicos incompensáveis do ponto de vista dos atingidos e subalternos aos grandes projetos. Segundo Zhouri *et al* (2005:18), “os conflitos daí decorrentes denunciam contradições, nas quais as vítimas das injustiças ambientais não só serão verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem o ônus dele resultante”. Sendo assim, nessa perspectiva, falar em desenvolvimento não é falar em superação das desigualdades, e sim da manutenção delas.

Há uma ideia dentro do senso comum de que conflito é sinônimo de briga, desentendimento, representando algo negativo. Por outro lado, a Ecologia Política tem buscado enxergar a questão a partir da perspectiva da mudança, o conflito como uma

⁶ A Ecologia Política é um campo de debates e de investigação interdisciplinar envolvendo geógrafos, antropólogos, adeptos da sociologia crítica, economistas políticos e outros profissionais das humanidades. Para Bebbington (2011:56), “mesmo existindo certas nuances, todos eles compartilham de certa forma uma mesma interpretação a respeito de como o campo da ecologia política surgiu e foi se construindo ao redor da noção de que não se trata de uma teoria, mas um espaço comum de reflexão e análise” (*tradução livre*).

verdadeira ‘mola propulsora’ da transformação social, retratando também as posições desiguais ocupadas dentro da sociedade. Trata-se, portanto, da luta por se fazer ouvir e se fazer ver, com o intuito de transmutar o estado das coisas e produzir mudanças sociais, e em termos históricos elas nunca ocorreram sem os dissensos. Pelo contrário, sempre resultaram de lutas sociais e processos extremamente conflituosos.

A definição conceitual de *conflito ambiental* tem buscado adotar uma perspectiva crítica e reflexiva acerca das contradições inerentes aos processos formativos da sociedade moderna, diante dos processos históricos de produção de desigualdades entre distintos projetos de vida e dinâmicas sócio-espaciais. Por intermédio de diversos estudos de caso, um conjunto de contribuições acadêmicas foi publicado com vistas a demonstrar o valor heurístico das definições de conflito (ACSELRAD, 2004; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Aqui interessa a *construção social da realidade* (FOUCAULT, 1996), com fundamento numa situação que seria menos transparente sem a existência dos referidos conceitos.

Zhourri & Laschefski (2010:6-9) definem conflito ambiental por intermédio de três modalidades distintas: os *conflitos ambientais distributivos*, relacionados às externalidades geopolíticas ocasionadas pela distribuição desigual dos recursos naturais entre países do chamado Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo; os *conflitos ambientais espaciais*, causados por efeitos que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; e os *conflitos ambientais territoriais*, caracterizado por situações em que existem sobreposições de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial.

Em diálogo com os demais autores, trabalhamos os conflitos ambientais numa perspectiva crítica às abordagens hegemônicas que adotam o “desenvolvimento sustentável” como referência e apostam no paradigma da modernização ecológica como solução para a chamada crise ambiental. (...) Ao apresentar o caráter conflitivo do campo ambiental, evidenciamos uma crítica às concepções dominantes que entendem o meio ambiente como um ente uno, homogêneo, objetivo e externo às relações sociais (ZHOURI, 2016:35).

No interior dos conflitos, determinadas situações têm gerado “o silenciamento das desigualdades e injustiças a grupos sociais específicos, muitas vezes historicamente subalternizados” (PADOVANI, 2014:10). Nesse contexto, muitas são as evidências de *desigualdades ambientais* (ZHOURI, 2014). Elas representam arranjos arquitetados com o intuito de fomentar fluxos de dominação e concorrência entre mercados por espaços geográficos, forjados no âmago da governança ambiental mediante adequações e mitigações. Representa, portanto, claras manifestações do avanço de práticas desenvolvimentistas obedientes a “uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua

linguagem, pensamento e ação” (ESTEVA, 2000:64), e também responsáveis pela “retirada do envolvimento, da autonomia compartilhada entre determinados sujeitos, envolvendo-os numa nova configuração societária” (PORTO-GONÇALVES, 2006:81).

Algumas instituições estatais e um conjunto de governantes, legitimados pelo discurso do *desenvolvimento sustentável*, tomam para si as rédeas do controle administrativo do ambiente com o intuito de seduzir grandes corporações globais a investirem no seu território. A terceira revolução industrial do modelo capitalista propiciou a cisão das fronteiras, mas, entretanto, também acabou por intensificar a formalização das margens nos países subdesenvolvidos. É importante salientar que este processo tem resultado em violências diversas, no sentido de também rotinizá-las para com os indivíduos. Mas, por outro lado:

O xis da questão é que as populações sujeitas a esse tipo de poder coercitivo não são, de forma alguma, impotentes ou indefesas. Têm, no entanto, um tipo de poder diferente, que nem sempre é visto como poder e que não pode ser concretizado da mesma maneira, mas que, apesar disso, é profundamente verdadeiro de muitas formas. Esse poder é constituído por milhares de redes e centros informais de resistência, o tipo de resistência que as pessoas normais erigem, muitas vezes silenciosamente, contra os aparatos do poder vigente (RAHNEMA, 2000:199).

Para Baviskar (2010), da violência surgem estratégias de resistência a partir do movimento de contestação frente aos atos empregados, e por esta via são criados contra-espacos que possibilitam o consórcio entre a comunidade acadêmica, os movimentos sociais e os atingidos por grandes projetos. São sujeitos políticos com faces e corpos, ameaçados por atores sem rosto, em busca da conjugação entre saberes e a academia de forma “autônoma, transparente, comprometida com a vida, que sirva de instrumento de controle social e atue na defesa dos interesses de todos e todas” (RBJA, 2014:3).

FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Em busca de promover a máxima interação com os sujeitos sociais pesquisados e inscritos no contexto de subalternização narrado, a metodologia adotada para esta dissertação de mestrado orientou-se pela diretriz básica da “participação estrutural dos atores envolvidos desde o início da gestação do processo” (HERNÁNDEZ, 2005:21), evoluindo a partir de uma “compreensão dos processos instituintes das práticas cotidianas e da subjetividade social” (HERNÁNDEZ, 2005:10). De acordo com a perspectiva acima, não há uma separação estanque entre os vértices, mas inter-relações. Resulta que o momento do trabalho de campo não reduz tão somente à aplicação mecânica de ferramentas universais, mas, sobretudo a mobilização da experiência vital dos participantes para a transformação das relações sociais identificadas como opressoras, configurando um circuito dialógico em que relatos e nexos

causais são articulados com o conhecimento científico, contribuindo para uma compreensão sistêmica da realidade.

Foram realizadas duas imersões de campo no distrito do Vale das Cancelas e no Acampamento Alvimar Ribeiro entre os dias 17-18/04/2017 e 29-31/08/2017. Em um primeiro momento, um grupo de geraizeiros que participam do movimento interessado na demarcação de território tradicional no distrito do Vale das Cancelas foram convidados a fornecer relatos acerca do histórico da luta, de forma a evidenciar quais foram/quais são as principais oportunidades, fraquezas, vitórias e os desafios observados ao longo dos anos de resistência. Esses depoimentos constituíram a linha estrutural do trabalho, desde o estabelecimento dos objetivos gerais e específicos até as referências pesquisadas, bem como a lógica de divisão de capítulos, seções e itens. Aqui a prioridade foi problematizar e aprofundar de forma analítica acerca das informações obtidas, com o intuito de favorecer a narrativa que norteou a dissertação.

Logo após a aprovação do projeto no seminário de qualificação realizado pelo PPGSAT em agosto de 2017, o segundo trabalho de campo teve como objetivo a aplicação de roteiros de entrevistas semi-estruturadas com lideranças geraizeiras e registro de vivências que se transformaram em um relato etnográfico. Elas foram transcritas e vieram compor a série de relatos empíricos inseridos no Capítulo 3 do trabalho. Os trabalhos de campo foram acompanhados por pesquisas documentais e bibliográficas, visando a escolha de metodologias e referenciais capazes de melhor elucidar o caso. Optou-se pela priorização de novas ferramentas utilizadas por pesquisadores da Ecologia Política na análise das interações entre sociedade, ambiente e desenvolvimento, como por exemplo, a análise organizacional da SAM presente no Capítulo 1. A seguir, descrevo de forma mais aprofundada os recursos:

a) PESQUISA DOCUMENTAL: esta dissertação utilizou como recurso metodológico a análise documental. Buscou-se compreender a subjetividade de cada documento pesquisado, buscando associar palavras com contextos, com o intuito de inseri-los na narrativa que permeia todo o trabalho.

Defendo, assim, que levar a sério os documentos como peças etnográficas implica torná-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte - como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores - quanto por aquilo que conscientemente sedimentam (VIANNA, 2014:47).

A pesquisa documental possuiu três finalidades distintas: no Capítulo 1, foi utilizada para fins de reconstrução cronológica do licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo. Incluiu catalogação, leitura e análise de diagnósticos técnicos, Estudos de Impacto

Ambiental, Pareceres Únicos, atas de reuniões deliberativas, denúncias protocoladas no Ministério Público, ações judiciais e decisões administrativas; no Capítulo 2, objetivou fornecer subsídios no que se refere à discussão sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil e para a apresentação do atual contexto no estado de Minas Gerais. Foram consultados dispositivos jurídicos, notícias de jornal disponíveis na internet e transcrições de discursos. Por último, no Capítulo 3, foram consultados documentos como atas de reuniões ordinárias da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e jurisprudências como leis orgânicas municipais.

b) PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: a pesquisa bibliográfica constituiu no arcabouço teórico utilizado para o estabelecimento de análises dos dados obtidos em campo e na leitura de documentos. Compõe-se de obras literárias de campos como antropologia, sociologia, ciências políticas, geografia, história, direito, economia e engenharia, sobretudo autores da América do Sul. A revisão da bibliografia tem como norte a articulação de diversos campos de saber em busca de uma abordagem interdisciplinar motivada pela perspectiva crítica da Ecologia Política, e está distribuída por todo corpo textual da dissertação.

c) ANÁLISE ORGANIZACIONAL DA SUL AMERICANA DE METAIS: Conforme aponta Zhouri (2018:18), “a antropologia tem sido desafiada a analisar processos globalizadores e realizar etnografias multi-situadas”, de tal forma que as “etnografias do Estado - assim como de corporações - podem também iluminar as práticas voltadas para o controle dos territórios e a gestão dos conflitos e do dissenso”. Igualmente, Anthony Bebbington (2011), ao discutir as relações entre mineração, desenvolvimento e democracia nos países da América Latina, lista alguns desafios aos pesquisadores dedicados na compreensão da temática no que se refere às dinâmicas internas das empresas privadas. Haveria uma lacuna sobre as estratégias locais empregadas para a viabilização dos empreendimentos e como se dão a tessitura de vínculos com as entidades públicas envolvidas no licenciamento ambiental, e neste sentido, Bebbington chama a atenção para a falta de acessibilidade a tais modalidades de referências:

Caso os pesquisadores interessados nas relações neoextrativistas queiram transpor as descrições gerais e até anedóticas disponibilizadas, há de se fazer um profundo exercício acerca do entendimento das estruturas, das racionalidades e comportamentos dos atores envolvidos na relação entre mineração e desenvolvimento. Neste sentido, o tipo de enfoque metodológico que melhor se adequa para tal tarefa seria um trabalho etnográfico desde o coração das organizações. Algumas das questões mais importantes a serem ditas seriam: Como os atores formam suas interpretações e como formulam suas estratégias para fazê-lo? Como estão presentes em escala nacional ou regional? Quais são os vínculos construídos? (BEBBINGTON, 2011:341 *tradução livre*).

Segundo a reflexão apresentada na obra, as corporações minerárias prezam pela confidencialidade, e muitas vezes os poucos dados disponibilizados “carecem de representatividade científica e são empiricamente insuficientes para entender as empresas e seus atores” (BEBBINGTON, 2011:339 *tradução minha*). Diante desta problemática, o autor sugere a busca por alternativas como trabalhos etnográficos como forma de adição e contraste de informações. Bronz (2011) justifica as razões as quais a referida metodologia contribui para uma melhor elucidação do objeto:

A dificuldade de acesso ao desenvolvimento de pesquisas com “poderosos” costuma ser atribuída a motivos, tais como, o fato de não se permitirem serem estudados, ou de serem muito ocupados, o perigo em se revelar certas informações etc. (...) esse seria um falso obstáculo, na medida em que, mesmo que esses “mundos sociais” imponham dificuldades em acessá-los, resolver esse problema é algo constitutivo de qualquer etnografia ou campo de estudo (BRONZ, 2011:63).

Bebbington (2011) identifica como atores os agentes das corporações, como por exemplo, funcionários, gerentes e outros membros, e sugere a utilização de metodologias como entrevistas e outros recursos. Por outro lado, Bronz (2011) realizou seu trabalho apoiado na sua antiga profissão de consultora, estabelecendo observações a partir de um lugar privilegiado em nível de acesso a informações. Inspirado na metodologia proposta, a presente dissertação de mestrado buscou realizar uma análise organizacional da SAM, e para isso estabeleceu um fluxograma da estrutura societária do PVRP, com o intuito de apresentar a complexa rede por onde os grandes projetos minerários se apoiam visando atravessar de forma exitosa o licenciamento ambiental. Cabe ressaltar aqui que esta genealogia não corresponde, nem tampouco representa, uma etnografia da empresa nos moldes apresentados pelos autores supracitados, haja visto que não foram entrevistados membros da empresa nem tampouco foi possível obter informações privilegiadas. Neste caso, foi realizada uma pesquisa documental e com ela foi possível traçar a cronologia do PVRP. Com o material coletado, foi realizada uma genealogia da empresa, que constitui a seção 1.3 do Capítulo 1.

d) PESQUISA QUALITATIVA: a pesquisa de campo teve como base a metodologia qualitativa, tendo como objeto de análise a compreensão de uma coletividade através das narrativas oriundas de fenômenos específicos. Esta metodologia tem como característica principal a distinção dos fenômenos empíricos, buscando identificar a singularidade das experiências humanas situadas em um determinado contexto social, cultural e político. Tem como pressuposto apreender as práticas de um dado grupo inserido em estruturas de caráter coletivo, por intermédio da participação ativa do pesquisador com o auxílio de abordagens teóricas, com suas hipóteses, objetivos e métodos em interlocução com os atores inseridos em

seu sistema. A metodologia qualitativa, em suas atribuições, tem como base a apreensão das situações de interesse, através do estudo em profundidade das ações dos grupos pesquisados. Para tal fim, torna-se necessário um exame intensivo dos variados dados coletados, uma vez que neste tipo de metodologia a apreensão deles se dá mediante vários recursos, como entrevistas, observação, convivência, ou seja, a subjetividade do pesquisador em permanente contato com a realidade social observada. Ela foi direcionada para a utilização de dois recursos: a aplicação de roteiros de entrevista semi-estruturados e a elaboração de um relato etnográfico.

d.1) ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário semi-estruturado que permitiu compreender questões de interesse com base nas percepções, práticas e subjetividades com os quais os entrevistados conferiram às suas ações e discursos. Neste sentido, o roteiro de entrevista foi preparado nos moldes de uma *entrevista informal*. Segundo Gil (2010:111), a entrevista informal visa abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado recorrendo-se a informantes chave, que podem ser desde especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas, etc. No caso da presente pesquisa, foram entrevistadas lideranças do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas.

Foi entregue um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE - vide seção de Anexos), e após autorização do registro de áudio, foi possível sistematizar as informações coletadas. O registro em áudio possibilitou a transcrição do arquivo, realizada de forma literal, visando permitir o manuseio mais fácil e a conservação mais longa e eficiente do documento, evitando possíveis perdas de material coletado (QUEIROZ, 1988). Neste sentido, foram selecionados trechos para elucidação do problema de pesquisa, seja pelos relatos gravados ou por anotações feitas em cadernos de campo, subsidiando as análises presentes nos dois primeiros itens da seção 3.2 do presente trabalho (Capítulo 3).

d.2) ETNOGRAFIA DO ACAMPAMENTO ALVIMAR RIBEIRO: mesmo se tratando de uma pesquisa com forte inclinação interdisciplinar, a todo momento este trabalho dialoga com os campos disciplinares da história e da antropologia: seja de uma região, de um território ou dos sujeitos sociais inseridos neste território, criadores de seu próprio ritmo, da sua própria dinâmica e de movimentos e interações com a sociedade envolvente. Seguindo a perspectiva de Marshall Sahlins (1999), dificilmente é possível realizar um trabalho etnográfico sem o

apoio da história. A *etnohistória* busca acessar dinâmicas históricas para além de narrativas cristalizadas no tempo, orientadas para a descrição de grandes eventos - ou *a história dos reis e das grandes batalhas*, nos dizeres de Marc Bloch. Aqui a perspectiva de observação se dedicou a compreender um ritmo de história próprio, ao mesmo tempo discreto e contínuo, cujo principal efeito pode ser percebido na forma como os geraizeiros do Vale das Cancelas fizeram brotar sujeitos políticos, para além de uma etnicidade ecológica propriamente dita.

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas (SAHLINS, 1999:7).

De acordo com Mariza Peirano (2014:383), “etnografia não é método; toda etnografia é também teoria”. A antropóloga complementa afirmando que “se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico” (:383). Considerando as afirmações feitas e trazendo-as para o contexto da presente dissertação de mestrado, de imediato pode-se afirmar que os motivos pelos quais foi decidido recorrer à etnografia dizem respeito mais à proposta de um pequeno experimento monográfico, valendo-se da coleta de informações obtidas via observação direta a partir de levantamentos, observações e registro de informações de campo com base em situações empíricas presenciadas ao redor de uma determinada realidade.

Longe de ser uma etnografia clássica propriamente dita, a opção por este recurso se fez importante para a compreensão atual da realidade existente no Acampamento Alvimar Ribeiro - o *locus* do trabalho. Num primeiro momento, busquei respeitosamente adentrar com meu caderno de campo nos barracões das famílias geraizeiras e realizar diferentes modalidades de escuta: “ao cabo da enxada”, “na beira do pé de couve”, “nas reuniões comunitárias”, entre outras estratégias vislumbradas no próprio campo. Com este exercício foi possível criar o registro que constitui o último item da seção 3.2 (Capítulo 3). Neste sentido, recorrer ao referido instrumento possibilitou melhor compreender as representações coletivas dos geraizeiros do Vale das Cancelas a partir da interação e dos laços sociais que os sujeitos estabelecem entre si, e, da mesma forma, melhor identificar determinados sentidos que conferem às suas ações.

CAPÍTULO 1

POLÍTICA, ECONOMIA E MEGAMINERAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

a Sul Americana de Metais e o Projeto Vale do Rio Pardo em exame

Este capítulo se preocupa em apresentar o contexto no qual a empresa mineradora SAM objetivou instalar um complexo minerário com base no município de Grão Mogol, articulando-o a cenários econômico-políticos mais abrangentes, com destaque para a dinâmica mais recente dos padrões *neoextrativistas* de acumulação que se desenvolvem no país. Cuida-se, também, de demonstrar a inserção do caso estudado no conjunto dos processos semelhantes de implantação de projetos minerários que ora se desenvolvem ou se intentam desenvolver em Minas Gerais, mas que também incidem nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Dessa forma, faz-se compreensível identificar a similitude das práticas utilizadas para a viabilização dos empreendimentos por diferentes empresas, em distintos projetos minerários.

1.1 NEOEXTRATIVISMO E REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No contexto brasileiro, a exportação de matéria-prima sem valor agregado tornou-se uma alternativa satisfatória para a obtenção de lucro pela via de uma pauta primário-exportadora, determinando assim a intensificação da produção de *commodities*⁷ para o mercado internacional. O recente processo de reprimarização da economia brasileira a partir da década de 1990 foi motivado por um conjunto de mudanças estruturais que objetivaram a inserção passiva do país no processo de globalização mundial, resultando em desdobramentos importantes nas diretrizes estratégicas e políticas econômicas desenvolvidas desde então.

Como afirma Gonçalves (2013:53), “a formação de uma economia nos marcos do liberalismo é evidente durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010)”. Em ambos os governos, podendo essa máxima se estender às gestões atuais, foram - e estão sendo - mantidas estratégias direcionadas para a manutenção de *superávits* primários consistentes com vistas a equilibrar a relação entre despesas públicas e a soma dos bens e riquezas produzidas, em busca de uma estabilidade macroeconômica nem sempre exitosa.

⁷ Para André Castello-Branco (2008:12), “*commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização”. Elas podem ser agropecuárias (carnes de boi e porco, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, celulose e café); energéticas (petróleo, biocombustíveis e carvão); ou minerais (alumínio, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel e minério de ferro).

De modo conseqüente, quando optaram pela reprimarização das exportações como forma de inserção na economia-mundo, “reduziu-se a capacidade estrutural do Brasil de resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos” (GONÇALVES, 2013:110). As evidências históricas nos revelam a insustentabilidade desse sistema: em épocas de mercado aquecido “seu aumento é apresentado como um de seus êxitos”, e por isso “defendem ativamente meios para incrementá-los ainda mais” (GUDYNAS, 2009:195 *tradução livre*); já em momentos mais difíceis é a crise mundial das *commodities* a grande vilã, o bode expiatório responsável pela recessão econômica.

Embora as cadeiras mudem de dono, o paradigma ideopolítico permanece de maneira indelével sem que se consiga articular uma alternativa audaciosa o suficiente não só ao neoliberalismo, mas à economia extrativista de forma ampla (KLEIN, 2016). Em meio a uma inércia que somente faz legitimar o monopólio do capitalismo rentista, Svampa (2013:36) identifica a transição sulamericana do “consenso de Washington” para o “consenso de *commodities*”. Para a autora, esse pacto de governabilidade entre Estado e capital privado tem como objetivo a criação de projetos orientados para o mercado externo.

Em nome de vantagens comparativas ou da pura subordinação à ordem geopolítica mundial, os governos progressistas, assim como aqueles mais conservadores, tendem a aceitar como destino o consenso de *commodities* (SVAMPA, 2013:37 *tradução livre*).

Neste diapasão, tem-se o *neoextrativismo* como componente importante no contexto das relações econômicas brasileiras. O conceito é definido pela literatura como um modelo de extração de recursos naturais em grandes volumes ou alta intensidade destinados à exportação via redes produtivas pouco diversificadas (MILANEZ & SANTOS, 2013:10; GUDYNAS, 2015:13). Atualmente imerso num ciclo vicioso de subordinação e vulnerabilidade perante a dominação do mercado internacional globalizado, o Brasil permanece posicionado nas margens do sistema financeiro como provedor de matéria e energia por meio de explorações minerais, petroleiras e os monocultivos agrícolas, concedendo a esses extrativismos a importância de nada menos que 41% de todo Produto Interno Bruto (PIB) nacional no ano de 2017⁸.

Em um cenário no qual as condições de mercado modulam as escolhas tecnológicas feitas, outro fenômeno ocorre quando a fronteira produtiva se desloca no sentido da reprimarização das exportações via comércio de produtos intensivos em recursos naturais: um

⁸ Estimativa elaborada a partir da consulta a dados disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O ‘PIB extrativista’ de 2017 é dividido da seguinte maneira: 24% destinados ao agronegócio; 13% à produção de petróleo; e 4% à produção mineral.

vertiginoso aumento de volume e intensidade. Gudynas (2015:24 *tradução livre*) intitula como *extrativismo de terceira geração* a recorrente aplicação de “novas tecnologias como inovações na separação dos minérios, uso de outros tipos de explosivos, plataformas petroleiras nas costas oceânicas e variedades de cultivo transgênicas”, cujas intenções estão relacionadas tão somente à melhoria da eficiência e da produtividade.

Em função disso, compreender a dinâmica extrativista no contexto brasileiro implica no reconhecimento da amplitude das suas consequências em múltiplas esferas, seja em aspectos de “estrutura, dinâmica e institucionalidade das estratégias de desenvolvimento, das políticas setoriais (como a econômica ou comercial), ou acerca dos modos de se entender a natureza, a justiça e a democracia” (GUDYNAS, 2016:24 *tradução livre*). Elas podem ser capilarizadas tanto por vias diretas, quando, por exemplo, a exploração extrativista avança sobre áreas protegidas e territórios tradicionais, ou de forma indireta como no caso das *alegalidades*, quando instituições estatais utilizam brechas legais que abrem espaço para subsídios junto ao capital privado. Gudynas (2016) intitula esse conjunto de tendências como *efeitos derrame*:

Os efeitos derrame se desenrolam para muito mais além da localização espacial de cada empreendimento. Sua ênfase não está centrada nos impactos locais, mas nas afetações que por sua vez geram consequências que podem se repetir em muitas outras zonas do país (...) Eles estão entrelaçados (vinculando-se uns aos outros), se potencializam entre si e são multidimensionais (abarcando aspectos sociais, ambientais, econômicos e territoriais) (GUDYNAS, 2016:28 *tradução livre*).

Junto às afetações, são identificados padrões de conduta que repercutem, incidiosamente, nos arranjos institucionais do Estado, das agências públicas e privadas, no direito e nas sociedades. Os *efeitos derrame* podem ser observados em uma multiplicidade de níveis escalares, regidos por lógicas de governamentalidade⁹ reguladas a partir de redes de atores diversos superpostos à esfera local que operam a partir de matrizes complexas de relações, apoiando-se mutuamente em nome de um modelo de desenvolvimento e progresso.

1.2 MINAS GERAIS E A MEGAMINERAÇÃO: TRAGÉDIA ANUNCIADA?

A existência histórica de diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação que territorializam o capital de modo espacialmente seletivo e socialmente excludente fazem de Minas Gerais um instigante *locus* do *neoextrativismo* em nível nacional. Em conformidade com o projeto subserviente de nação pactuado pelo “consenso de *commodities*”, o estado

⁹ Foucault (2003:303) define a governamentalidade como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança”.

vivência desde a década de 1990 a irrupção de uma marcha corporativista sedenta pela expansão das fronteiras produtivas, favorecida por arranjos político-institucionais idealizados e dirigidos por atores nacionais e internacionais.

Isso representou um aprofundamento da mercantilização dos territórios, a exemplo da expansão das monoculturas de exportação nos cerrados do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, da monocultura de eucalipto, da construção de hidrelétricas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha e das atividades mineradoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH (ZHOURI & SAMORA, 2013:163).

Diante do exposto, ocorreram em solo mineiro transformações significativas, sobretudo por efeito da ascensão da China como principal consumidor industrial de recursos minerais para transformação em semimanufaturados ou produtos de consumo final. No âmbito das relações mercadológicas globais, a nova clientela é quem regula o aquecimento da demanda, conduzindo o país para um momento mais privilegiado no panorama internacional. A curva de crescimento da produção mineral brasileira mostrou uma alta continuada entre 2001 e 2011, incrementando-se 550% no período, sendo o estado responsável por quase a metade da riqueza material gerada¹⁰ (IBASE, 2015:1; IBRAM, 2015:30).

Definitivamente, a procura por refinados de minério de ferro concentrado é o fator responsável por este crescimento tão acentuado, inaugurando uma nova frente para além da RMBH em busca não só dos minérios hematíticos, mas também dos itabiritos, dotados de baixos teores de ferro (SOUZA, 2010:1). Com vistas a fornecer aos clientes um produto com diferencial de mercado, mais comercializável e lucrativo, são utilizadas modernas técnicas de beneficiamento e flotação que transformam jazidas dotadas de baixas concentrações de pureza em potenciais negócios de ocasião, exigindo para isso complexas plantas industriais nas adjacências das minas. Temos aqui, portanto, os predicados do que Gudynas (2015) intitulou como *megamineração*, uma das manifestações mais claras do *extrativismo de terceira geração*:

Na *megamineração* aplicam-se tecnologias que incluem acesso ao subsolo, remoção e transporte de grandes volumes com máquinas de grande porte, processos de separação variados, mas que em vários casos incluem poluentes. A megamineração gera danos que podem chegar a centenas de hectares na sua superfície, associados a barragens de rejeitos e reservatórios de água contaminada, deixando grandes volumes de materiais não utilizados (GUDYNAS, 2015:24 *tradução livre*).

A atividade mineradora em grande escala requer conhecimento científico avançado e tecnologias de ponta, e para isso necessita de parceiros dispostos a compartilharem os riscos e

¹⁰ Em 2001, a produção mineral correspondeu 1,6% do PIB nacional e se elevou nos anos posteriores apoiado na demanda chinesa, alcançando valores como 4,6% no ano de 2011, um crescimento de 3% em dez anos cujos dividendos gerados somaram US\$67 bilhões (BARBIERI, 2013). Segundo informações divulgadas pelo IBRAM (2015:45), em 2015 Minas Gerais respondeu por 66% da produção de minério de ferro no país.

os êxitos de empreendimentos muitas vezes ainda embrionários. Grandes grupos empresariais encontraram atmosfera favorável no mercado interno brasileiro, com suporte na ascensão contínua do preço médio do minério de ferro iniciada em 2005, tal como ilustra a *Figura 1*. Com efeito, Minas Gerais foi colocada no epicentro da expansão da fronteira minerária brasileira.

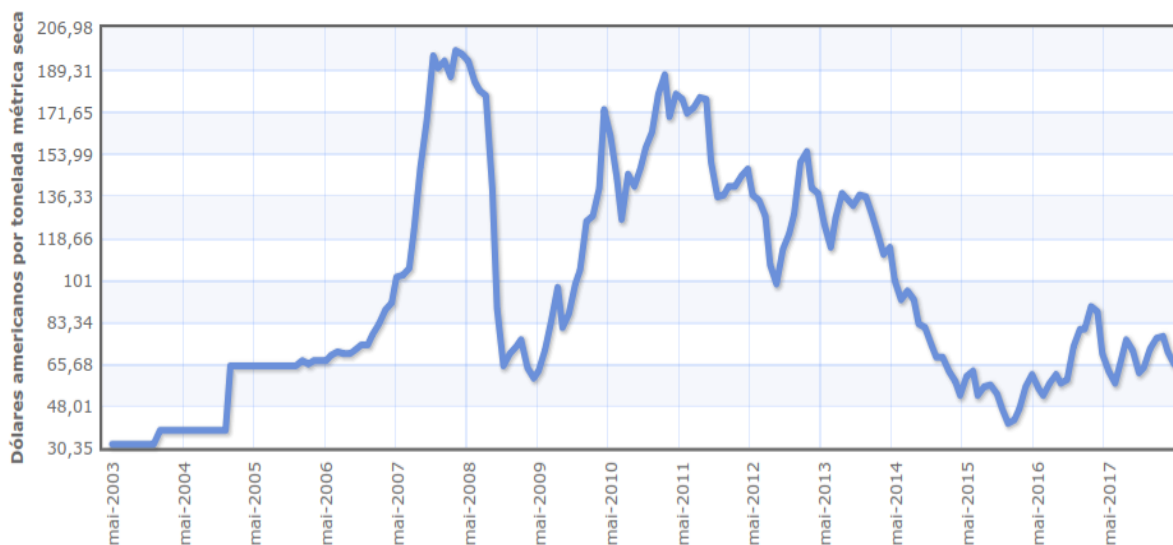


Figura 1: *Evolução do preço global do minério de ferro*. Extraído de: indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=180. Acesso em: 04/06/2018.

A megaminação de ferro no estado tem como principal ingrediente a utilização de uma *modus operandi* que apresenta novos aparatos técnicos e estratégicos de práticas corporativas de desenvolvimento. Fluxos financeiros foram estabelecidos, pelos quais fundos mútuos de investimento e fundos de pensão criaram redes transcorporativas, sendo que o resultado dessa dinâmica foi o surgimento de *joint-ventures* interessadas na operação de labirínticas infraestruturas de extração de minério de ferro, constituídas de lavras a céu aberto, sistema de dutos e terminais portuários, multiplicando a quantidade de instalações de alto impacto regional.

Em termos logísticos, a opção por *minerodutos* com capacidade de otimizar distâncias por baixos custos operacionais são fatores decisivos para a plena lucratividade dos projetos, intentando “colocar o produto certo, no lugar certo, no tempo certo, e na condição desejada, criando a maior contribuição possível para a firma” (BALLOU, 2001). Isto posto, a escolha por mecanismos de transporte privados em detrimento das ferrovias estão relacionadas à multiplicação dos rendimentos, sendo “viabilizado com recursos próprios das empresas de mineração ou levantado na bolsa de valores através de abertura de capital” (GOMES, 2012:2).

Coelho & Morales (2012:8) definem os minerodutos como “tubos subterrâneos ou aparentes, cuja infraestrutura construída serve como veículo para transportar produtos em seu interior, impulsionada por bombeamento ou por um jato de água contínuo, submetido à forte pressão”, cuja locomoção é impulsionada por estações de bombeamento. Em termos econômicos, eles são vistos como uma tecnologia mais eficiente e barata para o transporte do minério aos portos no litoral do país, uma vez que exigem menos em termos de manutenção quando comparados às ferrovias¹¹. A sua garantia de instalação faz com que a exploração do minério de baixo teor se torne viável economicamente¹².

Contudo, o atual cenário econômico global tem resultado em uma nova conjuntura de retração do mercado minerário brasileiro desde o ano de 2014 (Ver *Figura 1*). Atualmente imerso ao risco inexorável de grandes crises globais, a adesão passiva ao “consenso de *commodities*” “lançou o país em trajetória de longo prazo de instabilidade e crise no contexto de crescente globalização” (GONÇALVES, 2013:110), sendo que a redução da demanda externa tem resultado na queda da rentabilidade do negócio para o setor empresarial, o que gera inseguranças cujos efeitos afetam de forma decisiva os planos estabelecidos anteriormente.

O mercado de minério de ferro recebeu uma forte influência do crescimento mundial puxado pela China na última década, passando a ser um produto altamente lucrativo e despertando o interesse de diversos novos entrantes na produção. No entanto, as dificuldades naturais no desenvolvimento de novas minas, associadas às dificuldades legais hoje existentes, atrasaram a entrada em operação destas, em um cenário de grande incerteza quando comparado ao de quando esses projetos foram idealizados (CARVALHO *et al*, 2014:204).

Conforme a *Figura 2* ilustra, para essas redes transcorporativas, a atual conjuntura de mercado tem gerado tão somente derrotas. Nos últimos anos, cinco complexos minerários desta natureza iniciaram procedimento de licenciamento ambiental¹³ junto aos órgãos competentes. No momento presente, por questões diversas, nenhum projeto está em pleno funcionamento:

¹¹ “Segundo dados das próprias empresas, o custo para se transportar minério de ferro via ferrovia é, em média, de 18,00 US\$/ton, já por minerodutos, a média é de 2,00 US\$/ton” (SIQUEIRA, 2015).

¹² As jazidas itabiríticas disponíveis para extração de ferro no estado apresentam teores médios de pureza entre 40% e 50%, valores baixos em termos de mercado. Em busca de um produto mais lucrativo, são utilizadas técnicas que transformam um minério “pobre” em um concentrado denominados como *pellet feed* (MILANEZ & SANTOS, 2013). Este material possui granulometria fina e diâmetro de 0,15 milímetros e trata-se de “um produto que tem aumentado sua participação no consumo mundial de minério de ferro” (SOUZA, 2010:5).

¹³ A instalação de um projeto de mineração implica em um processo de licenciamento ambiental, a partir do qual órgãos ambientais, com seus corpos normativos e técnicos avaliam a viabilidade do projeto, concedendo, ou não, as licenças necessárias: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Padovani (2014:6) identifica o licenciamento como “um dos instrumentos da tutela administrativa e preventiva previsto na Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6.938/81”, pelo qual “o Estado exerce esse poder sobre o espaço, sujeitos, e atividades que possam causar impactos significativos ao meio ambiente”.

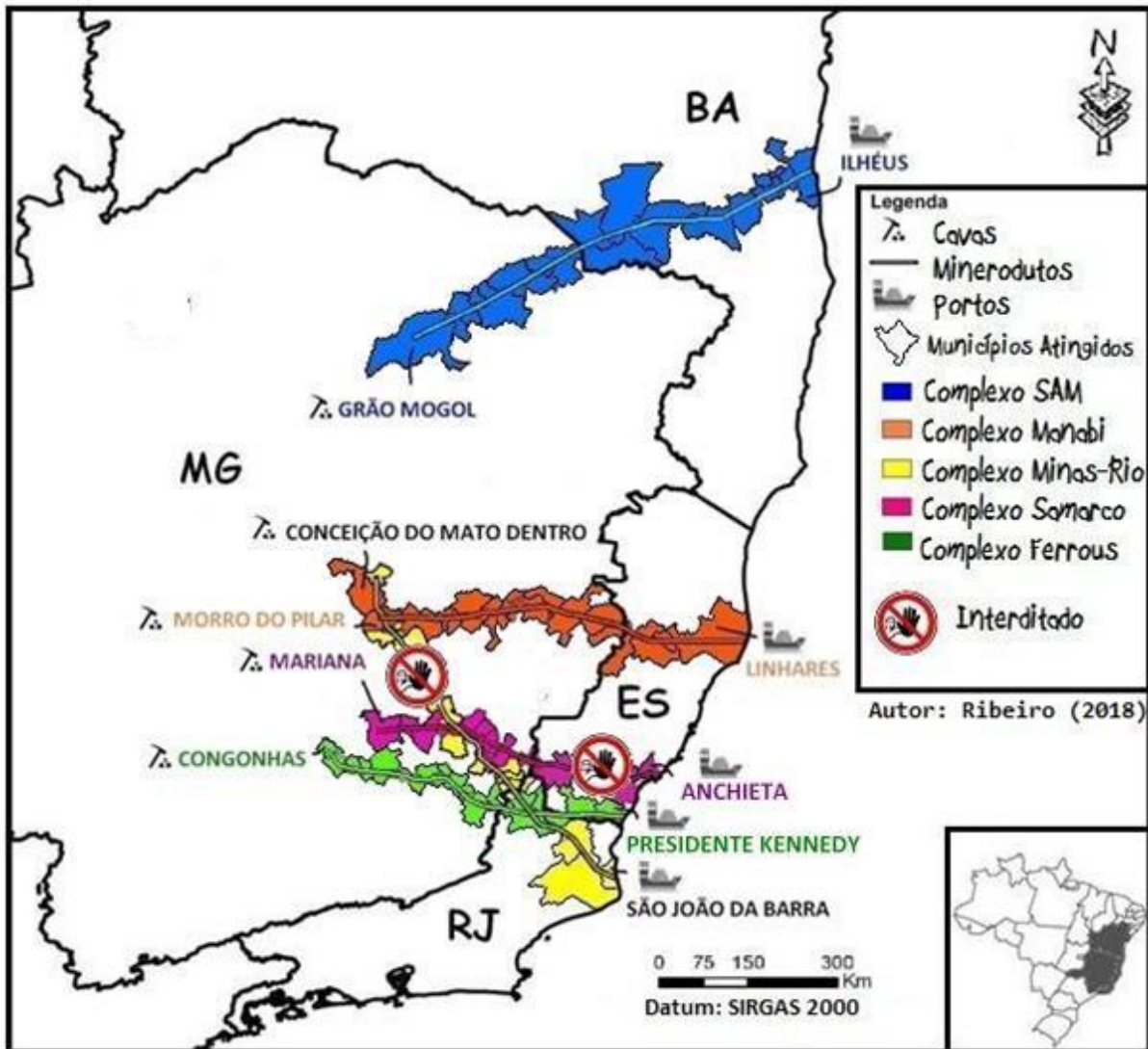


Figura 2: *Projetos previstos ou embargados nas regiões Sudeste e Centro-sul Baiano* (autoria própria).

Propagandeado como ‘o dono de um dos maiores sistemas mineradores do mundo’, o complexo Minas-Rio, adquirido em 2007 junto a MMX Mineração e Metálicos pela corporação sul-africana Anglo American, tenta operar desde 2014 uma cava a céu aberto de 12 km de extensão na Serra da Ferrugem, nos limites de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, utilizando um modal de transporte até o Porto de Açú em São João da Barra, Rio de Janeiro. Como ocorre com qualquer empreendimento desse porte, a viabilidade socioambiental foi amplamente questionada, e denúncias de violação aos direitos das comunidades atingidas pela sua instalação ainda aparecem com frequência. Após três anos de operação, o mineroduto do projeto sofreu dois rompimentos nos dias 12 e 29/03/2018, e foi impedido judicialmente de operar.

Em 1975, a Samarco Mineração entra para a história da construção civil brasileira ao inaugurar o primeiro mineroduto do país, interligando as minas de Germano, em Mariana, até

a Ponta de Ubú na cidade portuária de Anchieta, sul do Espírito Santo. Trinta anos depois, o aquecimento do mercado de *commodities* após a virada do século impulsionou a reestruturação de todo complexo minerário. Houve ampliação da cava, da barragem de rejeitos e do sistema dutoviário, e o desfecho final foi a emergência de um dos maiores desastres ambientais do mundo, o rompimento da barragem de Fundão em 2015. Com todas as licenças ambientais cassadas, a empresa está praticamente três anos sem operar.

Os outros três empreendimentos da série ainda são meras incertezas.

Projetado em Morro do Pilar, município localizado em região limítrofe aos grandes paredões rochosos da cordilheira do Espinhaço-Meridional e do Parque Nacional da Serra do Cipó, o complexo previsto pela Manabi (atualmente Mlog) previa realizar o escoamento em Linhares, norte do Espírito Santo, depois de percorrer todo o Rio Doce. Entretanto, a empresa passou por mudanças administrativas que incluíram alteração de nome e de controle acionário, e em 2018 conseguiu extensão do prazo de vencimento da LP concedida em 2014.

Congonhas do Campo, a cidade dos profetas de Aleijadinho no Alto Paraopeba, tem na mineração de ferro a sua principal atividade econômica. Desde 2007, a Ferrous Resources do Brasil explora a mina Viga, e desde então procurou viabilizar um mineroduto até Presidente Kennedy, também em solo capixaba. Após ampla resistência contrária advinda de movimentos sociais, atingidos, ativistas, religiosos, pequenos e médios produtores rurais, pesquisadores e gestores públicos, em 2016 foi declarada oficialmente a desistência da ampliação logística.

O último empreendimento da série, o Projeto Vale do Rio Pardo (PVRP), será detalhado de forma mais aprofundada na próxima seção deste capítulo.

Caso consigam obter as licenças necessárias para a operação, serão 2.315 km de estruturas percorrendo 114 municípios, gerando um incremento produtivo de 132 milhões de toneladas/ano em Minas Gerais, estado responsável em 2015 por 50% das exportações de minério de ferro no Brasil, sendo que estes valores representam um aumento de 64% à média mineira de 206 milhões de toneladas daquele ano (IBRAM, 2015). Por se tratarem de estruturas particulares, os impactos são inevitáveis nos meios físico, biótico e socioeconômico, com alteração da paisagem, retirada de vegetação, supressão de cursos d'água, nascentes e propriedades rurais, caracterizando uma maior dimensionalidade dos efeitos de sua instalação e operação.

Por se tratarem de empreendimentos transfronteiriços, as estruturas podem ser licenciadas por agências públicas distintas conforme arranjo idealizado por Estado e

empresas, e impossibilitam uma avaliação integrada dos efeitos causados pelas diferentes intervenções espaciais de um mesmo projeto. Estruturas são licenciadas por órgãos ambientais distintos e impossibilitam a mensuração dos impactos causados, e logo se realiza uma divisão instrumental de informações. A possibilidade de dividir o dimensionamento dos impactos em Estudos de Impacto Ambiental (EIA-Rima¹⁴) distintos facilita o manuseio de dados conforme demandas solicitadas pelos respectivos órgãos licenciadores. Perde-se a visão sistêmica do conjunto de intervenções propostas, situação amplificada pela latente falta de alinhamento das agências que pouco dialogam.

Licenciar por partes pode representar uma metodologia ineficiente, imprecisa, desfiguradora da realidade, e até imoral: analisando-se o projeto em fatias isoladas, e não na sua totalidade ambiental, social e econômica, podendo ficar ocultas as falhas e os danos potenciais, não se podendo saber se as soluções parciais propostas serão realmente aceitáveis (MACHADO, 2007:285).

Mesmo não havendo padrões específicos, episódios de fragmentação têm sido recorrentes nos últimos anos em todos os complexos megaminerários apresentados neste capítulo. O projeto Minas-Rio, por exemplo, teve o licenciamento fragmentado em três procedimentos distintos: enquanto as estruturas de magnitude local estiveram condicionadas à avaliação de órgãos ambientais estaduais dos estados de Minas Gerais (Superintendências Regionais de Regularização Ambiental de Minas Gerais - SUPRAM's) e Rio de Janeiro (Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro - INEA), o mineroduto foi licenciado pelo órgão federal (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA). Já em relação ao complexo Manabi/Mlog, cava e barragem de rejeitos também foram destinadas à SUPRAM, mas por outro lado mineroduto e porto estiveram sob análise do IBAMA¹⁵. Os complexos Ferrous e Samarco, como se tratavam de processos de expansão logística de cavas em atividade, estiveram somente sob análise do IBAMA.

A fragmentação do licenciamento de grandes empreendimentos é prática frequente, que assume um sentido bastante simples e claro: diminuir as exigências jurídico-administrativas relativas à avaliação dos impactos e à formação do juízo de viabilidade ambiental do empreendimento; subsumir ou ocultar efeitos conjuntos, conexos ou transfronteiriços (SANTOS, 2014:146).

¹⁴ A realização de estudos prévios de impacto para atividades potencialmente degradadoras subsidiam tecnicamente a decisão administrativa dos órgãos ambientais quanto à viabilidade dos empreendimentos. Segundo Tôres (2014:4), “os Estudos de Impacto Ambiental possuem caráter tecnocientífico e analisam, separadamente, os chamados meios físico, biótico e antrópico. As áreas que sofrem a ‘influência’ do empreendimento são explicitadas, assim como os ‘impactos’ que irão sofrer”.

¹⁵ Cabe ao IBAMA a avaliação de impactos ambientais e coordenar o licenciamento de “atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional, regional ou transfronteiriço” (BRASIL, 1989). Em suas atribuições, cabe ao presidente da autarquia, nomeado pelo chefe do poder executivo, a função deliberativa para a emissão das licenças em conjunto com corpo técnico especializado.

Conforme identificado na presente seção, os últimos anos foram marcados pelo surgimento de complexos megaminerários de larga escala produtiva, viabilizados com base na manutenção de práticas corporativistas de desenvolvimento. São corporações que transcendem as fronteiras nacionais, amparadas por fontes de capital privado fornecido por grandes *players* nacionais e internacionais responsáveis pela inserção destas no cenário brasileiro, em relação a recursos monetários necessários e viabilidade prática. Sendo assim, não são apenas unidades empresariais isoladas, estão vinculadas e articuladas ao poder e são dotadas de certa autonomia frente ao governo, atuando conjuntamente com legisladores, operadores do direito, órgãos executores e políticos das mais variadas esferas executivas, por meio de antigas alianças repaginadas e contextualizadas *vis-à-vis* à conjuntura vigente.

A próxima seção irá apresentar e analisar em profundidade o complexo SAM, tanto em nível de licenciamento ambiental quanto em termos de sua estrutura societária e parcerias institucionais.

1.3 A SUL AMERICANA DE METAIS E O PROJETO VALE DO RIO PARDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

Considerando o grande *boom* da mineração nos primeiros anos do século XXI, os direitos minerários se tornaram o mais fidedigno protocolo de intenções das empresas, revelando também os seus novos alvos estratégicos. Transnacionais de nome ou recém-formadas intensificaram sua busca por direitos minerários no Norte de Minas e no Vale Jequitinhonha, sendo que diversas concessões foram deferidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Aos olhos do capital, essa região passa a ser vista como uma nova fronteira mineral, atraindo as decisões de investimentos de grandes corporações mineradoras que assinaram, com o Governo do Estado de Minas Gerais, contrato de intenção para a exploração mineral (FONSECA, 2014:29).

Dentre os direitos minerários e concessões outorgadas pelo Governo de Minas Gerais no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha para extração de minério de ferro a partir dos anos 2000, destaca-se as seguintes iniciativas: a intenção da transnacional *Vale S.A.* em implantar um novo complexo de grande porte em área correspondente aos municípios de Serranópolis de Minas, Riacho dos Machados, Grão Mogol e Rio Pardo de Minas; o projeto Mineração Minas Bahia (MIBA), unidade minerária e logística com base nos municípios de Grão Mogol e Rio Pardo de Minas; e o Projeto Vale do Rio Pardo (PVRP).

O anúncio de investimentos na exploração mineral trouxe, inicialmente, grande expectativa de desenvolvimento econômico tanto em nível local quanto regional, refletindo também na formalização de parcerias. O PVRP, da Sul Americana de Metais (SAM), empresa de domínio da *holding* chinesa *Honbridge Holdings Limited* e representada em solo brasileiro pelo *Grupo Votorantim Novos Negócios*, manifestou interesse em ligar a região serrana de Grão Mogol até o litoral de Ilhéus, utilizando-se do estoque hídrico armazenado nas comportas da Usina Hidrelétrica de Irapé (UHE Irapé).

De acordo com o projeto proposto, um mineroduto de 482 quilômetros seccionaria 21 municípios localizados entre o Norte de Minas e o Centro Sul Baiano. Desde 2006 a SAM busca obter a LP junto ao órgão licenciador, que nesse caso trata-se do IBAMA. Aqui não houve a fragmentação em dois procedimentos administrativos distintos, o que caracteriza um certo ineditismo em termos de licenciamento ambiental¹⁶.

O minério da região é de baixo teor, em torno de 20%, por isso trata-se de um projeto muito inovador. Nenhuma empresa no Brasil, hoje, lavra minério desse teor, então é um grande desafio que vai exigir capital e tecnologia. E, como sabemos, a China é um grande consumidor de minério de ferro, compra muito do Brasil e é justamente o país que tem a tecnologia para fazer tal lavra. Então, a nossa parceria com os consórcios chineses, liderados pela Honbridge, é justamente para termos capital e tecnologia. É um projeto muito ambicioso, mas que dará um grande impulso no desenvolvimento da região (*Discurso do diretor da Votorantim Novos Negócios, Haroldo Fleischfresser, 2014*).

O projeto foi orçado em R\$4,236 bilhões, o que o tornaria o segundo mais caro da história de Minas Gerais, estando atrás somente do complexo Minas-Rio. Bem como aponta o portal eletrônico Diário do Comércio (2010), somente a construção do mineroduto chegaria em aportes financeiros na casa dos R\$810 milhões, consumindo anualmente 50 milhões de metros cúbicos de água, em um prazo mínimo de 25 anos. Partindo de uma estatística simples, este valor equivale a 6% de todo o consumo industrial e residencial de água do município de Belo Horizonte, e se caso acrescermos os demais complexos minerários apresentados neste capítulo, responderia por cerca de 30% (MILANEZ & SANTOS, 2013:9).

Em abril de 2010, a Agência Nacional das Águas (ANA) emitiu outorga de direito ao uso da água para captação de 974 litros por segundo (equivalente a 6.200 m³/s) para o projeto a partir dos recursos hídricos do Rio Jequitinhonha já captados pela barragem de Irapé. Em reportagem ao jornal Gazeta de Araçuaí (2014), o deputado estadual Rogério Correa (PT) denunciou que a concessão dada pela ANA equivaleria ao montante de 30,7 milhões m³/ano de recursos hídricos importantes para o Jequitinhonha, “quase a mesma quantidade de água

¹⁶ Procedimento Administrativo DILIC/IBAMA nº 02001.000959/2010-41: (cava) lavra a céu aberto com tratamento a úmido; barragem de contenção de rejeitos; usina de concentração. (mineroduto) área de estocagem e distribuição de tubos; estações adutoras de bombeamento.

que consome o município de Montes Claros (1.074L/s), 12 vezes mais que o município de Salinas e 69 vezes mais que Grão Mogol”.

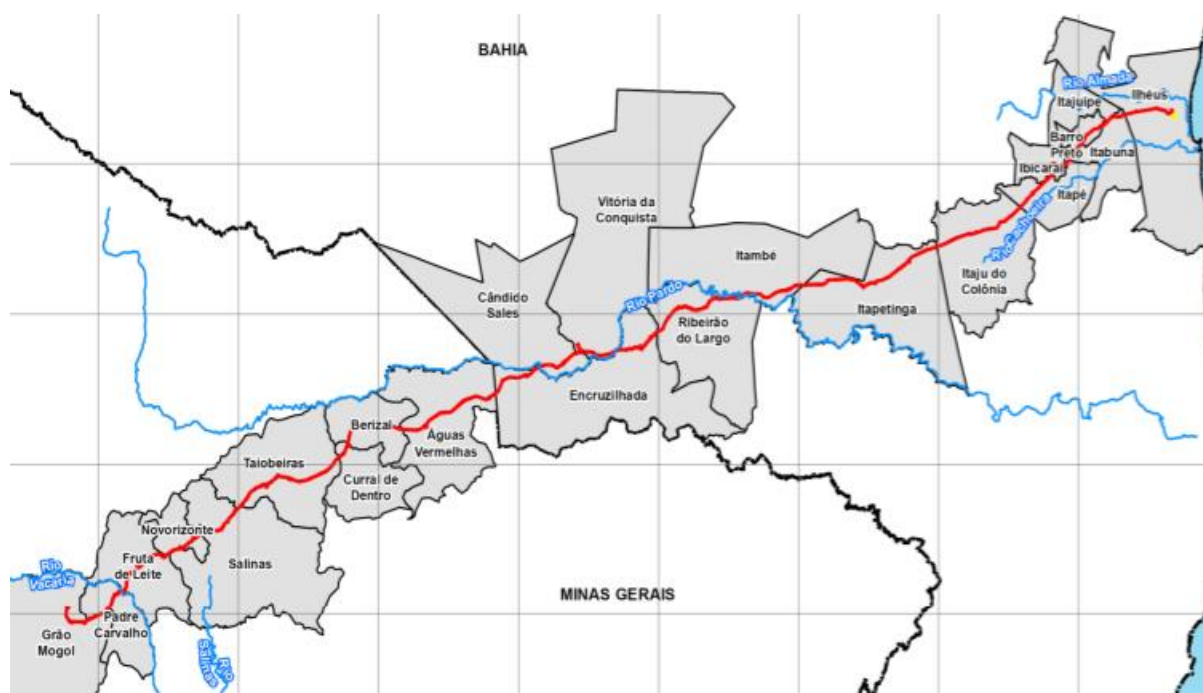


Figura 3: *Complexo SAM em perspectiva* (Extraído de: BRANDT, 2012).

Percebe-se que no caso dos minerodutos, as outorgas expedidas são aprovadas sem quaisquer dificuldades ou ponderações por parte das agências reguladoras e comitês de bacia, onde o poder das mineradoras é considerável. Sendo assim, as autorizações realizadas pelas instâncias estatais competentes têm funcionado como um verdadeiro ‘cheque em branco’, um seguro, uma garantia para as mineradoras, que usufruem desse privilégio em regiões com forte carência hídrica, tanto pela escassez natural como pela proximidade de regiões densamente povoadas.

Em julho de 2010, o então governador do estado assinou um protocolo de intenções com representantes da SAM com o qual garantiu à empresa o assentimento do governo frente à exploração de ferro em Grão Mogol a partir do PVRP. A princípio, o cronograma idealizado pelos parceiros constava como março de 2014 a data limite para a finalização da análise de viabilidade do projeto e operação, prazo paulatinamente ampliado devido a impasses e imprevistos observados no transcorrer do procedimento¹⁷.

¹⁷ “O Projeto Vale do Rio Pardo foi avaliado pela primeira vez em 2013. Na época, pareceres elaborados pela Dilic indicaram a necessidade de complementação e esclarecimentos. Ao analisar o novo estudo realizado pela SAM, a equipe concluiu que estava diante de um projeto completamente diferente e que, por esse motivo, seria necessária uma nova avaliação de impacto ambiental e um novo Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), além da realização de uma quarta audiência pública” (IBAMA, 2016).

Seguindo o rito do licenciamento, no dia 22 de janeiro de 2013, foi realizado pelo IBAMA uma audiência pública no ginásio poliesportivo Quita Benquerer, em Grão Mogol, e contou com a presença de aproximadamente 800 pessoas. O auditório alcançou lotação máxima, sendo que muitas pessoas acabaram em pé nos corredores e nos cantos da sala. No meio dos espectadores, uma ‘plateia’ constituída por funcionários da empresa, pesquisadores, movimentos sociais e atingidos procuravam espaço num ambiente lotado¹⁸.

Os integrantes dos grupos sociais exibiam bandeiras e gritavam palavras de ordem e davam a impressão de que estavam prontos para realizar uma “revolução”. Eles entraram pelo ginásio adentro empunhando as bandeiras e gritando palavras incompreensíveis em meio a cerca de 800 a 1000 pessoas sentadas em cadeiras (SENA, 2014).

De acordo com relatos obtidos em oficina realizada pelo projeto de extensão *Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais* (2018), depois da apresentação do projeto pelos funcionários da SAM, foi aberto o debate com a população, sendo que cada inscrito teve direito a 3 minutos de fala conforme regulamento lido anteriormente. Os atingidos, em sua maioria, questionaram o empreendimento e reclamaram da forma como a empresa vinha conduzindo seus trabalhos de sondagem, bem como a falta de informações sobre a situação fundiária das propriedades atingidas, invasão de propriedades sem a permissão do dono para a realização de furos de sondagem, destruição de árvores nativas e outros crimes ambientais como contaminação de recursos hídricos. Também houve protesto contra a emissão da LP para o projeto junto aos técnicos do IBAMA presentes na audiência, que mais pareciam parceiros do empreendedor quando se dedicavam a responder tecnicamente as ponderações das pessoas.

Há uma clara distinção entre “Fatos vs. Opinião” ou “Sábios vs. Ignorantes”, em uma hierarquia da verdade na qual as populações locais ocupam as posições mais inferiores por não terem acesso aos “fatos” (...) O discurso do outro é desqualificado enquanto fruto de “receios” e “medos”, emoções que significam um entrave ao conhecimento científico objetivo, configurando-se enquanto meras suposições (TÔRRES, 2014:14).

Nesse caso, bem como analisado por Zhouri & Oliveira (2013:87) em um contexto mais amplo no cenário brasileiro, “as pretensões participativas do licenciamento se vêm frustradas pelo seu *modus operandi*, pois a insistência em diretrizes participativas não impede a imposição da política do silêncio aos atingidos”. Em termos práticos, paira tanto em setores da Administração Pública quanto no setor privado um discurso que busca tão somente chancelar e burocratizar os procedimentos previstos na legislação, favorecendo a distorção da *decisão administrativa em decisão política*, arranjo utilizado em prol da continuidade de uma

¹⁸ Foram realizadas outras duas audiências públicas pelo IBAMA nos municípios de Cândido Sales e Ilhéus nos dias 23/01/2013 e 24/01/2013, respectivamente.

forma bem específica dentro das relações de poder, orientada pela lógica da *governamentalidade*.

Assim como descreve Yuriy Castelfranchi (2008:105), “na governamentalidade, governar significa conectar-se à imanência do sistema, conhecê-lo, compreendê-lo para poder influenciar eficazmente os fenômenos”. Bebbington (2011:339 *tradução minha*) analisa que no novo contexto neoextrativista, a ‘politização’ das decisões administrativas executadas por gestores públicos ocorre em sinergia com um discurso de conveniência que justifica de maneira bilateral as “relações causais entre mineração e desenvolvimento”, premissa utilizada como ‘cortina de fumaça’ cuja função é camuflar a troca de lealdades interpessoais entre as corporações e as principais coalizões partidárias do panorama eleitoral brasileiro. Com efeito, atores e acordos eclodem em escalas de espaço e tempo diversas e acabam influenciando diretamente nos processos decisórios (BEBBINGTON, 2011:342).

Seguindo esta cartilha, em janeiro de 2014, o então governador de Minas Gerais assinou a Declaração de Utilidade Pública (DUP¹⁹) nº30, que permitiu à SAM acesso a 8.000 hectares de terras, incluindo o espaço projetado para cava e mineroduto no território mineiro. As atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, ao serem enquadradas na categoria de ‘utilidade pública’, tem possibilitado englobar no mesmo conjunto os minerodutos, como já observado nos complexos Minas-Rio e SAM. No entanto, evidentemente, há um evidente abuso de poder exercido pelos signatários a favor da “consecução de finalidades discrepantes daquelas almejadas pela norma concessiva da competência” (VALENTE, 2008:8).

O ato de se transferir propriedades privadas para o Estado deixa mais fácil o caminho rumo à operação do empreendimento, dado a obrigatoriedade de se obedecer a um traçado previamente pactuado no DUP. Com a declaração em mãos, a derradeira tarefa a ser realizada pelo empreendedor é estipular o preço das indenizações segundo critérios meramente técnicos e efetuar depósito em juízo aos moradores. Protegida das contestações locacionais, resta como tarefa obrigatória a negociação financeira aos ex-proprietários, efetuada com o auxílio de ações judiciais.

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, mediante acordo ou judicialmente, terrenos situados nos Municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Salinas, Taiobeiras, Curral de Dentro, Berizal e Águas Vermelhas (...) A declaração de utilidade pública de que trata o *caput* estende-se às benfeitorias porventura existentes no interior dos terrenos.

¹⁹ Marciano Melo (2011:3) define o DUP como “ato através no qual o Poder Público manifesta sua intenção de adquirir compulsoriamente um bem determinado e o submete ao jugo de sua força expropriatória”.

Art. 2º - Os terrenos caracterizados são necessários à construção do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo, em favor da Empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM.

Art. 3º - A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG - fica autorizada a promover a desapropriação ou a constituição de servidão dos terrenos descritos no Anexo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência de que trata o art. 15 do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (MINAS GERAIS, 2014a).

Em maio do mesmo ano, o governador fez uma visita à China com o objetivo de “manter a internacionalização de Minas Gerais, como já fizemos com outros países, agora com um país que é tão estratégico para o nosso Estado” (AGÊNCIA MINAS, 2014). Na ocasião, foi realizada uma reunião com acionistas e dirigentes da *Honbridge Ltd.* onde foi assinado um termo aditivo ao protocolo de intenções já acordado em 2010, se comprometendo a construir duas barragens para abastecimento das comunidades locais: a barragem do Rio Vacarias e a barragem do Córrego do Vale, que somadas totalizariam um valor de R\$52 milhões.

Mesmo contando com a aquiescência do poder executivo estadual para construção e operação de seu projeto, a SAM não conseguiu passar ilesa às judicializações. Inclusive, as referidas barragens foram alvo de questionamentos por parte do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em virtude da ausência de estudos técnicos capazes de gerar subsídios e análises mais concretas acerca da viabilidade destas estruturas, haja visto que não foram incluídas no procedimento administrativo aberto junto ao IBAMA. Caso levarmos em conta a legislação vigente à época, elas deveriam ser analisadas pelo órgão ambiental em nível estadual, no caso a Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha (SUPRAM²⁰), contudo, o empreendedor tampouco solicitou abertura de novo licenciamento bem como buscou ainda dissociar as barragens como medida compensatória do complexo minerário. Sendo assim, o MPMG ajuizou Ação Civil Pública²¹ “visando a suspensão do licenciamento ambiental da empresa junto ao IBAMA, haja visto existir provas de fracionamento irregular do empreendimento, a fim de facilitar a obtenção de licença prévia” (MPMG, 2015a).

Como agravante, em março de 2015 o MPMG abre nova investigação com o intuito de apurar “suspeitas de irregularidades no processo licitatório e condutas antijurídicas de

²⁰ Entre 2007 e 2015, as SUPRAM's foram núcleos colegiados que analisavam a viabilidade ambiental de empreendimentos de magnitude regional, sendo extintos por intermédio da Lei nº 2.946/2015. A partir de então, as decisões foram novamente centralizadas no Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), órgão consultivo e deliberativo da política ambiental mineira que se caracteriza como um “fórum constituído por Plenário e por Câmaras Especializadas, reunindo funções de normatização, julgamento de casos de licenciamento e infrações ambientais, no âmbito do Estado de Minas Gerais” (PADOVANI, 2016:62).

²¹ Ação Civil Pública (ACP) nº 31235-75.2014.4.01.3800, que tramitou na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte entre 2015 e 2016.

servidores do IBAMA em conluio com funcionários da Sul Americana de Metais” (MPMG, 2015b²²). Nos últimos vinte anos, a autarquia tornou-se agência estratégica nas mediações entre crescimento econômico e princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado, por onde os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, ali se exprimiram diretamente. Queixas a respeito da carência de pessoal e material, defasagem salarial e infraestrutura precária, bem como a reincidência de decisões administrativas contaminadas por coerções externas ocasionadas por gestores públicos fiéis ao modelo gestor imposto pelo alto escalão do Governo Federal sempre foram empecilhos para uma atuação mais profissionalizada no campo do licenciamento. Em consonância aos questionamentos já feitos em relação ao órgão ambiental, um conjunto de movimentos sociais publicizou nota em fevereiro de 2015 evidenciando a atuação obscura dos seus servidores à reboque das pretensões da empresa:

Causa-nos espanto e perplexidade, o modo com que vem servidores do alto escalão do Governo Federal através do IBAMA, conduzindo o processo de licenciamento, descumprindo normas, o que nos leva a concluir que há suspeitas de prevaricação e facilitação dos interesses da empresa (COMUNIDADES GERAIZEIRAS DO VALE DAS CANCELAS, 2015).

Mesmo com todos os esforços empregados por parte de membros do setor público e privado, os desdobramentos da crise de 2008 acarretaram na retração contínua da exportação de minério no país, quadro que chegou num ponto extremamente crítico em 2015. Consequentemente, a redução da demanda externa resultou na queda do preço médio²³ da *commodity* e na rentabilidade do negócio para o setor empresarial. A megamineração, ao operar lado a lado com as expectativas de mercado, acaba por se tornar um alvo vulnerável em contextos de crise, ainda mais em se tratando de empreendimentos embrionários que ainda não saíram do papel, como é o caso do PVRP. Se o quadro atual é de retração da economia e de redução da demanda chinesa por minério de ferro, é momento de contenção de gastos ou até mesmo a reconsideração de metas e mudança de planos.

Os tão propagados projetos de exploração de minério de ferro na região, anunciados como a nova meca da mineração, permanecem apenas nos discursos, e pelo que tudo indica, vai demorar para sair do papel. Motivo: todos os projetos estão parados, com sérias pendências de licenças ambientais, revisões e investimentos (...). As mineradoras não admitem abertamente que o preço gera desânimo, geralmente elas culpam a burocracia estatal pela demora (...) A SAM ainda não “jogou a toalha”, mas os planos foram adiados para o ano de 2017 (FOLHA REGIONAL, 2014).

²² Procedimento de Apoio à Atividade Fim (PAAF) nº 0433.15.000440-9.

²³ Segundo informações divulgadas pelo Ministério de Minas e Energia no ano de 2015, a economia mineral no Brasil retraiu em uma média de 18% por ano no trinômio 2013-2015, gerando a queda de preços de seus principais itens nos últimos anos. No período destacado, o preço médio da *commodity* declinou cerca de 50%, por conta da diminuição da demanda chinesa (REVISTA BRASIL MINERAL, 2015).

Exposto aos holofotes devido à investigação do MPMG, os técnicos do IBAMA acabaram por realizar uma análise criteriosa acerca da viabilidade ambiental do projeto, concluindo que as diversas lacunas presentes nos estudos ambientais protocolados ao órgão competente deveriam resultar na rejeição do pedido de LP, decisão oficializada no dia 22 de março de 2016. O maior ponto de contestação dizia respeito à quantidade excessiva de rejeitos produzidos, cujo volume demandaria a construção de três barragens com capacidade total de 2,4 bilhões de metros cúbicos, incluindo o que seria o maior reservatório em atividade no Brasil, na cabeceira do córrego Lamarão, com 1,3 bilhões²⁴. De acordo com o parecer expedido, “os impactos negativos e riscos ambientais aos quais podem estar expostas as comunidades vizinhas e o meio ambiente não permitem que se ateste a viabilidade ambiental do projeto” (IBAMA, 2016a).

A SAM optou por realizar demissões em massa em seu corpo de funcionários na sede de Grão Mogol e no distrito do Vale das Cancelas após o indeferimento da licença, mantendo apenas alguns poucos vigias e seguranças imbuídos com a função de monitoramento de imóveis adquiridos onde ficavam armazenados os equipamentos. Os escritórios locais, verdadeiras bases estratégicas da empresa, foram deslocados integralmente para os municípios de Salinas e Belo Horizonte. Este quadro se manteve durante os anos de 2016 e 2017, iniciativa que fez aumentar ainda mais a descrença dos moradores, gestores públicos e empresários locais quanto à operação do empreendimento.

Contudo, desde o final de 2017 foram iniciadas novas movimentações em busca da abertura de outro procedimento administrativo, agora hospedado no órgão ambiental estadual (COPAM). Segundo informações extra-oficiais, o projeto acabou reduzido tão somente à cava a ser operada nos arredores das comunidades de Lamarão, São Francisco, situadas no distrito de Vale das Cancelas, acarretando assim numa significativa redução do seu custo de instalação. Em fevereiro de 2018, foram relatadas visitas de técnicos especializados como biólogos, geólogos e arqueólogos em São Francisco, provavelmente com o objetivo de coletar informações específicas para elaboração de um novo EIA-Rima.

O GRUPO VOTORANTIM E A CRIAÇÃO DA SUL AMERICANA DE METAIS S.A.

A presente seção buscará refletir sobre como a internacionalização do capital financeiro observado nas últimas décadas estimulou o surgimento de redes transcorporativas

²⁴ “O maior reservatório do país hoje pertence à Barragem do Eustáquio, da Rio Paracatu Mineração, em Minas Gerais, com capacidade para 750 milhões de m³. A segunda maior atualmente em operação é a de Santarém, com 672 milhões de m³, da mineradora Samarco, responsável pelo desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG)” (IBAMA, 2016b).

no contexto *neoextrativista* de expansão da fronteira minerária do estado de Minas Gerais. Por intermédio de uma genealogia da estrutura societária da SAM, propõe-se construir uma análise organizacional por onde será possível compreender como o curso globalizatório do capitalismo financeiro acaba por fabricar novos desenhos no que se refere às estruturas societárias das empresas envolvidas com a megamineração, solidificando ainda mais a condição geopolítica brasileira como economia primário-exportadora.

Desde a década de 1970, um novo paradigma tecnológico e organizacional orienta os grandes polos de expansão econômica rumo a mudanças nas formas de organização produtiva, reconfigurando a estrutura gerencial das empresas. A era do capitalismo financeiro, além de estimular a disseminação de uma visão liberal de desenvolvimento, multiplicou as possibilidades de participação acionária por distintos investidores. Na prática, fundos de investimento e corporações transnacionais consolidaram seu espaço de hegemonia no seio de uma agenda macroeconômica de cunho neoliberal, tornando-se, “ao mesmo tempo, causa e consequência do processo de concentração e centralização do capital, com origem nos países capitalistas avançados” (GONÇALVES, 1994:47).

Nas empresas, por exemplo, assistimos desde o pós-guerra a evolução de antigos trustes e cartéis e monopólios nacionais para a constituição das firmas multinacionais. Nestes cinquenta anos elas se fizeram transnacionais e na década de 80 tendem a converter-se em empresas globais. Na verdade, formam-se complexos produtivos planetários. (...) Não se pode pensar mais em mercados locais. Temos que pensar em escalas de produção realmente planetárias. O sistema produtivo moderno, o sistema financeiro e as formas de comunicação caminham para esta universalização (SANTOS, 1994:74).

Diante de mudanças tão significativas, grandes grupos empresariais encontraram atmosfera favorável no mercado interno brasileiro, reconhecido por possuir relações prontamente estreitas com o núcleo do sistema econômico internacional (GONÇALVES, 1994:123). Novos fluxos financeiros foram estabelecidos, carregando “a marca cada vez mais nítida de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário” (CHESNAIS, 1995:2), onde fundos mútuos de investimento e fundos de pensão viabilizam companhias “compostas por certo número de subsidiárias com uma ou mais sedes, constituídas em diversos países, de acordo com a legislação local que lhes dá personalidade jurídica e, sob certo aspecto, a nacionalidade” (BAPTISTA, 1987:17). O investimento externo direto realizado por estes atores vem sendo condicionado à participação nas ações administrativas, desenhando estratégias que assegurem o lucro no mais curto prazo. Esse esquema aumenta as fontes de investimento e diminui gradativamente o controle vertical nas ordens societárias.

Segundo Reinaldo Gonçalves (1994:29), “o crescimento, a inovação tecnológica e a rivalidade intercapitalista geram decisões estratégicas que implicam a ruptura organizacional da empresa”, e neste sentido as relações setoriais foram transformadas com o propósito de garantir a prevalência de uma lógica “grupo-administrador-controle-concertamento”. A formação de redes transcorporativas aborta de forma definitiva a concepção clássica de concorrência e favorece a ascensão de novos *players* locais, empresas brasileiras de capital misto organizadas a partir de Sociedades Anônimas (S.A.’s) responsáveis pela “mobilização de recursos para promover os interesses sistêmicos do *grand capital*” (GONÇALVES, 1994:32).

Enaltecer a qualidade dos brasileiros por serem povos flexíveis, comunicativos e miscigenados contribui para que também se tornem agressivos na selva econômica internacional, formando empresários globais com uma nova postura (FILHO, 2011:95).

O capital político e econômico adquirido em mais de cem anos de atuação consolidou o *Grupo Votorantim*²⁵ como ator importante e estratégico na produção e exportação de *commodities* de naturezas variadas no mercado brasileiro e internacional. Neste contexto, a *Votorantim Novos Negócios* (VNN), sua subsidiária, atua como uma incubadora de novos projetos, investindo “em empresas em estágio inicial de desenvolvimento e com alto potencial de crescimento e também em empreendimentos mais maduros, em que a geração de valor decorre da renovação do modelo operacional ou de negócio” (VOTORANTIM, 2018). Em linhas gerais, a VNN é um fundo de investimento cujo objetivo principal é lançar no mercado empreendimentos habilitados a negociar, desenvolver e operar ativos de *commodities* por meio da comercialização de pacotes de ações e abertura do capital na bolsa internacional de valores. Portanto, a subsidiária exerce a figura de monetizadora, transformando ativos em moeda a partir do lançamento de *joint-ventures* no mercado, buscando estabelecer vínculos e parcerias com uma rede global de acionistas interessados no crescimento patrimonial-financeiro.

A *Sul Americana de Metais S.A.* foi criada em 2006 pela VNN. O modelo societário constituído por S.A.’s visa garantir aos potenciais investidores segurança para a alocação de grandes quantidades de capital financeiro em empreendimentos ainda pré-operacionais, e por

²⁵ De acordo com Leandro Santos (2010:82), o Grupo Votorantim surgiu no ano de 1917 como uma empresa têxtil no distrito de Votorantim, no interior do estado de São Paulo. Desde então, transitou por gerações de herdeiros do fundador Antônio Pereira Inácio, diversificando seus negócios de acordo com cada momento histórico observado no cenário econômico brasileiro. Cresceu de forma constante desde a década de 1930, expandindo suas atividades nas áreas do cimento, química, siderúrgica, cal, álcool, suco de laranja, dentre outros. A partir da década de 1980, houve grande reestruturação e abertura para o capital internacional, tornando o Grupo um importante incubador de novos negócios ligados à exportação de *commodities* específicas como cimento, minério de ferro, zinco, soja, pecuária bovina e celulose.

isso repletos de incertezas. Trata-se de um mecanismo de atração utilizado no campo financeiro que assegura o distanciamento entre patrimônio individual e coletivo, diluindo responsabilidades e garantindo autonomia na venda futura de participações acionárias. Segundo informações divulgadas pelo IBRAM (2015), entre 2010 e 2011 a produção mineral brasileira obteve *superávit* de US\$14 bi, configurando um crescimento recorde de 68% em seus honorários, logo, não existiria melhor fator de convencimento perante aos possíveis olhares cautelosos dos interessados na empreitada.

Seguindo este rito, em abril de 2010 a VNN fechou acordo com três transnacionais chinesas para comercialização de 100% dos ativos do PVRP pela quantia de US\$390 mi. As compradoras foram a *Honbridge Holdings*, direcionada para o setor de investimentos; a *Xinwen Mining Group Co.*, importadora de carvão e outros insumos do setor de minérios e a *Shandong Iron & Steel*, uma das maiores siderúrgicas da China (ESTADÃO, 2010). É possível perceber grandes semelhanças no tocante às estratégias utilizadas para a monetização dos projetos megaminerários quando analisamos de forma mais aprofundada a estrutura societária dos demais complexos apresentados neste capítulo²⁶. Idealizados e lançados no mercado por empresas brasileiras, logo são vendidos para grandes corporações sediadas em países do alto escalão internacional.

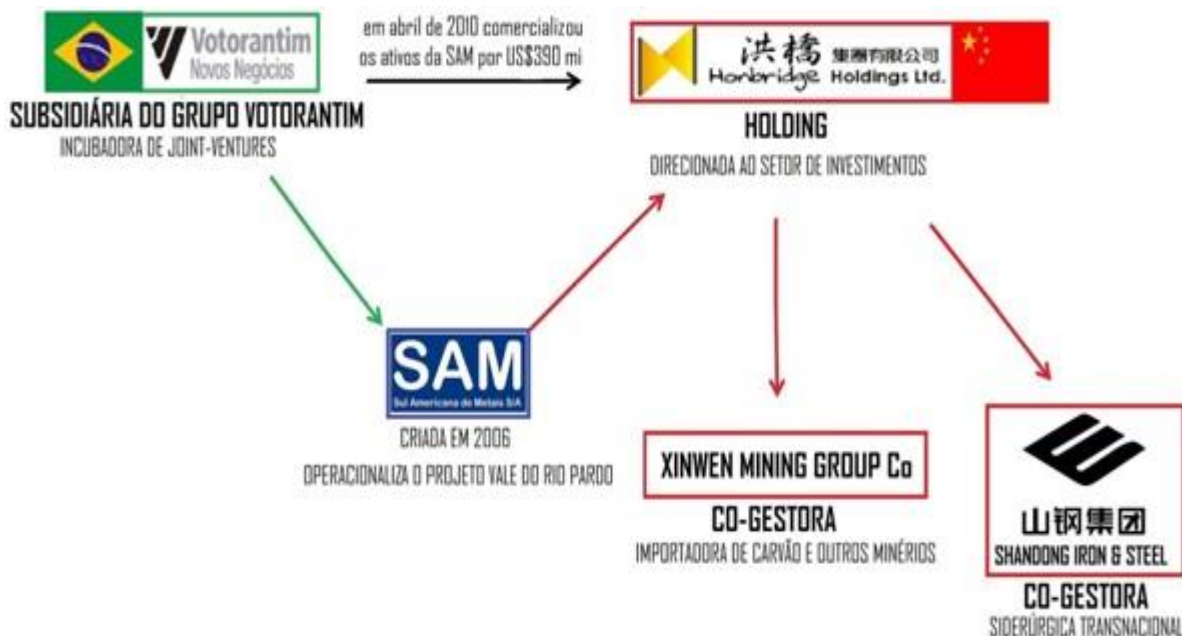


Figura 4: Estrutura societária da Sul Americana de Metais S.A.

²⁶ Em termos de megaminação, as operações financeiras são quase unanimidade: em 2010, a *MMX Metálicos S.A.* vendeu os ativos do Projeto Minas-Rio por quantia recorde à corporação sul-africana *Anglo American plc.*; no mesmo ano, a *Vale S.A.* e a anglo-australiana *BHP Billington* adquiriram antiga mina no município de Mariana, Minas Gerais, e a transferiram para a *Samarco Mineração S.A.*; por último, a *Manabi S.A.* foi comercializada em 2015 com a corporação sueca *Asgaard Co.*, especializada em logística.

As grandes empresas são, quase que compulsoriamente, ladeadas por grandes empresas financeiras. Essas empresas financeiras das multinacionais utilizam em grande parte a poupança dos países em que se encontram. Quando uma firma de qualquer outro país se instala num país C ou D, as poupanças internas passam a participar da lógica financeira e do trabalho financeiro dessa multinacional (SANTOS, 2001:22).

Com o intuito de ilustrar o contexto apresentado, a *Figura 4* apresenta uma genealogia da estrutura societária da SAM, elencando os principais atores e suas atribuições.

Ao analisar a estrutura societária do complexo Minas-Rio, Marina Tôrres (2014:2) aponta uma característica comum no contexto da megamineração em Minas Gerais: após a venda de ativos para empresas do capital transnacional por parte das empresas brasileiras, “a estratégia se estabelece no âmbito de *holding* e as oportunidades de investimento se definem em cada uma das subsidiárias em função dos planos estabelecidos nos níveis superiores”. Da mesma forma, a *Honbridge Holdings* passa a ditar as estratégias no âmbito da operacionalização do PVRP, monitorando e controlando as ações da SAM, que tornou-se sua subsidiária e representante nos municípios de Grão Mogol e Salinas.

Holdings são sociedades não operacionais que tem seu patrimônio composto de ações de outras companhias. (...) Em geral, essas sociedades de participação acionária não praticam operações comerciais, mas apenas a administração de seu patrimônio. Quando exerce o controle, a holding tem uma relação de dominação com as suas controladas, que serão suas subsidiárias (CARVALHOSA, 2009:14).

Os últimos doze anos foram marcados pelo surgimento de complexos minerários de larga escala produtiva, viabilizados com base na manutenção de práticas corporativistas de desenvolvimento. Neste mesmo recorte temporal, essa seção buscou evidenciar a partir do histórico corporativo da SAM o protagonismo de empresários locais no movimento de expansão da fronteira minerária brasileira. Ao comercializar seus ativos com corporações transnacionais, a VNN propiciou aos seus parceiros a aquisição do capital necessário para a criação de novas empresas. No entanto, sete anos se passaram e o quadro atual é de retração da economia e de redução da demanda chinesa por minério de ferro, mas mesmo diante deste cenário em junho de 2018 a SAM acaba de retomar o licenciamento, o que mostra uma constante flutuação do quadro. As vicissitudes do licenciamento ambiental representam um jogo em que as comunidades se vêem obrigadas a se organizar e a agir conforme o avançar das estratégias das empresas. Grupos expropriados e sujeitos às mais variadas formas de violência durante o desenrolar dos licenciamentos têm conseguido introduzir outros signos quanto às consequências dos projetos. Os próximos capítulos desta dissertação buscarão reverberar e amplificar essas vozes em outros espaços da sociedade, como o espaço acadêmico, por exemplo.

CAPÍTULO 2

AS VOZES DA RESISTÊNCIA NOS GERAIS o processo de formação dos geraizeiros como sujeitos políticos

O Capítulo 2 visa fornecer uma contribuição reflexiva acerca dos elementos que caracterizam os *povos tradicionais* no panorama brasileiro, sobretudo no contexto das últimas décadas, diante de um contexto onde se tornam frequentes os casos – e descasos – relativos à demarcação das terras, à defesa dos seus direitos e ao fortalecimento de identidades. Ênfase será dada à trajetória dos geraizeiros nas ações de resistência, revelando como tais experiências contribuíram para a formação de sujeitos políticos engajados na luta por direitos coletivos.

2.1 POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

PARA COMEÇO DE CONVERSA: UMA ETIMOLOGIA DOS POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL À LUZ DOS CONCEITOS DE CULTURA, AMBIENTE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Apresentar e discutir aspectos da estrutura social dos povos tradicionais, objetivo desta seção, é um exercício que exige reconhecer aspectos da realidade e distinguir adequadamente determinados conceitos. As próximas páginas se dedicarão em demonstrar a importância do olhar antropológico na visibilização de determinadas práticas, valores, compreensões e significados que fundamentam as relações entre as populações e o ambiente, de forma a fornecer uma contribuição reflexiva acerca dos elementos caracterizadores dos povos e comunidades tradicionais no contexto brasileiro. Neste sentido, essa análise buscará trazer à tona algumas especificidades conceituais relacionadas a elementos característicos dos povos tradicionais, já amplamente debatidos nas contribuições teóricas existentes sobre a temática.

De início, este exercício significa revisitar algumas construções teóricas inscritas no debate acerca da construção do conceito de cultura. Os contextos sociais formam cenários de ação determinados, aos quais os indivíduos recorrem para se orientarem. A produção cultural significa qualquer elemento criado e/ou herdado na vida material e espiritual do homem, ou seja, ela ocorre por intermédio de contextos sociais. Claude Lévi-Strauss sustenta que para se estudar determinada estrutura deve-se buscar acima de tudo apreender as propriedades intrínsecas de um certo tipo de ordem.

No final do século XVIII, a palavra germânica *Kultur* designava todos os elementos espirituais de uma dada comunidade. Já o termo francês *Civilization*, era utilizado para

descrever as realizações materiais da sociedade. A junção de tais conceitos, realizado por Edward Tylor, foram sintetizados no termo inglês *Culture*, cujo significado busca descrever toda produção humana em seu sentido amplo, incluindo mitos, ritos, conhecimentos, crenças, costumes, moral, leis, dentre outros, referindo, desta forma, a todos os hábitos adquiridos pelo homem como o único ser possuidor de cultura. Nesta perspectiva, o homem poderia ser definido como um resultado do meio cultural no qual está inserido, uma vez que é herdeiro do processo acumulativo oriundo do conhecimento e práticas das gerações antecedentes.

Consequentemente, este ‘vício de origem’ observado no conceito de cultura apresenta uma perspectiva deveras antropocêntrica, e ajuda a melhor entender os motivos os quais *cultura* e *natureza* foram por muito tempo tratados como um par dicotômico. Neste ponto, a construção crítica das ciências sociais transitou entre interpretações distintas, seja pela compreensão de sua relação como pares opostos ou por contribuições recentes que as enxergam como partícipes de uma interação relacional e indissociável²⁷.

O verbo **opor**, do latim *opponere*, significaria apresentar o par como adversários, em lados contrários prestes a se digladiar, mas diversas linhagens teóricas revelam a possibilidade de verificar como o ato de opor estabelece uma comparação entre entidades suscetíveis a pesos e medidas distintas e com fronteiras delimitadas. Ora, nem nós humanos, e muito menos a natureza, somos assim, tão sólidos e duráveis.

Mas já transgredimos as fronteiras! Até outro dia, considerávamos as fronteiras como verdadeiras representações da realidade, mas logo foi possível perceber que a busca pelo todo, em suas partes, nos levará novamente ao sofrimento e à dominação. Se iniciarmos os estudos do conceito de cultura já antevendo uma oposição à natureza, já estaremos nos minando com fragilidades relacionais e cognitivas²⁸. De forma constante, criamos (reproduzimos) um abismo entre a chamada metafísica ocidental e a natureza. A humanidade tornou-se obcecada por ela e por sua preservação/conservação e, ao mesmo tempo, desperdiça tantos recursos e coloca como principal meta o crescimento econômico e o desenvolvimento.

²⁷ O debate acerca dos conceitos de cultura e natureza é um cerne dentro do campo da antropologia, e há tempos está em amplo debate teórico-conceitual. Segundo Claude Lévi-Strauss (2009:1), “de todos os princípios propostos pelos precursores da sociologia nenhum sem dúvida foi repudiado com tanta firmeza quanto o que diz respeito à distinção entre estado de natureza e estado de sociedade”.

²⁸ O fazer antropológico que emerge a partir da segunda metade do século XX procurou consolidar correntes teóricas capazes de transpor a separação ontológica entre natureza e cultura. Ainda existem alguns estudiosos contemporâneos, como o britânico Tim Ingold, que buscam, inclusive, negar a existência prática da cultura. Para o autor, não existe cultura, pra ele tudo é natureza, pois segundo sua interpretação, a natureza também guarda a história.

Por outro lado, a **unidade**, do latim *unitate*, refere-se à qualidade do que é um, ou único, formador de um todo completo. Considerar a natureza como uma construção social em perpétuo lança um desafio formidável à antropologia, cuja saída não é a posição dicotômica, pois esta tem como pressuposto a crença em uma natureza universal aprisionada nas fronteiras atribuídas pela metafísica ocidental.

Como afirma Roque Laraia (1986), por muito tempo a antropologia direcionou seu enfoque na construção dos mais variados recursos teóricos e metodológicos capazes de compreender de forma consistente as relações entre cultura e sociedade, formando assim um campo científico caracterizado pela configuração de espaços de disputa pelo monopólio do ‘fazer antropológico’, cuja eficácia se situa no poder de imposição de determinadas visões acerca dos conceitos e fenômenos sociais. Se por um lado o positivismo e o instrumental prático das ciências duras influenciaram o surgimento de concepções adaptativas de cultura, acadêmicos afeitos a teorias mais idealistas - como a sociologia compreensiva de Weber, se atentaram para a relevância dos signos e simbolismos no contexto das ações sociais e todas as formas que assumem, e assim iniciaram um movimento de desconstrução da perspectiva ontológica norteadora dos evolucionistas e dos estruturalistas no transcorrer do século XX.

Muitos foram os avanços práticos na busca e na descrição de métodos de análise, compreensão e descrição dos povos e da sua cultura com relação ao ambiente e à natureza. Desde Geertz, os estudos etnográficos têm estabelecido um verdadeiro exercício interpretativo, cujo desafio essencial é saber lidar sociologicamente com as manifestações simbólicas regedoras dos mais variados sistemas de classificação do mundo natural. Cada caso pesquisado ganha em peculiaridade e desafio, representando dinâmicas repletas de subjetividades que abrangem grandes variedades de formas constitutivas complexas, refletidas, por exemplo, nos valores e nas manifestações culturais, nas relações de parentesco, nos regimes de uso comum, em suma, dos vínculos históricos existentes com o território, entre tantos outros atributos.

A antropologia demonstra que o mundo faz sentido para as pessoas através da forma como ele é vivido por elas, e não através da forma como ele é formalmente desenhado. Ora, os significados não são atrelados aos objetos do mundo pela mente (do indivíduo). Ao contrário, esses objetos (o real), assumem significados pela sua incorporação aos padrões característicos das atividades cotidianas das pessoas.

No seio dos particularismos o lugar aconchega a natureza e o ambiente nas práticas sociais, tornando-se um mecanismo de organização do grupo. Além de expressar um

conteúdo cultural, é também reflexo do conjunto de regras, valores, modos organizativos e principalmente das experiências acumuladas por uma coletividade. A compreensão dos vínculos identitários de comunidades e populações manifestados a partir de suas práticas culturais, inclusive econômicas e de reprodução, e as relações que elas estabelecem com determinados territórios, constituem-se dessa forma em um importante objeto analítico da antropologia.

Nesses moldes, o fazer etnográfico ganha em amplitude, possibilitando a compreensão dos processos dinâmicos de transformação que acabam por criar os arranjos sociais das sociedades. Aqui a cultura é enxergada em seu dinamismo, e o tempo torna-se um elemento importante. Aqui também são valorizados os sistemas culturais, em constante mudança, sempre em contínua reconstrução a partir do conhecimento local, das necessidades, adaptações e resistências. Tendo como norte a cronologia descrita, cabe elucidar os conceitos de *território e identidade*.

Dentro do campo científico, os significados dos conceitos estão sujeitos a simplificações capazes de alterar seus efeitos de sentido, principalmente quando são apropriados por disciplinas com matrizes analíticas distintas. No nível das epistemologias, eles estão em constantes disputas e são recorrentemente ressemantizados conforme orientações ideológicas ou interesses particulares. Este é o dilema no qual o conceito de território sempre esteve implicado, desde quando analisado pela esfera das suas dimensões políticas imbricadas em relações de poder, passando por interpretações interessadas em compreender seus sentidos simbólicos e abstratos ou, de forma contrastante, físicos e materiais. Em suma, a sua natureza multifacetada traz consigo o risco de interpretações reducionistas ou influenciadas por ideologias com potencial de limitar todo e qualquer pensamento crítico.

No ponto de vista da antropologia, o território, diferentemente da noção de espaço, reflete significados de lugares apropriados pelos grupos e remete a todo um conjunto de representações simbólicas. Não mais se restringe a um espaço físico ou um bem material imóvel: carrega consigo um conjunto de experiências sociais presentes na memória do grupo e constitui um componente da herança passada e futura. Cada córrego ou rio, cada monte ou vale, cada curva de um caminho tem um significado, construído socialmente, dotado de valores imateriais os quais só são passíveis de compreensão dentro da sua lógica de organização social.

O território figura como valor supremo, ligado, a princípio, a uma dimensão espacial concreta, mas também ao conjunto de relações sociais e representações sobre o espaço em que se dão essas relações. Os saberes tradicionais também são marcos indelévels dessa proposta, envolvendo estratégias societárias e profundo conhecimento de biomas e ecossistemas, técnicas sofisticadas e sensíveis de uso de recursos naturais e simbólicos, instituições que garantem não somente a socialização e reprodução desses saberes, cosmologias, mas sua atualização permanente (COSTA FILHO, 2016:199).

Ao englobar a terra e a estrutura social do grupo, o território abrange o espaço de trabalho da família, o patrimônio no sentido de possibilidade de garantia da sobrevivência familiar. Os valores morais, religiosos e simbólicos da terra se posicionam, dentro da estrutura social do grupo, em superioridade em relação ao valor de troca, que muitas vezes não tem significado algum, quando se trata de patrimônio territorial. O território é parte constituinte da identidade do grupo, é o espaço para a transmissão de saberes tradicionais às gerações futuras, e, simultaneamente, a forma de reprodução social e da subsistência, tornando-se todos os componentes de significantes e significados.

A identidade é um dos componentes da estrutura social de um grupo étnico que melhor cumpre a função distintiva e de coesão social. Ela se manifesta em oposição às outras identidades, sempre em relação a outros grupos. Não se pode compreendê-la restringindo seu sentido tão somente a aspectos internos, justamente por não se tratarem de sistemas herméticos, mas também porque ela é produzida nas relações “intra” e “inter” grupos, expressando o sentimento de pertencimento. Trata-se, portanto, de uma característica distintiva e contrastiva.

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo (...) No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 1999:22).

Seguindo essa linha de raciocínio, a identidade é um espelho onde é possível refletir a alteridade. É na alteridade, na relação de oposição com outras identidades, que ela se manifesta e pode ser compreendida, apresentando-se na forma afirmativa. Ao habitar nas manifestações de ser e de pertencer, torna-se um mecanismo de organização do grupo capaz de expressar um conjunto de estruturas sociais, delineando regras, valores, modos organizativos e as experiências históricas acumuladas. Assim sendo, essa estrutura precisa ser compreendida a partir de sua gênese processual, dinâmica e repleta de subjetividades as quais abrangem uma grande variedade de formas constitutivas complexas.

As identidades culturais não são atributos fixos ou permanentes dos indivíduos. Trata-se, mais precisamente, de artefatos, de construções, de invenções, de discursos, de comportamentos e de universos simbólicos (STAVENHAGEN, 2010:78 *tradução livre*).

Por ser manifestação da organização social que a constitui, a identidade expressa também as relações de poder existentes. Segundo Manuel Castells (1999), a construção da identidade se vale da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições e organizações produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, por fantasias pessoais e por aparatos de poder e revelações de cunho religioso, servindo como fonte de significados e experiências de um povo.

Situando o debate no contexto da globalização, o autor aponta três formas de construção de identidade: i) *identidade legitimadora*; ii) *identidade de resistência*; iii) *identidade de projeto*. A primeira se manifesta promovendo ou reforçando a dominação de um grupo sobre outro, originando um conjunto de organizações, instituições e atores sociais estruturados que, embora muitas vezes de modo conflitante, as reproduzem como fontes de dominação. Já a segunda categoria se estrutura na resistência e possui um caráter estritamente político, orientada para o embate e confronto ideológico por intermédio do reforço de suas formas organizativas. Por último, a identidade de projeto é aquela por onde alguns grupos sociais recorrem e utilizam na construção de novos posicionamentos perante outros grupos e em relação à sociedade como um todo, expressando novas projeções de futuro (CASTELLS, 1999). Os processos identitários são, portanto, importante mecanismo de produção e reprodução. Sendo o ambiente das relações o *locus* onde as identidades se estabelecem, os grupos étnicos lançam mão, muitas vezes, do uso de uma identidade quando essa escolha representa visibilidade positiva e favorável em termos políticos e legais.

Nas últimas décadas, temos observado tanto na esfera internacional quanto nacional um marcante avanço das políticas públicas afirmativas de identidade étnico-racial, cujos principais pressupostos dizem respeito à intervenção ativa do Estado relacionada ao reconhecimento e salvaguarda de direitos coletivos²⁹. No contexto brasileiro, esta cinesia legislativa foi antecedida por um amplo movimento de reivindicação de interesses difusos e coletivos que despontaram no transcorrer da década de 1980, cujos efeitos resultaram em notáveis mudanças de perspectiva dentro do campo jurídico. Sendo assim, para além do

²⁹ Em nível internacional, o primeiro diploma relacionado à temática trata-se da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela define, em linhas gerais, três critérios fundamentais para determinar os grupos aos quais ela se aplica: i) a existência de condições sociais, culturais e econômicas diferentes de outros setores da sociedade nacional; ii) a presença de uma organização social regida total ou parcialmente por regras e tradições próprias; iii) a auto-identificação, entendida como a consciência que tem o grupo social de sua identidade tradicional. A ratificação da Convenção não apenas reforça os instrumentos de redefinição da política agrária, mas também favorece a aplicação da política ambiental e de políticas étnicas, reforçando os termos da implementação do outro dispositivo transnacional, a Convenção Sobre a Diversidade Biológica (CBD).

desenvolvimento do direito internacional no reconhecimento e respeito às diferenças étnicas e culturais, a evolução do nosso direito interno é fruto de “uma relação circular entre movimentos reivindicatórios, elaboração teórica e alterações legislativas, de início tímidas, que se vão reforçando mutuamente, até se chegar ao ponto em que estamos” (DUPRAT, 2013:1).

A Constituição Federal de 1988 (CF 88), dentre todas as Constituições Federais promulgadas até hoje, foi a pioneira quando busca valorar os grupos etnicamente diferenciados, garantindo em seu Art. 215 §1º a proteção de “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988). A princípio, percebe-se que tais prerrogativas vieram atender, sobretudo, as populações indígenas e quilombolas, no sentido de salvaguardá-las quanto aos seus direitos territoriais e culturais específicos, representando assim um compromisso afirmado pelo Estado brasileiro na contemplação de suas especificidades e necessidades na esfera das políticas públicas (SILVA, 2007). Este avanço semântico observado na CF 88 também veio refletir no processo de visibilização de todo um conjunto de povos tradicionais ao redor do país.

As teorias do pluralismo jurídico, para as quais o direito produzido pelo Estado não é o único, ganharam força com a Constituição de 1988. Juntamente com elas e com as críticas ao positivismo, que historicamente confundiu as chamadas “minorias” dentro da noção de “povo”, também foi contemplado o direito à diferença, enunciando o reconhecimento de direitos étnicos (ALMEIDA, 2006:26).

Contamos com a sorte do Brasil ser socioambientalmente mega diverso. Se levarmos em consideração apenas as culturas indígenas, existem cerca de 305 etnias, falando 274 idiomas distintos (IBGE, 2010). Ainda temos os remanescentes de quilombolas, os ciganos, os ribeirinhos, os seringueiros, os faxinalenses, os pescadores artesanais, os caatingueiros, os caiçaras, os castanheiros, as quebradeiras de coco de babaçu, e tantos outros culturalmente diferenciados. São grupos³⁰ guardiões de conhecimentos tradicionais, saberes e práticas dinâmicas capazes de se renovar a cada dia, orientando a sua reprodução social.

Conceitos e teorias universalizantes tendem a produzir doutrinas muito amplas, homogeneizadoras e atemporais. As relações e vínculos que permeiam as construções ideológicas, simbólicas e identitárias desses grupos é a contrastividade exercida no contato

³⁰ Em linhas gerais, assim sintetizo o conjunto de características comuns desses grupos: i) existe uma simbiose com os ciclos e recursos da natureza na construção dos modos de vida; ii) a importância das atividades de subsistência, ainda que em relação com o mercado; iii) as estratégias de uso e manejo dos recursos se dão mediante os conhecimentos acumulados do meio em que vivem; iv) as moradias e ocupação do território se dão por várias gerações; v) a importância dos mitos e rituais associados as atividades e ao relacionar; vi) a auto identificação ou identificação pelos outros como pertencentes de uma cultura distinta (alteridade).

inter-étnico. Todo o esforço empregado nas discussões acerca da caracterização desses sujeitos sociais deveria em tese buscar superar as homogeneizações conceituais para melhor reconhecer sua constante reinvenção do processo de afirmação e reprodução étnica. Contudo, os mesmos são utilizados nas políticas públicas relacionadas aos povos tradicionais por intermédio de construções pouco coletivas e participativas junto aos sujeitos sociais de interesse, e, conseqüentemente, para além do romantismo das palavras, temos iniciativas ainda embrionárias em relação à garantia e salvaguarda de seus direitos coletivos. Essa característica pode ser observada na atitude inerte e morosa da burocracia estatal na implementação e regulamentação das legislações já publicadas.

O ordenamento jurídico nacional tem no Decreto nº 6.040/2007 a principal legislação relacionada à temática. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) tem como meta promover o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais de grupos etnicamente diferenciados. Para a consecução deste objetivo, buscou delinear uma definição concreta para o conceito de *povos tradicionais*.

De acordo com a referida legislação, os *povos tradicionais*³¹ são grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, dotados de formas próprias de organização social, ocupantes, usuários e guardiões de recursos naturais e territórios cuja manutenção a partir de determinados conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição são condição intrínsecas à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (BRASIL, 2007). Neste sentido, a categoria deve ser percebida de forma abrangente com vistas a englobar coletividades distintas. Para além das normativas legais, ela vem ganhando força, principalmente, por meio da auto-identificação, por onde os sujeitos buscam formas de organização política em sua direção, à medida que os próprios grupos se percebem como culturalmente diferenciados da sociedade envolvente, com organizações sociais específicas ancoradas em suas histórias e territórios (OLIVEIRA, 1994).

³¹ Alfredo Wagner de Almeida (2006:25) traça uma etimologia da categoria identitária *povos tradicionais* no cenário brasileiro. Identifica que, devido a questões de conotação política e de dinâmicas de mobilização, o termo *populações* acaba por ser substituído por *povos*, incorporando à noção de *tradicional* “as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada”, para além de aspectos históricos e de “laços primordiais que amparam unidades afetivas”.

O Decreto 6.040 também melhor caracteriza os *territórios tradicionais*³², espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, as regulamentações pré-existentes (BRASIL, 2007).

Segundo Baines (2015:10), “a demarcação das terras indígenas é procedimento meramente administrativo, conforme a Constituição Federal de 1988 (Art. 231), apenas reconhecendo o direito pré-existente dos povos indígenas às suas terras, que é direito originário, pois a Constituição determina que todos os títulos incidentes sobre terras indígenas devem ser considerados nulos”. Já em relação às populações quilombolas, “a Constituição determina que cabe ao Estado brasileiro a tarefa de reconhecer e expedir os títulos aos remanescentes das comunidades quilombolas (artigo 68 ADCT). Cabe ao Incra titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto 4887/2003)” (INCRA, 2017:9).

Os demais povos tradicionais mencionados ainda não foram contemplados com um marco jurídico específico capaz de melhor esclarecer como se daria o processo de reconhecimento, delimitação e regularização dos territórios. Neste sentido, existe uma grande mobilização em curso por parte dos movimentos sociais para a criação de dispositivos, normativas e itinerários interessados em garantir a sua sustentabilidade territorial, valendo-se de conquistas já obtidas pelos povos indígenas e quilombolas. De forma consequente, “a Identidade de Resistência, que já era eminente a esses grupos, passa a configurar-se como Identidade de Projeto, que leva esses grupos a buscarem uma mudança na estrutura política através da afirmação de sua identidade coletiva” (RODRIGUES & THÉ, 2012:16).

O que há hoje é uma procrastinação e inércia da execução das políticas indigenistas, principalmente no que tange a positivação do direito territorial. As demais comunidades tradicionais estão mais descobertas ainda, pela fragilidade jurídica que promovem seus direitos. Resta às comunidades tradicionais lutarem, como sempre fizeram, para resistirem e se organizarem de forma que seus direitos sejam contemplados (CEDEFES, 2017:2).

DESENVOLVIMENTO E RECONHECIMENTO DE DIREITOS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS

Para entender a importância do debate que cerca os povos tradicionais em Minas Gerais, o presente item propõe estabelecer uma pequena reflexão acerca da formação das elites políticas e econômicas mineiras e suas ambições de desenvolvimento para o estado.

³² No Brasil, o processo de reconhecimento legal dos territórios tradicionais ainda peca pela morosidade e ineficiência das instâncias estatais no que se refere à homologação. De acordo com informações divulgadas no portal eletrônico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem 74 territórios indígenas declarados e apenas 14 homologados. Já em relação aos quilombolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identifica 10 territórios homologados em um universo de aproximadamente 280 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Em sua análise, Otávio Dulci (1999) nos ajuda no entendimento da construção da elite mineira. Esta elite econômica pode ser dividida entre “modernizadores” e “conservadores”: os primeiros de origem urbana/rural-urbana e formação universitária; o segundo grupo com raízes na vocação agrícola do estado. Destes dois grupos da elite econômica são formados os quadros da sociedade política mineira existentes no transcorrer do século XX. Estes dois grupos travaram um extenso embate de idéias e ações em busca de uma política de desenvolvimento mineiro, formando a estrutura do poder estatal.

Ainda segundo o referido autor, a harmonização de interesses destes dois grupos propiciou a formação da política desenvolvimentista caracterizada por ações ditas “modernizantes”, mas que, sobretudo procurou manter privilégios e domínios a uma elite conservadora de origem agrícola, como por exemplo, a posse da terra e os cargos políticos (DULCI, 1999). Trata-se de uma modernização conservadora interessada em se adequar às exigências do capitalismo industrial/financeiro, mantendo assim as relações de poder³³.

Trata-se de um tipo de modernização adaptativa, em que os possíveis antagonismos entre interesses tradicionais e emergentes cedem lugar a formas de composição pelas quais políticas modernizantes são introduzidas, com o endosso ou mesmo por iniciativa dos grupos estabelecidos (DULCI, 1999:24).

Zhourri & Samora (2013:163) apontam que a partir de meados do século passado, elites econômicas e políticas locais empreenderam um esforço de *modernização recuperadora* da economia mineira, deslocando o centro da industrialização da RMBH para o Vale do Aço, e para isso demandaram vastas parcelas territoriais para a alocação urbana de fábricas, para a monocultura de eucalipto e construção de estradas, hidrelétricas, dentre outros. Ao considerar essa peculiaridade, temos alguns indícios que nos fazem entender os caminhos das políticas de desenvolvimento aplicadas e seus efeitos nos territórios e nos sujeitos sociais.

O desequilíbrio entre regiões emerge como questão quando uma economia nacional transita para a fase industrial. Essa transição consiste tipicamente na concentração de investimentos industriais em uma dada área, desenhando-se então a situação descrita pelo modelo de centro-periferia: uma região central poderosa reduz o resto do espaço econômico ao papel de área tributária que é drenada de seus recursos, mão-de-obra e capital (DULCI, 1999:18).

Atualmente, vivemos tempos cujas assimetrias proporcionadas pela relação entre desenvolvimento e desigualdade são visíveis e marcantes. A questão da terra torna-se cada vez mais importante. Bem como já foi mencionado na seção anterior, houve uma ampliação

³³ “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1979:8).

dos direitos cidadãos e da consciência dos mesmos por uma parcela da população, mudanças que proporcionam mais espaço para a resistência e reivindicações acerca do direito coletivo e consuetudinário. Minas Gerais possui uma grande quantidade de comunidades com características diferenciadas. Há produções identitárias emergindo, por exemplo, de identidades étnicas (indígenas, povos de terreiro, quilombolas, ciganos), vinculados à ecossistemas específicos (geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros), e também definidos por atividades agroextrativistas (apanhadores de flores sempre-vivas, faiscaidores), dentre outras categorias identitárias objetivadas em movimento social (COSTA FILHO *et al*, 2015:76; RODRIGUES & THÉ, 2012:6).

Apesar dos avanços das últimas décadas, a crise do trabalho e o avanço das políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas nos territórios contribuíram não somente pelo surgimento de imbrólios fundiários, mas também para a permanência de déficits educacionais, altas taxas de desemprego, acesso deficitário à saúde, precariedade das condições de moradia e infra-estrutura. Este quadro não é apenas reflexo de uma situação histórica de apartação social, mas é resultado de um modelo de desenvolvimento que, enraizado na política econômica mineira, mantém excluída uma grande parte da população e tem contribuído para a manutenção das desigualdades.

Sabemos que boa parte dessas comunidades encontra-se ainda na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas política e socialmente. Sabemos também que boa parte dos conflitos socioambientais em Minas Gerais resulta da invasão de seus territórios tradicionais e do impacto direto ou indireto sobre tais comunidades (COSTA FILHO, 2010:3).

Diante desse contexto, sujeitos são gestados por processos, acumulando histórias de resistência, sonhos e esperanças, trazendo consigo a luta pelo reconhecimento dos seus direitos coletivos. Tais narrativas, oriundas de situações de conflito, são motivadas por um forte apelo por justiça, e tem mobilizado a chegada de novos atores que, seja por questões ideológicas ou por questões relacionadas a visões de mundo, se posicionam dentro do universo das relações sociais desses sujeitos e também fazem a diferença, cada um de sua forma, para a visibilização dos mesmos. De imediato, podemos listar setores progressistas da Igreja Católica, pesquisadores acadêmicos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e frentes parlamentares como importantes parceiros.

O alvorecer do século XXI foi marcado por uma dinâmica de ampliação do espectro de atuação das universidades na esfera extensionista, estimulando novas experiências acadêmicas por meio das quais investigação e ação na perspectiva da pesquisa e da extensão

qualificam o processo de aprendizagem nas instituições de ensino superior brasileiras (OLIVEIRA & GARCIA, 2013:157). São iniciativas interessadas em “colaborar com os processos políticos que interessam aos próprios sujeitos da pesquisa, de tornar suas lutas e identidades sociais visíveis e legitimadas” (AUGUSTO, 2011:15), por intermédio de um “duplo compromisso: é um esforço universitário público porque se remete a uma proposta socialmente comprometida e ao mesmo tempo científica” (AUGUSTO, 2011:16). Em Minas Gerais, tais iniciativas estão inscritas na concepção de fortalecimento ante a uma perspectiva política e cultural-identitária, com o objetivo de fomentar o questionamento perante as hegemonias locais, contribuindo deste modo nas lutas sociais³⁴.

De forma semelhante, os movimentos sociais são verdadeiras redes de enfrentamento organizadas com o fito de executar determinadas ações em defesa de interesses coletivos em potenciais conflitos, objetivando a transformação da realidade. São redes formais e informais de resistência que se colocam no centro de reivindicações como a reforma agrária e a reforma urbana, tendo como estratégia de luta a ocupação de terras cuja função social da propriedade não vem sendo cumpridas, com o intuito de pressionar as instituições estatais em busca da garantia de moradia, educação e saúde dignas. Nas palavras de Gohn (2011:335), essa atuação é orientada por “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”.

É no seio desses mecanismos que as pautas de reconhecimento de direitos territoriais ganham materialidade, favorecendo a criação de estratégias coletivas de intervenção e atuação em nível local e regional³⁵. Amparados pela representatividade e pelo legado construído por determinados movimentos sociais já bem estabelecidos em toda seara nacional, Minas Gerais agora presencia o surgimento de novas organizações representativas

³⁴ Desde o ano de 2012, o programa “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais”, vinculado ao GESTA-UFMG, realiza um importante trabalho de pesquisa e extensão interdisciplinar junto aos povos tradicionais localizados no estado. Dentre as ações desenvolvidas, inclui-se a realização de oficinas sobre os direitos dos povos tradicionais, a realização de *surveys*, o georreferenciamento de territórios e atividades de assessoria técnica especializada, como por exemplo a elaboração de relatórios antropológicos circunstanciados. Também destacam-se o trabalho de parceiros como o Grupo de estudos e pesquisas sobre comunidades tradicionais no Rio São Francisco (Opará-Unimontes), o Núcleo de Estudos sobre Populações Quilombolas e Tradicionais (NuQ-UFMG), o Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano (NESTH-UFMG) e o Núcleo de Agroecologia e Camponato (NAC-UFVJM).

³⁵ No Brasil, a chamada “velha guarda” dos movimentos sociais ligados à luta pelo território são caracterizados pela capilaridade e potencial de recrutamento de novos quadros. Em Minas Gerais, grupos de abrangência nacional como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) têm contribuído para o surgimento de movimentos locais ligados aos povos tradicionais mineiros. Dentre eles, enumero a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, o Movimento Geraizeiro e a Articulação dos Vazanteiros e Quilombolas em Movimento como os principais expoentes que surgiram nos últimos anos.

emergidas nos territórios que buscam o empoderamento de jovens, adultos, trabalhadores rurais, camponeses, mulheres, dentre outros segmentos agrupados em prol da questão do reconhecimento étnico.

Igualmente, percebe-se o surgimento de mobilizações distintas neste coletivo interessado na visibilização e reconhecimento de direitos territoriais no estado, como entidades do terceiro setor como pastorais sociais, Organizações Não Governamentais (ONG's) e fundos nacionais e internacionais de investimento³⁶. Essas iniciativas buscam aliar uma atuação mais politizada, situada e posicionada em defesa dos povos, da terra, das águas e das florestas, porém também focada em atividades de assessorias mais profissionalizadas, técnicas, especializadas que contam com a ajuda de recursos financeiros advindos de financiamento externo. Grosso modo, essas entidades realizam ações pautadas na conquista dos direitos e da resistência na terra.

Em nível estadual, o processo de institucionalização das normativas e políticas relacionadas à salvaguarda e reconhecimento de direitos territoriais têm sido marcado pela participação ativa dos atores já mencionados nessa seção, a partir da atuação consorciada com uma rede de parlamentares. Das canetas dos legisladores e das votações na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) materializaram-se dispositivos cuja execução é atribuição de sujeitos como operadores do direito, técnicos e servidores, legalmente habilitados a executá-las por estarem à frente das agências responsáveis.

Por intermédio da interlocução ativa da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, do Ministério Público Estadual e da classe acadêmica, foi possível editar e aprovar a Lei Estadual nº 21.147³⁷, de janeiro de 2014, de matéria relacionada à política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. De

³⁶ Dentre as pastorais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em 1975. Juntamente com a Cáritas Diocesana, tem abraçado a luta dos conflitos no campo, dando ênfase à questão da terra, das ameaças, prisões e assassinatos dos povos tradicionais, dos despejos e expropriações, estabelecendo uma relação entre a fé e o social, entre a teologia e a política. O Centro de Agricultura Alternativa (CAA) é uma ONG criada em 1985 que tem buscado propor alternativas para processos expropriatórios, de viabilização da agricultura e da pequena produção, envolvendo lideranças, sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, e assessoria técnica a quilombolas, indígenas, vazanteiros e geraizeiros. O CAA recebe financiamento do Programa DGM (*Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities*), fundo de apoio internacional a povos tradicionais e biomas específicos em países ao redor do mundo. O Fundo Brasil de Direitos Humanos também executa ações de visibilização e proteção junto a lideranças que vivem situações de ameaça.

³⁷ Em 2014, no final do mandato do então governador do estado de Minas Gerais, foi sancionada a Lei nº 21.147, em uma manobra eleitoreira que visava angariar eleitores para a sua candidatura ao Senado Federal no mesmo ano. Curiosamente, como pode ser percebido em seu conteúdo, a lei interfere e prejudica diretamente nos interesses dos seus principais financiadores de campanha, sobretudo mineradoras e empresas monocultoras. A matéria em questão foi idealizada por pesquisadores com extensa *expertise* no campo de estudo dos povos tradicionais, sendo posteriormente modificada por parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, de onde saiu o substitutivo que acabou se transformando em lei.

acordo com Costa Filho *et al* (2015:77), a edição da normativa deve ser “discutida como um novo patamar na escala de conquistas pelo reconhecimento e garantia de direitos no âmbito estadual”.

Art. 2º inciso VIII: Assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade (MINAS GERAIS, 2014b).

Após três anos de longos debates e negociações junto ao Poder Executivo, no dia 20/11/2017 foi assinado o Decreto nº 47.289³⁸, que regulamentou Lei nº 21.147. O ato administrativo conferiu maior segurança jurídica quanto ao direito à posse de terras reconhecidas e como se daria o reconhecimento delas, sinalizando quais seriam os espaços dentro do governo responsáveis pela devida avaliação e homologação. Cabe ressaltar que este processo é fruto de cobranças dos povos tradicionais mineiros, das organizações de apoio e da universidade, agrupados na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

Com a assinatura deste decreto, a gente espera que agilize a garantia dos territórios e das políticas públicas. É através disso que a gente vai ter mais condições de recuperar o nosso território, e também tomar posse de muita terra devoluta, muita terra do Estado que está disponível, e deve ser destinada pra nós. Tem muitas comunidades que foram expulsas de seus territórios para que empresas instalassem. E agora, o Estado, através desse decreto, pode dar a destinação para os verdadeiros donos, que são as comunidades (CAA, 2017).

Em síntese, na medida em que muitos dispositivos refletem o desenvolvimento do direito internacional no reconhecimento e respeito às diferenças étnicas e culturais das sociedades nacionais, o nosso direito interno não está tão isolado do contexto global, mesmo ameaçado por retrocessos legislativos em tempos de golpe. A próxima seção deste Capítulo apresenta uma etimologia dos geraizeiros do Jequitinhonha e do Alto Rio Pardo.

2.2 O MOVIMENTO GERAIZEIRO DO NORTE DE MINAS

O QUE É (O) SER GERAIZEIRO?

Os geraizeiros são habitantes da margem direita do Rio São Francisco que vivem no cerrado e possuem um modo de vida tradicional com base em relações muito íntimas entre cultura e natureza, utilizando os gerais³⁹ como áreas coletivas destinadas à criação de animais soltos, coleta de frutos nativos para complemento alimentar e uso medicinal. Historicamente,

³⁸ Antes mesmo de entrar em vigor, a diretriz para a execução da lei tramitou por instâncias como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) até chegar na Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (SECCRI), e por isso somente em março de 2018 foram denominados os espaços responsáveis.

³⁹ “Os *gerais* são áreas vastas de planaltos, encostas e vales das regiões de cerrado” (VIANA, 2017:53).

o intenso processo de devastação do bioma⁴⁰ tem interferido sistematicamente no modo de vida desses povos. Atualmente o Norte de Minas abriga aproximadamente 290 comunidades geraizeiras nos territórios dos Gerais da Serra e do Alto Rio Pardo⁴¹(CPT, 2014a).

Chapadeiro, Geralista, Geraizeiro são termos que encontramos em diferentes regiões no Norte de Minas e que fazem referência a um tipo de população que se diferencia das demais. Estes termos são ouvidos, quase sempre, em regiões que fazem contato entre ambientes distintos, onde são explícitas as diferenças ecossistêmicas, como no caso dos Cerrados e da Caatinga (DAYRELL, 1998:73).

Portanto, ser geraizeiro é ter uma relação específica com o cerrado, com a natureza, ter conhecimento e uma forma de organização social vinculada ao ambiente. Este último aspecto deve ser ressaltado, pois estamos tratando de sujeitos sociais dotados de lógicas fundiárias orientadas pela presença de regimes de posse e distribuição familiar, marcadas pela utilização de racionalidades de domínio e uso comum distintas da ideia de propriedade privada individual, aonde muitas vezes a presença de direitos costumeiros formam uma grande diversidade de formas de regulação do acesso e controle de terras (THOMPSON, 1998). Em um sistema complexo de relações entre terra e laços de parentesco, as comunidades partilham o ambiente conforme seus usos, todos regulados por normas formuladas pelas mesmas, que nada se assemelham às normativas institucionalizadas por muitas instâncias governamentais.

Desde o século XIX, os geraizeiros possuem um longo histórico de lutas ocasionadas por conflitos ambientais territoriais pelos quais gerações de pessoas aprendem a partir da resistência a permanecerem resilientes. Em síntese, pode-se dizer que essas comunidades vivenciaram cinco ciclos de conflitos: i) os conflitos garimpeiros, onde vastos territórios de grotas e chapadas foram isolados pela coroa até o ano de 1850 para o extrativismo de metais preciosos, como ouro e diamante; ii) ‘o tempo das medições’ em meados da década de 1930, que inauguraram o conflito com o grande latifúndio, período cujo governo realizou medições de terras em toda a margem esquerda do Rio Jequitinhonha até o desague no Rio São Francisco, marcando por exemplo as terras de ausente, normalmente as terras comuns de

⁴⁰ Segundo Klink & Machado (2005:148), o cerrado é o 2º maior bioma brasileiro com 2.000.000 km², representando 25% do território brasileiro; possui precipitação média de 1500mm e clima estacional, com chuvas de outubro a março e um período seco de abril a setembro; temperatura média de 22°C a 27°C e solo intemperizado, ácido e pouco nutrido. Conforme dados do ano de 2005, um grande lastro de destruição provocada pelo plantio de gramíneas e monoculturas como a soja e o eucalipto ocuparam aproximadamente 600.000 km², em detrimento de uma área conservada de aproximadamente 33.000 km².

⁴¹ Conforme categorização proposta pelo Programa Territórios da Cidadania, os Gerais da Serra abrangem os municípios de Francisco Sá, Riacho dos Machados, Grão Mogol, Padre Carvalho, Josenópolis e Cristália. Já o Alto Rio Pardo inclui Fruta de Leite, Salinas, Novorizonte, Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, Indaiabira, Vargem Grande do Rio Pardo, Montezuma e Santo Antônio do Retiro.

chapada; iii) as políticas de colonização agrária do período militar e a concessão de terras devolutas para as empresas monocultoras; iv) a construção da UHE Irapé em meados dos anos 2000; v) a megamineração de ferro.

Em termos de publicações acadêmicas sobre a luta geraizeira, grande parte da literatura recortada neste espaço diz respeito à monocultura de eucalipto como opositor, especialmente no Alto Rio Pardo (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009; BRITO, 2013; dentre outros). Os referidos trabalhos focalizam na produção da concepção do geraizeiro como sujeito político, diante de um contexto de fim do primeiro ciclo de contratos de concessão às empresas monocultoras e a consequente dinâmica de reconversão agroextrativista. Motivados pelo amplo movimento de especialização das ciências sociais como um todo no estudo das *identificações simbólicas*, buscaram enxergar a partir da ótica dos povos tradicionais a influência de tendências sociais específicas na organização de significações culturais. Da mesma forma que o ‘fazer antropológico’ passa a se distanciar do biologismo no estudo das culturas como tentativa de reconhecimento do seu dinamismo intrínseco, tornou-se objeto de interesse a forma como determinadas reivindicações de cunho cultural passaram a ser acionadas sob a ótica política, pois a partir deste comportamento notou-se o acesso a mecanismos de afirmação de *etnicidades e identidades de resistência*. Seguindo o raciocínio de Manuela Carneiro da Cunha (2009:237-244), aqui interessa como o intenso jogo das relações de poder resulta em “formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços”, por meio das quais “a etnicidade pode ser mais bem entendida se vista em situação, como uma forma de organização política”.

Obviamente, este interesse também foi motivado pelo fato de que esses indivíduos foram diretamente atingidos pelo grande processo de expansão do agronegócio brasileiro no contexto do pós-segunda guerra, diante do grande crescimento econômico observado entre os 1950 e 1970, pautado por um modelo de desenvolvimento dirigido ao universo rural por intermédio de atividades agrícolas as quais constituíam uma nova compreensão de agricultura hegemônica em todo mundo: a *Revolução Verde* é um divisor de águas tanto para o meio rural quanto para a expansão capitalista. Tais mudanças materializaram-se sob um padrão tecnológico marcado pelo rompimento com práticas passadas, integrando o universo rural a novas formas de racionalidade produtiva (NAVARRO, 2001:84). Sob uma perspectiva crítica, trata-se de um sistema reprodutor de desigualdades com atuação estratégica do Estado, que fornece isenção de impostos, facilidades para instalação, mão-de-obra barata, salários baixos, doação de terrenos, leis ambientais pouco eficientes, facilidades nas

instalações e construção de infra-estrutura logística com o intuito de viabilizar tais atividades. Tudo por conta do Estado, ou seja, da sociedade e do contribuinte brasileiro como um todo.

No Brasil dos anos 1970, durante o governo militar, uma série de programas públicos foram implementados em regiões semiáridas sob a égide do desenvolvimento rural. Mais precisamente no Norte de Minas, o surgimento de políticas de colonização do espaço agrário brasileiro trouxeram à tona a prática de concessão de terras devolutas para o setor privado, conferindo a um seleto grupo de empresários grandes extensões de terra para o plantio de pinus e eucalipto. Na porção central do Serra do Espinhaço, mais precisamente nos Gerais da Serra e no Alto Rio Pardo, os geraizeiros acabaram encurralados em pequenos fragmentos de grotas, enquanto as chapadas, que eram utilizadas como áreas coletivas para a coleta de frutos do cerrado e criação de animais ‘na solta’, foram concedidas às empresas monocultoras por períodos de vinte anos.

Ao passar os primeiros vinte anos, ocorre o primeiro momento de renovação das concessões, e foi justamente neste período que o geraizeiro eclode não só como etnicidade ecológica, mas também como sujeito político, se organizando na luta contra as monoculturas e disputando no Estado a possibilidade de uma reconversão agroextrativista. O longo histórico de ameaças, criminalizações, processos judiciais e grilagem de terras os levaram a se organizarem no formato de coletivos em busca do direito ao território, e de resgatarem suas matrizes culturais pautadas em modos singulares de plantar, colher, viver e existir. Sendo assim, devemos considerar o geraizeiro como uma identidade construída onde habitam muitas territorialidades e grupos de indivíduos intermediadores deste novo sujeito político, agora oxigenado pelos movimentos sociais dos anos 1980, indivíduos mais conscientes acerca dos seus direitos e em constante interação com os outros coletivos.

Ser geraizeiro tornou-se uma identidade de resistência (CASTELLS, 2000) que se pauta pela articulação dos sujeitos com o Cerrado, que procura formas de resistir aos projetos desenvolvimentistas propostos para a região que venham descaracterizar a cultura local (...). É uma nova identidade que se molda em torno de um projeto maior do povo geraizeiro, guardião do cerrado, que surge para impulsionar a construção de estratégias que proporcionem possibilidades de revitalizar e manter os modos de vida das comunidades, suas práticas culturais, econômicas, sociais e de cultivo da terra (VIANA, 2017:54).

A dissertação de mestrado de Carlos Dayrell (1998) inaugura uma série de publicações acadêmicas interessadas na produção da concepção de geraizeiro como sujeito político. Ao identificar e analisar as estratégias de reprodução de vida das famílias envolvidas com a produção do assentamento agroextrativista da antiga fazenda Tapera, localizada a 25 quilômetros de Riacho dos Machados, este trabalho torna-se uma importante chave

explicativa para a compreensão de como os geraizeiros refazem sua trajetória nos moldes de uma luta territorial mais politizada e engajada com os movimentos sociais.

Mesmo não havendo naquele momento o devido reconhecimento por parte do INCRA como um assentamento agroextrativista, o caso de Tapera representou um esforço inicial para a reorganização dos geraizeiros no formato de estruturas institucionais capazes de estabelecer diálogos concisos com o poder público, e isso ocorre mediante anos de busca por reconhecimento diante de um quadro de acirramento dos conflitos. Neste aspecto, segundo Eric Sabourin (2010:8), a formação de organizações, cooperativas e conselhos “constituem um espaço jurídico local, reconhecido politicamente pela sociedade e pelo Estado, o que não é o caso das estruturas comunitárias informais”, e agregam legitimidade às reivindicações.

Neste sentido, a tese de doutorado de Isabel Brito (2013) descreve como as chamadas *Conferências Geraizeiras*⁴² reforçaram o movimento geraizeiro como uma unidade no momento em que possibilitou a aglutinação de pautas diversas das comunidades distribuídas ao longo dos Gerais da Serra e do Alto Rio Pardo, agregando também diversos atores situados em diferentes escalas, sejam elas locais, regionais ou globais. A partir da virada dos anos 2000, pastorais, ONG's (nacionais e internacionais), universidades, sindicatos, órgãos do governo, dentre outros, vieram dar visibilidade e somar esforços no objetivo comum de “retomar o controle dos seus territórios, garantindo assim o acesso aos meios necessários para sua sobrevivência física e étnica” (LEÃO, 2018). Este movimento foi denominado por Brito (2012) como a *Rede-movimento Social dos Geraizeiros*⁴³.

⁴² As conferências surgem como uma estratégia para a integração e fortalecimento da ação política nos processos de retomada do território e afirmação cultural dos geraizeiros, se constituindo em um dos momentos altos da sociabilidade dessa rede mais ampla (NOGUEIRA, 2009:202). A primeira Conferência Geraizeira foi realizada em 2005, no Assentamento de Tapera, com o tema: a criação de Reservas Extrativistas e o fortalecimento dos povos dos gerais. A segunda, em 2006, no Assentamento Vale do Guará (Vargem Grande do Rio Pardo) deliberou sobre a luta pela criação de quatro RESEX nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma, além da Carta dos Povos Geraizeiros. A terceira, no ano de 2007, na Vereda Funda (Rio Pardo de Minas), teve como tema as terras públicas e o território geraizeiro. A 4ª Conferência Geraizeira, realizada em 2014 na Comunidade de Cutica (Fruta de Leite), tratou da consolidação do movimento geraizeiro. A 5ª e última conferência ocorreu entre os dias 06 e 08 de abril de 2018, na comunidade de Catanduva (Vargem Grande do Rio Pardo), com o tema Água e Território (LEÃO, 2018).

⁴³ Atualmente, a *Rede-movimento Social dos Geraizeiros* conta com parceiros nas mais variadas esferas. Em nível global, organizações como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ONG's como a ActionAid, a Global Environment Facility (GEF) e o Fundo Brasil de Direitos Humanos contribuem em questões de logística financeira e na visibilização da luta na esfera internacional. Em nível regional, temos os já mencionados MAB, CAA, CPT e Articulação Rosalino, além de organismos governamentais como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a entidade sindical Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Já em nível local, a *Rede* encontra-se hoje articulada com o Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região do Alto Rio Pardo (MASTRO), a Rede Sociotécnica do Alto Rio Pardo, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER).

Os geraizeiros ao afirmarem suas identidades fortalecem sua rede ao invés de fragmentarem-se, pois tornam-se mais cômicos de seu adversário global e do tipo de sociedade que almejam, ou pelo menos da impossibilidade de sua existência em uma sociedade “monocultural”, e constituem-se numa força orientada pela necessidade de acesso e reapropriação da natureza, terra, território (BRITO, 2012:11).

A regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) apoiado na Lei nº 9.985/2000 possibilitou o enquadramento dos territórios tradicionalmente ocupados na categoria de “Uso Sustentável”, cujo objetivo seria “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Inscritas nessa nova modalidade, as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS’s) inauguraram novos paradigmas quanto à construção social das políticas ambientais brasileiras no momento em que entrecruzam temáticas até então distintas: às da reforma agrária e às de proteção ao ambiente⁴⁴. Trata-se de definições operativas decorrentes de construções coletivas e participativas dos povos que possuem em suas origens e características outras formas de organização e convívio com os recursos da natureza, dotados de sistemas culturais subentendidos como parceiros na reprodução de suas vidas e acabam efetivamente responsáveis pela sua preservação, como ocorreu, por exemplo, com os seringueiros acreanos (ALLEGRETTI, 2008).

Neste sentido, a *Rede-movimento Social dos Geraizeiros* incluiu como uma das primeiras pautas coletivas a criação de duas RESEX’s nas áreas situadas nas Comunidades de Areião e Vale do Guará, (Rio Pardo de Minas, Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo), bem como nas Comunidades de Córregos, Tamanduá e Poções (Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas) - depois transformadas nas propostas das RDS’s Nascentes das Gerais e Tamanduá/Poções, respectivamente⁴⁵. Todavia, depois de doze anos de muita luta e reivindicação, a proposta não tem avançado nem nas comissões especiais do Congresso Nacional tampouco nas instâncias competentes do Governo Federal, situação corriqueira e

⁴⁴ Segundo a Lei do SNUC, as RESEX’s possuem o objetivo de proteger os meio de vida e a cultura das populações extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A posse e o domínio permanecem públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites são desapropriadas, mas sobretudo com uso concedido às populações extrativistas através de contrato. As RDS’s asseguram as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por essas populações. A posse permanece pública, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas (BRASIL, 2000).

⁴⁵ No dia 04/06/2014, cerca de 110 integrantes de povos tradicionais de Minas Gerais (geraizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, catingueiros, quilombolas e indígenas) chegaram em Brasília para realização de uma greve de fome e sede na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios. O protesto tinha como umas das principais pautas pressionar as instâncias competentes na criação da RDS Nascentes das Gerais (CPT, 2014b).

reincidente no contexto dos requerimentos já oficialmente realizados para a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável por parte dos povos tradicionais mineiros.

A política de criação de unidades de conservação de uso sustentável hoje atinge o território brasileiro (...) Assim a questão fundiária deve ter relevância, pois não são criadas unidades em áreas predominantemente públicas, sendo as que estão mais ameaçadas, são áreas de conflito com o agronegócio (áreas privadas), portanto se é um dever público proteger as populações que detém este enorme saber como um patrimônio deve-se garantir o direito ao território extrativista (CPT, 2014b).

Devido à conjuntura descrita, a *Rede* buscar alternativas para o reconhecimento dos direitos coletivos dos geraizeiros, como a Lei Estadual nº 21.1147 ou até mesmo atos de desobediência civil como a retomada de território em propriedades privadas ou terras devolutas cujas concessões estão expiradas. Cada vez mais é possível perceber a utilização da estratégia dos chamados acampamentos, manifestações legítimas que possuem o intuito de provocar o Estado diante da condição de invisibilidade de determinadas comunidades. O Capítulo 3 apresentará um exemplo exitoso deste *modus operandi* utilizado nos expedientes dos movimentos sociais reivindicatórios: o caso do Acampamento Alvimar Ribeiro, no Vale das Cancelas.

CAPÍTULO 3

OS ECOS DA RESISTÊNCIA NOS GERAIS

a luta pela demarcação do Território Geraizeiro do Vale das Cancelas

O Capítulo 3 traça um olhar etnográfico sobre os geraizeiros situados no Vale das Cancelas⁴⁶. A primeira parte dedica-se a identificar dinâmicas históricas que configuraram um passado de constantes conflitos ambientais territoriais desde a segunda metade do século XIX, analisando-os sob a perspectiva da *etnohistória*. Em seguida, estabelece uma narrativa construída a partir de dados empíricos acerca dos fatores que estimularam a consolidação de um movimento reivindicatório organizado, tendo como ponto de partida a resistência ao PVRP. As últimas páginas apresentam o contexto atual, sobretudo após o surgimento do Acampamento Alvimar Ribeiro e iniciada a luta pelo reconhecimento legal do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas.

3.1 UMA ETNOHISTÓRIA DOS GERAIZEIROS DOS GERAIS DA SERRA

OS DOIS PRIMEIROS CICLOS DE CONFLITOS AMBIENTAIS TERRITORIAIS

Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem (ABREU, 2014:240).

Em Minas Gerais, desde os tempos coloniais, muitas são as cidades de mineração. Entre o final do século XVII e o início do XIX, houve o predomínio de um extrativismo de caráter rústico, inconstante e itinerante, época em que *“o povo não esmorecia, lutava bichado, não podendo andar, caindo aos pedaços. Só o ouro empurrava para diante aqueles espectros trêmulos. Porque o delírio era geral, a ambição era o único remédio eficaz. Podiam morrer, mas sufocados no ouro em pó. O ouro valia mais que a vida”*, escreveu Agripa Vasconcelos no romance *A vida em flor de Dona Beja* (1966). Muitas das reconfigurações atuais do território brasileiro têm suas raízes no passado colonial. Nesse contexto, a presença de pedras preciosas no Quadrilátero Ferrífero e na Serra do Espinhaço resultaram na formação de cidades históricas como Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Grão Mogol, que despontaram no ápice do ciclo do ouro e dos diamantes como importantes polos regionais nos tempos de Brasil Colônia.

⁴⁶ Os relatos empíricos presentes neste Capítulo foram obtidos em dois trabalhos de campo realizados no Vale das Cancelas durante os dias 17-18/04/17 e 29-31/08/17. A descrição de quais métodos foram utilizados estão presentes no item ‘Ferramentas Metodológicas’, a partir da página 16 da presente dissertação de mestrado.

Dentre elas, Grão Mogol⁴⁷ traz consigo um conjunto de peculiaridades que não são observadas nas demais. A sua rápida ascensão foi acompanhada por intensas grilagens de terras. No momento em que os primeiros forasteiros chegaram à região, já encontraram comunidades camponesas residindo nos campos gerais, mais precisamente nas margens do Itacambirucú, do Araripe e do Rio Pardo. A obra literária de Felício dos Santos nos revela como o Rio Jequitinhonha foi desviado ‘no braço’ para a construção de diques que facilitavam as atividades de garimpo, no ápice do primeiro ciclo de diamantes na Serra Geral em meados do século XVIII. No período destacado, as cercanias do Velho Chico foram tomadas pelas chamadas ‘roças de contrato’, criadas com o intuito de fornecer alimento aos escravos incumbidos na função de desviá-lo.

Paralelamente a essa atividade (*o extrativismo*), faziam-se culturas de subsistência em terras de mata, pelo sistema de roças. Uma população miserável e instável de peões, parceiros e posseiros delas dependia, deslocando-se constantemente, em busca de novas terras virgens ou novos horizontes de trabalho (VALVERDE, 1977:216 *acréscimos meus*).

No início do século XIX, o quartel general da Coroa Portuguesa montou um destacamento visando impedir a saída clandestina de diamante, ato que configurou um primeiro ciclo de opressão e expropriação às comunidades locais. De acordo com Abreu (2014:239), “o progredir do modo de produção capitalista fez também com que os campos comunais fossem desaparecendo cada vez mais”. Além disso, com a “República essa tendência foi reforçada, o que levou à crescente alienação dos logradouros públicos por aforamento, ou o que foi mais comum, as invasões.”. Tanto a Serra Geral quanto a margem direita do São Francisco tornaram-se regiões que habitavam uma população de ‘banidos e escravos’, talvez o maior exemplo seja os quilombolas de Porto Corís⁴⁸. A chegada dos quartéis e o cerceamento da população local tornou a região extremamente conflituosa devido ao rigoroso controle realizado pela Coroa, em uma área em constante disputa.

As comunidades locais enfrentaram severos conflitos garimpeiros, haja visto que Grão Mogol fez parte do Distrito Diamantino, terceirizado pela Coroa ao Intendente e isolada

⁴⁷ Em sua etimologia, há três linhas interpretativas acerca do significado do nome “Grão Mogol”. A primeira faz uma alusão ao Império Mongol, de Genghis Khan, na Índia. Já a segunda indica para uma derivação do termo *Gran Mogor*, ou “grande amargor”, em virtude dos muitos conflitos e mortes dos garimpeiros e sofrimento dos escravos. A última linha versa sobre o *Great Moghul*, o 3º maior diamante não lapidado do mundo encontrado na Índia em 1650 (GRÃO MOGOL, *s/d*).

⁴⁸ De acordo com laudo antropológico elaborado por Ana Flávia Santos (2001:25), a comunidade de Porto Corís “se constituiu a partir do estabelecimento do escravo Germano Alves Coelho em três glebas de terra (...) ao final do século XIX. Sobre essa terra historicamente se construiu uma comunidade de herdeiros, formada pelos descendentes de Germano e aqueles que a eles vieram se agregar, através do casamento”. Situada no município de Leme Machado, ‘vizinho’ de Grão Mogol, Porto Corís foi inundada pela UHE Irapé em 2006 mesmo após ter recebido a homologação como território tradicional quilombola pelo Governo Federal.

para o extrativismo. Entretanto, o declínio da economia mineral e o processo de independência brasileira na segunda metade do século XIX possibilitou um pequeno período de paz aos geraizeiros. No Brasil, após 1822 “a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se essa situação até a promulgação da Lei de Terras de 1850” (ABREU, 2014:228). Por outro lado, a Lei de Terras contribuiu significativamente para a perpetuação de regimes pautados na monocultura latifundiária, no momento em que trazia definições concretas acerca do conceito de propriedade rural e estabelecia padrões de medida e cadastros para essas propriedades, que passavam a ter um valor de mercado como bem de capital. Essa lei se propunha a extinguir de fato as posses comunais. Instituiu-se também a compra como forma de obtenção de terras.

Como agravante, no curso do Rio Jequitinhonha e São Francisco, a distribuição de propriedades entre moradores rurais está pautada em regimes de distribuição familiar as quais são desconsideradas formalidades como escrituras ou títulos, numa configuração distante da lógica da propriedade privada individual. O ‘tempo das medições’ na década de 1930 colocou em evidência mais um ciclo de grilagem de terras públicas cujas consequências incidiram diretamente na parcela mais pobre da população, atendendo à elite latifundiária que buscou obter títulos formais de propriedade expedidos em cartórios oficiais⁴⁹. Estes artifícios geraram alterações significativas nos modos de vida dos geraizeiros, nos modos de ser, fazer e viver responsáveis pela produção de sua localidade (APPADURAI, 1997).

Hoje eu tava conversando com a bisavó dos meus filhos, ela é uma índia que perdeu sua identidade étnica, ela era geraizeira aí, índia, ela disse que podia plantar roça em qualquer lugar, que se você quisesse fazer uma roça você fazia, ninguém te proibia, ninguém te falava nada. Fazia roça aonde quisesse, onde tivesse um brejo, uma vereda, um mato pra fazer uma roça de toco, eles faziam, ela contava que muitas vezes não colhia porque os animais eram muitos catitús. Comia roça mas eles não deixavam de plantar, quando viam que tava muito perseguido pelos bichos eles mudavam para outro lugar, e eles tocavam roça assim, em vários lugares, era uma roça num canto, uma roça no outro então tinha liberdade, e tinha muita questão de troca. Quando você não tinha boi você trocava com quem tinha e aí você ia vivendo e tinha liberdade, gado ficava na solta, esparramados no chapadão. Ninguém roubava, todo mundo tinha o seu, todo mundo era dono (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

José de Souza Martins (1996:28) traz o termo-chave *fronteira* para melhor compreender as territorialidades, as espacialidades, os encontros, os desencontros, as temporalidades históricas e os desdobramentos sócio-políticos e socioambientais dos contatos entre pessoas da fronteira no cenário brasileiro do século XX. Ele caracteriza as fronteiras a

⁴⁹ Sandra Helena Costa (2017), em sua tese de doutorado, realizou uma pesquisa documental sobre processos judiciais para divisão de terras durante a década de 1920 e 1930. O trabalho realizou uma análise de 13 dos 29 processos dessa natureza observados durante o período, e constatou a legitimação de um milhão de hectares dentro da comarca de Grão Mogol, sobretudo de terras devolutas. A autora utiliza o conceito de *grilagem judicial* para entender a questão, uma modalidade de grilagem que passa pelo poder judiciário.

partir de histórias de resistência, destruição, revoltas, protestos, sonhos e esperanças, lutas étnicas e sociais, onde não só os índios se envolveram, mas também a massa camponesa. Trata-se de lugares sociais por onde a realidade pode ser observada, conformando assim realidades sociais substantivas, modos singulares de organização da vida social e de definição dos valores, em suma, das maneiras de se reconhecer os diferentes modos como os grupos se expandem territorialmente.

Foi diante das monoculturas dos anos 1970 que os geraizeiros iniciam efetivamente a luta que os tornariam de fato sujeitos políticos. Desde então, houve muitas ameaças e assassinatos por parte de prepostos das grandes empresas reflorestadoras, diante de um cenário marcado por intensos conflitos ambientais territoriais motivados pela posse da terra. Como é possível perceber, no seio das fronteiras também eclode toda a diversidade de relações sociais marcadas por ciclos expropriatórios os mais variados, configurando-as dessa forma como o lugar da alteridade e expressão da “contemporaneidade dos tempos históricos” (MARTINS, 1997:32). O próximo item da presente seção buscará ampliar a lente, ou a perspectiva, de como tais embates possibilitaram o surgimento de um movimento organizado.

O Opositor Ganha em Magnitude: Das Monoculturas à Era dos Grandes Projetos Desenvolvimentistas no Vale das Cancelas

Um bom começo é considerar o meio rural como local de múltiplas dimensões e não apenas onde se realizam atividades agropecuárias e/ou industriais, bem como estar atento às diversas dinâmicas relacionais e organizacionais dos aspectos das paisagens, das ocupações humanas, dos sistemas de comércio, da infra-estrutura e de outros modos de produção/apropriação do espaço. Isso potencializa uma leitura interdisciplinar estratégica, fundamental para o entendimento das intencionalidades que nascem e se fazem nascer nas relações sócio-espaciais, sócio-políticas e socioambientais. Também é válido consolidar um olhar crítico direcionado as áreas cultivadas. Por exemplo, acerca do funcionamento da cadeia produtiva do eucalipto: onde ele é plantado? Por quem? Para quem? A partir de quais diretrizes? Para onde vai? Para quê? Quais conflitos são potencializados e/ou estimulados?

Situado a 106 quilômetros da sede municipal às margens da Rodovia BR-251, Vale das Cancelas é composto por aproximadamente 1.500 habitantes distribuídos em bairros, comunidades, vilas e fazendas (IBGE, 2010). As vias de acesso para Grão Mogol são acidentadas, e por isso seus habitantes costumam recorrer aos serviços públicos de Salinas, a 70 quilômetros seguindo por estrada pavimentada. Em se tratando de dinâmicas territoriais, o processo de expansão latifundiária resultou na apropriação das chapadas que circundam o

distrito pelas monoculturas, provocando, conseqüentemente, uma estrondosa desestruturação dos modos de vida das comunidades geraizeiras⁵⁰.

Fruto de um movimento de globalização da economia brasileira que intensificou a territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrícola, as políticas de colonização implementadas no período ditatorial geram agravos na histórica concentração fundiária do distrito, impondo uma nova dinâmica ao mercado de terras e também na concessão de terras públicas. A partir da década de 1980, institui-se um grande complexo agroindustrial⁵¹ na região orientado para o plantio de pinus e eucalipto, e por consequência as matas de cerrado presentes nas chapadas acabam por sofrer intensos distúrbios quanto aos seus ciclos biogeoquímicos em nível de plantas, animais e ecossistemas. Desse modo, agrava-se um histórico de concentração fundiária, por onde puderam manter verdadeiros ‘impérios verdes’.

Empresas do setor privado como Rio Rancho, Foscalma, Norflor, Denitio, Suzano, Minas Liga e Floresta Minas promoveram decisivas transformações no espaço rural do Vale das Cancelas. Este processo perdura até os tempos atuais, em um movimento no qual vigora, de um lado, estratégias jurídicas que visam legitimar a grilagem de terras, e por ‘debaixo dos panos’ a pistolagem, o assassinato de lideranças e a expulsão de comunidades de seu território tradicional. De acordo com levantamento realizado por CPT e MAB nas comarcas de Salinas e Grão Mogol (2017), existem 197 processos judiciais das mais variadas naturezas, sendo 136 delas envolvendo as empresas mencionadas e pessoas físicas. Mesmo os conflitos ambientais territoriais sendo coletivos, buscam-se a individualização e a criminalização, como se fosse uma briga entre fazendeiro e família. Dentre elas, destaca-se a Rio Rancho, da família Cardoso, com 87 processos de *grilagem judicial* nas duas comarcas.

Através do grupo “Newton Cardoso”, da empresa Rio Rancho Agropecuária S.A. e da Bagatelle Imobiliária Ltda, que além de ter vendido uma imensa área para a empresa NORFLOR Empreendimentos S/A, controla pelo menos (...) 33.827,96 hectares de terras conforme as certidões imobiliárias analisadas, inclusive, algumas dessas terras encontram-se inseridas na disputa com os camponeses pela demarcação do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas* (COSTA, 2017:22).

⁵⁰ No total, existem 15 comunidades de remanescentes geraizeiros nos arredores do distrito de Vale das Cancelas: Bonfim Estreito, Morro Grande, Córrego da Lapa, Buriti, Batalha, Bosque, Lamarão, São Francisco, Sapé, Vista Alegre, Caveira, Tingui, São Lourenço, Americana e Bocaina.

⁵¹ No ano de 1990, foi sancionada uma lei orgânica pelo então prefeito de Grão Mogol visando criar o Distrito Industrial do Buriti, entre os limites do Ribeirão Piabanhas e o Rio Jequitinhonha, passando pelo Córrego Mumbuca, encontrando com o Córrego Buriti e por final o Córrego Cancela, entre o Vale das Cancelas e a BR-251. Conforme seu Art. 4º, “para viabilizar a implantação de indústrias na região do Distrito Industrial do Buriti, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com o Governo Estadual e Federal, bancos, empresas estatais, de economia mista e privada, bem como propor à câmara isenção parcial ou total de taxas e impostos por tempo determinado, bem como criar outros incentivos de interesses do empreendimento” (GRÃO MOGOL, 1989).

Aliado ao cenário exposto, o surgimento de novos empreendimentos cujas consequências podem afetar ainda mais a região trazem à tona questionamentos a respeito de prováveis impactos sinérgicos e cumulativos ocasionados pela presença de múltiplas atividades operando simultaneamente. Para além das atividades agropecuárias, um conjunto de grandes projetos de desenvolvimento reforça o interesse do poder público e do capital corporativo na transformação do Vale das Cancelas num distrito industrial com grande potencial produtivo, pautado na utilização intensiva de recursos naturais⁵².

Irapé é uma Usina Hidrelétrica de 208 metros de altura cujo reservatório de 137,16 km² inundou parcialmente os municípios de Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado e Turmalina (ZHOURI *et al*, 2012:153). Projetada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), o projeto atingiu 51 comunidades rurais, ou aproximadamente 7000 pessoas, sendo que o deslocamento compulsório realizado gerou um processo de desterritorialização das famílias, refletido na descaracterização dos mecanismos de acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco.

A UHE de Irapé estava prevista desde a década de 1960 nos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil, seu projeto tomou novo fôlego na década de 1980 com revisão de dados para, na década de 1990, iniciarem os estudos de viabilidade, e em 2006 ser concluída (COSTA, 2018:19).

O imbróglio proporcionado por um plano de negociação incapaz de atender as principais demandas acabou por instigar, por parte das comunidades diretamente afetadas, a necessidade da formação de uma Comissão de Atingidos já no período de estudos iniciais ainda na década de 1980, tendo essas pessoas recorrido à estratégia de se organizarem a fim de alinhar as reivindicações de interesse. A atuação do grupo, que também contou com a assessoria de parceiros externos, contribuiu positivamente em decisões que em outros momentos na história da política ambiental mineira pós CF 88 eram consideradas impossíveis de serem efetivadas. A demanda por um relatório que pudesse identificar a origem quilombola de Porto Corís só foi colocada em pauta após ponderações feitas pelos atingidos durante a Audiência Pública realizada no ano de 1997. Assim sendo, a entrada efetiva do MPF no caso, representada pelas ações de perícia realizadas, só foram possíveis devido ao

⁵² A lista de projetos de pequeno/médio/grande porte que operam/pretendem operar no Vale das Cancelas é extensa. Na mineração de ferro, a Mineração Minas-Bahia (MIBA) e a SAM tentam mobilizar duas grandes plantas minerárias; na esfera da produção de energia a Termoirapé pretende instalar uma usina termoeétrica, enquanto a UHE Irapé alterou os regimes hídricos do Rio Jequitinhonha.

protagonismo no qual a Comissão de Atingidos se propôs a ter, tendo influenciado diretamente nas tomadas de decisão realizadas posteriormente, e também servindo de inspiração para a organização do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas. Dentre essas medidas, a assinatura de um TAC atrelado diretamente à emissão da LI é o episódio mais marcante de todo o licenciamento ambiental da UHE Irapé⁵³.

No esteio dos novos projetos de geração de energia, desde 2015 a empresa Diferencial Energia mobiliza esforços para a construção da Usina Termoelétrica (UTE⁵⁴) Termoirapé, em processo de licenciamento no COPAM e com LP já expedida, valendo-se da grande oferta de carvão vegetal presente nas monoculturas da região. Orçado em R\$ 267 milhões, a previsão inicial dos idealizadores da usina prevê a operação a partir de 2020, com capacidade inicial de 50 megawatts, integrando ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de linhas de transmissão interligadas à UHE Irapé (GAZETA NORTE MINEIRA, 2017).

Para a construção da linha de transmissão da UTE, o empreendedor delimitou áreas de estudo, propondo limites imaginários de diferentes diâmetros planejados com base na relação entre a zona de abrangência dos impactos previstos e atributos físicos, biológicos e sócio-econômicos. Dentro dessa categoria, foi criada uma faixa de servidão de passagem, fixando a largura da área diretamente afetada em função do destino, e para isso foram mensuradas extensões para o embargo das intervenções necessárias.

Mesmo com todas as medidas utilizadas para reduzir os danos, Marcondes (2008:7) lista inconvenientes comuns como “riscos, incômodos e restrições ao imóvel serviente, criação de áreas *non aedificandi*, vedação do plantio de árvores, permissão da circulação e passagem de veículos e pessoas estranhas para manutenção da faixa, e a obrigação de monitorar a área, comunicando quaisquer situações causadoras de riscos à integridade das instalações”. Considerando a complexa realidade fundiária do Vale das Cancelas, onde, de um lado, temos os interesses das grandes corporações, estimulados por arranjos político-institucionais idealizados e dirigidos por atores globais, atuando em consonância com a

⁵³ As famílias foram reassentadas para os assentamentos Nova Peixe-Cru e Novo Lajedo, nos arredores do município de Turmalina. A limitação e tributação da água consumida, bem como a proibição da pesca e do plantio nas vazantes do rio impossibilitaram a subsistência dos reassentados, e por este motivo aproximadamente 1500 de 7000 indivíduos realocados desistiram de morar nos novos assentamentos. Para uma melhor descrição do caso Irapé, consultar Zucarelli (2006); Oliveira (2008); Zhouri (2011); Fernandes (2014) e Costa (2018).

⁵⁴ O portal eletrônico do Centro de Informação Metal Mecânica (CIMM) define as UTE's da seguinte forma: “Eletricidade produzida diretamente do calor. Uma usina termoelétrica queima combustível, como carvão, para transformar água em vapor. O vapor segue para uma turbina, que move um gerador elétrico, uma máquina que converte movimento em eletricidade. No interior do gerador, uma bobina gira em um campo magnético, entre os pólos de um ímã ou eletroímã. Iniciando o fluxo de corrente elétrica pela bobina” (s/d).

presença do Estado na condição de avalista de interesses, e de outro sujeitos sociais, vítimas das mais variadas formas de violência, organizados em coletivos em busca de garantias legais que deveriam em tese ser garantidas pelo mesmo poder público, a Termoirapé tem sido alvo de inúmeros questionamentos, pois sua faixa de servidão incide em áreas de uso tradicional dos geraizeiros.

O quinto e último ciclo de conflitos existentes na região diz respeito aos complexos megaminerários: o Projeto Jibóia e o PVRP.

O capital político, econômico e simbólico adquirido em vinte anos de atuação como gestor de oportunidades ao redor do mundo tornou o empresário Eike Batista apto a exercer influência categórica para a eficácia do paradigma neoextrativista em nível nacional, tendo idealizado o Projeto Jibóia, da *holding* Mineração Minas-Bahia S.A. em 2006. Sua figura encaixava perfeitamente à imagem do monetizador, ou indivíduo capaz de transformar ativos em moeda. Uma aproximação com indivíduos deste calibre tornava-se elementar para as pretensões do capital transnacional, o que de fato aconteceu no ano de 2010, quando o grupo cazaquistânês Eurasian Natural Resources Corporation comercializou com o empresário os ativos do projeto pela quantia de US\$ 304 milhões (BARBIERI, 2013:98).

A MIBA detém os direitos minerários do Projeto de Minério de Ferro Jibóia, localizado a 600 km de Belo Horizonte e a 170 km da Ferrovia Leste-Oeste, na região de Grao Mogol. De acordo com a Golder Associates, em maio de 2010 foram confirmadas reservas de 2,9 bilhões de toneladas com uma média de teor de ferro de 25,9% (824 milhões de toneladas com média de teor de minério de 27% e 2,041 bilhões de toneladas com média de teor de ferro de 25,5%). De acordo com as informações divulgadas pela empresa, a produção só terá início 3 anos a partir do início do desenvolvimento do projeto, com uma capacidade produtiva de aproximadamente 25 Mtpa a partir de 5 anos de operação. O Projeto tem o potencial de produzir pellets com 66,5% de ferro. (BARBIERI, 2013:99).

Segundo informações veiculadas pelo portal eletrônico Diário do Comércio (2015), desde 2010 a companhia já protocolou sete relatórios de pedidos de concessão de lavra junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), contudo não houve sequer avaliação das solicitações, gerando assim a morosidade na abertura do licenciamento ambiental. A queda do preço médio das *commodities* minerais em 2014 gerou mais incertezas na operação do projeto, e desde então pouco se sabe sobre o andamento junto ao órgão competente.

Chegamos, enfim, ao PVRP. Como já foi analisado no Capítulo 1 do presente trabalho, as comunidades locais acabaram inseridas em um cenário de conflito ambiental territorial inaugurado a partir do momento em que a SAM inicia movimentações interessadas na implantação e operação do complexo megaminerário em Grão Mogol.

Em sua dissertação de mestrado, Graziano Fonseca (2014) realiza uma leitura etnográfica do modo de vida dos agrupamentos potencialmente atingidos pelo projeto: as comunidades de Lamarão e São Francisco, inseridas na zona rural do distrito do Vale das Cancelas. Este estudo buscou “apresentar quem são e como vivem os povoadores dessas duas comunidades e analisar as situações desestruturadoras de seus modos de vida, desde as etapas de pesquisas desenvolvidas pela SAM até a atual fase de licenciamento em que se encontra o empreendimento e no suposto cenário de sua operacionalização”, se posicionando “em franca contradição com o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento em questão, que não identificou a existência de comunidades tradicionais na área de influência do complexo minerário” (FONSECA, 2014:107-108). Em suas considerações finais, o trabalho pontua que:

Com a mineração, o território de Lamarão e São Francisco será totalmente destruído. Seus habitantes perderão todas as referências espaciais, simbólicas, históricas, identitárias e culturais que os vinculam ao ecossistema e os constituem como geraizeiros. Porém, deve-se considerar que o processo de licenciamento do Projeto Vale do Rio Pardo não se arrola à revelia dos povos geraizeiros locais. Em resposta ao risco iminente dos danos socioambientais que serão impostos pelo empreendimento da SAM, os atingidos se posicionaram contrários a implementação de um mega projeto de mineração na região e passaram a se articularem com movimentos sociais de âmbito local, regional, estadual e nacional - assim como sindicatos e universidade -, se tornando agentes de um conflito ambiental (FONSECA, 2014:110).

As conclusões presentes na dissertação de Fonseca me instigaram a melhor compreender como se deu a trajetória e os expedientes utilizados por estes moradores nas ações de embate local. Neste sentido, a próxima seção deste capítulo tem como objetivo revelar, com o auxílio dos dados empíricos coletados nas imersões de campo, como as ações de resistência à mineração da SAM contribuíram para o fortalecimento de sujeitos políticos engajados na luta pelo reconhecimento legal do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas. Em respeito à integridade dos entrevistados, alguns jurados de morte e inseridos no Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, serão utilizados nomes fictícios.

3.2 OS BASTIDORES DE UM SONHO

DA LUTA CONTRA O PVRP AO FORTALECIMENTO DE UM MOVIMENTO REINVIDICATÓRIO ORGANIZADO

Inevitavelmente, falar do processo de formação do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas é também descrever a trajetória de vida de pessoas como *Antônio*, de liderança enérgica e corajosa e ao mesmo tempo muito serena, de sua companheira *Maria*, que deixou Brasília de Minas para se juntar ao movimento, de *Seu Adenor*, apanhador de fruta de leite, de *Dona Dominga*, uma das poucas com residência fixa no Acampamento Alvimar Ribeiro e

das *Donas Gertrudes e Lorenza*, corajosas geraizeiras que vivem às turras com a família Cardoso e resistem firmemente aos diversos pedidos de reintegração de posse expedidos pela Rio Rancho na vara judicial da comarca de Grão Mogol. Também é falar dos parceiros da CPT, do CAA, do MAB e da UFMG como o finado Alvimar Ribeiro, dentre tantos outros.

De todos os citados, cabe aqui narrar um pouco da trajetória do *Antônio*, devido ao fato de que sua história se confunde com a do movimento. Natural de Vale das Cancelas de família notadamente pautada no regime de vida geraizeiro, teve sua rotina alterada no momento em que presenciou as terras da família serem literalmente esmagadas por tratores e caminhões dos monocultivos. Acompanhou de perto o aumento da frequência de casos de depressão, alcoolismo, derrames e óbitos, principalmente dos mais idosos - o seu próprio pai talvez seja o principal exemplo, geralmente associados ao desgosto de verem suas terras tradicionais expropriadas. Diante de uma condição de vida bem difícil, resolveu se mudar para Salinas, para trabalhar na venda de quartzo, seguindo um destino corriqueiro dos jovens do Vale das Cancelas: a busca por oportunidades nas cidades vizinhas ou nas grandes capitais do Brasil, por conta do pouco estímulo à vida no campo. Neste decurso, gerações de trabalhadores partiram de suas comunidades e até hoje muitos não retornaram à sua terra natal.

Até que no ano de 2008 a SAM abriu a porteira municipal para a exploração de minério de ferro através de uma operação especulativa de fachada, seguindo a picada aberta pela ganância mineral e também acompanhada por verdadeiros exércitos de empresas terceirizadas. No esteio histórico do roubo da identidade geraizeira, a Serra Geral veio sendo esquadrinhada, recortada, medida, dividida reduzida à mera provedora de *commodities*, tendo todo seu subsolo adquirido pela via da compra de direitos de pesquisa, instalação ou exploração, operações devidamente oficializadas junto ao DNPM. Devido à proximidade com o Vale das Cancelas, Salinas transformou-se no QG da SAM, e também viu brotar novos estabelecimentos comerciais para atender a nova população flutuante de empresários, engenheiros, agrimensores, geólogos, sociólogos e funcionários, como hotéis, restaurantes, e farmácias⁵⁵. Este quadro acabou alterando novamente a vida, o trabalho e o destino de *Antônio*:

⁵⁵ No Brasil, os *royalties* minerais giram entre 0,3% do lucro líquido das empresas e são destinados tão somente ao município provedor do bem e são denominados como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Muitas vezes, as prefeituras vizinhas de pequeno e médio porte acabam seduzidas por eventuais aumentos de arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à reboque desta sedução, são levados a celebrar acordos que envolvem benefícios financeiros às municipalidades.

Eu tava em Salinas, eu mexia com minério. Eu trabalhava tirando quatzó. Aí quando deu lá pra 2008 a siderúrgica parou de comprar a minha produção, aí eu peguei e fui mexer com restaurante lá em Salinas. Aí lá o negócio da mineração tava estourando e o prefeito de Salinas fazia propaganda, colocou placas nas ruas que a mineração tava chegando e que ia ser um desenvolvimento. Pra Salinas era, agora pro Vale não! E aí logo começou a crescer, foi nascendo imobiliárias, aluguel e não tava tendo como eu me manter em Salinas pagando aluguel (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

Tal qual afirma Girardi (2006:9), “as atividades a serem terceirizadas são importantes, porém passíveis de serem delegadas e, com isso, possibilitar à organização ganho na gestão empresarial”. Entre 2008 e 2014, terceirizadas foram contratadas para cumprir serviços como cadastros fundiários e pesquisas geotécnicas, atuando lado a lado com a Brandt Meio Ambiente⁵⁶, principal encarregada na sistematização dos dados físicos e sócio-econômicos para elaboração do EIA-Rima. O papel exercido pelas subsidiárias seria justamente compor estratégias para ter acesso a informações básicas das propriedades, realizando levantamentos de dados primários para elaboração dos estudos e diagnósticos solicitados pelo IBAMA. De forma semelhante ao caso de Salinas, Vale das Cancelas vivenciou por um pequeno período momentos de efervescência econômica e a promessa sedutora de desenvolvimento regional.

Aí eu falei “ó, eu vou pro Vale porque lá eles tem estrada e eu monto uma cantina e começo a fornecer comida para essas empresas”. E não deu outra! Eu cheguei tava todo mundo do restaurante ganhando dinheiro com o povo da firma! Aí eu cheguei e montei uma cantinazinha num lugar escondido numa rua isolada, e fui procurar cliente lá na rua. Eu vou passando tinha umas mulher conversando lá, era o pessoal da GEOSOL (terceirizada responsável pelas pesquisas geotécnicas - *acréscimos meus*). Aí o pessoal veio junto com umas mulher. Aí eu falei com elas: “ó, eu tô servindo comida ali, montei uma cantina pra servir comida pra empresa e tal”. Ela disse: “ou, separa um bife de alcatra lá que eu vou lá experimentar sua comida”. Aí não tinha o bife lá em casa, eu fiz um açougue e arrumei uma outra carne parecida e... Ah, mas ela comeu como se fosse o bife mesmo! Aí elas gostou e fiz um contrato com eles, um contrato não, um compromisso que ia comer lá né. Aí começaram a comer e começou a divulgar também e o trem encheu de gente. Gente da mineradora e gente de fora mesmo e o povo gostou, eu fazia festa, contratava cantor e tudo! Fazia evento, o trem tava bom uai! Eu quando eu entro numa coisa eu entro de mergulho mesmo! Tomei prejuízo também. (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

Para além das promessas sedutoras, Santos & Araújo (2015:3) apontam que muitos são os desafios de governança a serem administrados pelo Estado frente aos interesses muitas vezes incompatíveis entre sociedade e corporações, considerando a magnitude territorial elevada dos projetos megaminerários e suas alterações no “o uso do solo, recursos hídricos, biodiversidade, patrimônio cultural, o modo de vida e a saúde das comunidades de entorno”. Ao interferir diretamente nas estruturas sociais, ambientais e políticas locais, favorece-se a

⁵⁶ Com sede no município de Nova Lima/MG, a Brandt Meio Ambiente “é uma empresa com experiência em programas e estudos na área ambiental, no Brasil e em outros países (...) O portfólio da Brandt inclui licenciamento e programas de usinas hidrelétricas, minerodutos de longa distância, malha ferroviária, minas, fábricas, refinaria de petróleo, linhas de transmissão, afugentamento e resgate de fauna, resgate de flora, mapeamento de nascentes, dentre outros” (BRANDT, *s/d*).

criação de um ambiente de conflito ambiental territorial entre empreendedores e comunidades atingidas, tendência continuamente notada em municípios introduzidos ao neoextrativismo.

Era lá pra 2010, em um determinado tempo que eu tava comercializando comida, eu tive que crescer o espaço lá, mas o espaço não era meu o terreno mas mesmo assim eu fiz uma construção de uma área maior pra atender o povo né. E como a gente tinha terrenos, aí eu falei: “esses terrenos lá que eu tinha de herança, minha mãe faleceu, eu podia construir uma estrutura”. Mas eu precisava de dinheiro porque se eu pegasse o dinheiro e juntava com o capital de giro do comércio ia faltar dinheiro pra comprar a feira pra manter o restaurante. Aí eu falei “ah, tem que fazer um projeto junto ao BNDES, um banco, preciso de um contrato formal da empresa como prestação de serviço”. Aí eu falei: “vou lá na empresa”. Aqui na sede do Vale. Encontrei uma gerente de comunicação e falei: “como vocês estão comendo lá no meu restaurante, vocês estão gostando da comida e cada dia chega mais gente, eu tô vendo que a minha estrutura tá muito pequena pra atender vocês, não tá tendo espaço, tem só um banheiro e lá o ponto não é meu, tem um terreno lá encima. Aí ela brincou comigo: “a gente não veio aqui pra enricar todo mundo não!”. Aí eu pensei: “uai! Eita! Mas como assim?”. “Não ó. A empresa aqui só tem um compromisso de fazer o licenciamento, quem vai vir é a empresa chinesa, então é eles quem vão tomar os bonbons, fazer os contratos com vocês”. “Por quê?”. “É porque a gente não vai ficar aqui, quem vai vir é os chineses” (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

A resposta dada pela gerente de comunicações da SAM foi o momento de inflexão necessário para que *Antônio* despertasse o sujeito político adormecido dentro do seu ser. Era como se ele se reencontrasse com os velhos fantasmas revestidos de empresários e políticos grileiros, violadores de direitos e algozes do povo geraizeiro do Vale das Cancelas, responsáveis pelo encurralamento nas grotas e na tomada das chapadas para plantio de eucalipto. Por este fator, as empresas reflorestadoras acabaram levando o título de principais culpadas pela expropriação de terras, valendo-se da influência local e de manobras jurídicas para a obtenção do direito legal à propriedade e, por consequência, transformando vontades antagônicas em formas inconciliáveis de convivência tensa. Foi pela via das assimetrias das relações de poder que presenciou seu povo ser criminalizado não só por empresários, mas também por comerciantes, especuladores imobiliários e por muitas outras pessoas interessadas em explorar as riquezas naturais dos territórios outrora guardados e zelados pelos geraizeiros. As circunstâncias acabaram obrigando-o a se posicionar.

Quando a gente começa a querer ganhar dinheiro, minha mãe tava doente de câncer, meu pai já tinha falecido também, aí nós fomos ver as documentação das terras, a gente tinha mais terra do que a gente tava ocupando, porque aquele povoado do Vale das Cancelas começou com meu pai, meu pai que me deu aqueles lotes lá e nós fomos... o meu pai faleceu e deixou nós muito pobre, sem nada, só com a terra. Aí nós vendia lote pra sobreviver ai no Vale das Cancelas. Quando o povoado cresceu a gente já tinha vendido quase todos os lotes baratinhos. Lote não tinha preço, dava pra comprar uma bicicleta no valor de um lote, muito barato. Quando a gente foi rever a gente tinha mais terra e nós fomos reclamar na Riorancho a terra e eles ameaçou a gente, intimidou e o cara botou o revólver na mesa lá de casa, do lado do restaurante. Eu virei inimigo do Cardoso! Foi nessa hora que foram me intimidar lá no restaurante, até então eu não era de movimento social, eu era capitalista mesmo né! Queria ganhar dinheiro... mas arrumei uma briga com o cara! (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

O constante quadro de ameaças, criminalizações, processos judiciais e grilagem de terras com os quais estavam constantemente envolvidos despertou nos geraizeiros do Vale das Cancelas a vontade e a necessidade de criação de um coletivo. A pauta comum sempre esteve relacionada à busca pelo direito ao território e ao resgate das suas matrizes culturais orientadas em modos singulares de plantar, colher, viver e existir, e para isso tornou-se necessário o embate com fazendeiros e empresas mineradoras. Nessa trajetória de luta, parceiros como a CPT, o MAB, o CAA, a Via Campesina e o Fundo Brasil de Direitos Humanos vieram somar na visibilização do movimento. O restaurante transformou-se num ponto de encontro da resistência, proporcionando encontros marcantes como por exemplo quando Alvimar Ribeiro dos Santos⁵⁷ esteve reunido com o grupo no ano de 2010, conforme destacado por *Antônio* no relato abaixo:

Nós entramos em contato com a CPT aqui foi no caso da fazenda Buriti Pequeno quando em 2010 o Alvimar da CPT veio aí na casa de Dona Vicença a convite de um amigo O Alvimar, que era conhecido dele, falou com ele pra ele vir aí que tinha a demanda dessas terras pra ele ajudar o pessoal, aí ele veio e esse amigo falou: "O Alvimar da CPT vai lá pra você conversar com ele pra você entender melhor os processos aí". Aí eu fui lá e ele começou a me explicar, marcou uma reunião aqui no Vale, no restaurante, aí foi aonde que marcou uma reunião e o povo veio, e na próxima reunião da empresa com o povo nós soltamos os cachorros nela! Ele só participou da reunião nossa e não ficou pra reunião da empresa onde nós tivemos que se posicionar mesmo (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

A “reunião da empresa” mencionada pelo entrevistado fazia parte do conjunto de reuniões públicas realizadas pela SAM na sede do distrito entre 2010 e 2013, como parte integrante do rito do licenciamento proposto pelo IBAMA. Nesses encontros, tornou-se notável o alinhamento de interesses entre a empresa e a prefeitura local, que já desenhavam um convênio no qual a mineradora se comprometeria a viabilizar serviços como a implantação de infraestrutura, ações para o incremento da economia local e aperfeiçoamento dos serviços públicos no tocante aos setores da administração e recursos humanos, educação, promoção social, meio ambiente, agricultura, turismo, cultura e saúde. Igualmente, era corriqueira as manifestações de vereadores e de representantes de associações de comércio e hotelaria, apontando o tratamento respeitoso e transparente da SAM, do compromisso com compensações no âmbito social, ambiental e cultural e na menção ao progresso e desenvolvimento proporcionado pela sua chegada como fator de emancipação humana,

⁵⁷ “Filho de uma família de camponeses pobres de Montes Claros e pedreiro de profissão, o “Alvimar da CPT” cumpriu, desde o início da década de 1980 até os seus últimos dias, um importante e destacado papel na luta pela terra na região. Ainda na década de 1980, Alvimar participou ativamente no apoio à resistência camponesa dos posseiros de Cachoeirinha, de São Francisco, da Serra das Araras entre outras comunidades, à luta do povo indígena Xacriabá, além de ter contribuído para a fundação de inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais” (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 2016).

econômica e social dos municípios, tanto de Grão Mogol quanto dos vizinhos. A estratégia de “esverdeamento” realizada com vias de legitimar o projeto passou a ser questionada pelo movimento:

Na luta foi o primeira vez que encarei o microfone. Foi instantâneo, eu comecei a chamar a atenção da empresa falando que o projeto dela era muito bonito, mostrava uma escadinha e os lados dessa escadinha tudo verdinho, uma lagoa no lugar da cava que ia ficar com os peixinhos dentro, uma maravilha, tudo coloridinho, tudo engraçadinho o filme, e eu falei muito disso, eu conheço mineração, aonde colocam as barragens não fica nada, destrói tudo! E eu falei: "não, esse projeto não é viável pra nós, porque se ele não garante a vida pras futuras gerações após a exploração da mina não tem como a gente continuar com esse projeto. Uma outra coisa que agente vê que não é contabilizado o direito das famílias, a gente tá vendo que tem alguma coisa errada e eu vou informar pra vocês um exemplo de quando chegaram as firmas de eucalipto aqui. Chegou falando que era tudo isso aí, mil maravilhas, hoje a gente tá vendo aí a falta de emprego, o rio secou, nascente secou. Então a gente vê que esse modelo aí é pra um e não pra todos, uma coisa que vocês falam que não vai comprar terra. Uai, se não vai comprar terra, o governo já deu concessão de uso, quem garante o direito desses atingidos aí? Quem vai garantir, você diz que vai vir uma empresa chinesa, a empresa chinesa não garantiu isso pra nós. Vocês estão falando aí que não são vocês que vão negociar a terra, o cara me chega e quer me comprar barato, uma é essa grilagem de terra aí porque ninguém sabe quem é o dono, então aí já tem uma coisa que não tá certo, eu só queria pedir uma coisa pra SAM, antes de terminar a minha fala aqui, é que vocês respeitem nosso povo!" (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

A par de todas as dificuldades vivenciadas pelos geraizeiros, a chegada do MAB no ano de 2012 trouxe um novo fôlego para a constituição do movimento. Por intermédio de trabalhos de base nas comunidades, buscou informá-los, articulá-los e mobilizá-los em torno da questão de poder dizer ‘não’ aos grandes empreendimentos, como barragens e projetos minerários. Esses trabalhos de base promovem espaços para a criação de processos formativos voltados para a promoção da autogestão, e para isso realizam ações que visam estreitar os laços comunitários entre as comunidades, reforçando a identidade com o seu território quando viabilizam, por exemplo, iniciativas de comercialização e beneficiamento da produção agrícola obtida pela via do plantio de hortaliças ou da coleta de frutos do cerrado.

A articulação do movimento geraizeiro no Vale começou a partir de 2011 e 2012, quando a gente começou a trabalhar com os movimentos organizados como o MAB, a gente começou a participar de muitas lutas e muitos eventos que nos fez conhecer o direito real do ser humano, o direito à terra, à água, que são direitos fundamentais, que a gente tem direito a ter acesso à terra e à água, de ter direito ao território como população tradicional, garantia das populações futuras. Então em 2012 começou a ganhar corpo depois das audiências pública que tivemos em Grão Mogol e com a rejeição em 2016 do licenciamento prévio da SAM, a gente conseguiu avançar na discussão do direito de poder pelo menos viver aqui ainda sem a mineradora, isso nos dá um ar de liberdade de que a nossa luta vale a pena, essa é uma das conquistas que tivemos (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

As pequenas vitórias obtidas em termos de organização não foram aceitas de forma pacífica pela classe empresarial detentora das monoculturas de eucalipto. No dia 01/08/2015, *Antônio* foi ameaçado de morte por prepostos da empresa AJR Energética disfarçados de policiais militares. Segundo testemunhas, três indivíduos que se passavam por policiais de

Belo Horizonte chegaram ao portão de sua residência às 07 horas da manhã, apresentando distintivos da polícia e dizendo que se alguém da comunidade se aproximasse da Fazenda São Francisco, seria recebido à bala (CPT, 2015).

A abordagem abusiva à liderança foi relatada em reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos da ALMG e no *Seminário Internacional Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais*, organizado pelo GESTA-UFMG, ambos realizados na semana subsequente à ocorrência. Neste sentido, as intimidações realizadas mais fizeram inflamar a luta: Antônio passou a receber ajuda judicial e financeira do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e do Fundo Brasil de Direitos Humanos, e no dia 11/12/2015 o movimento ocupou provisoriamente a fazenda da Rio Rancho como forma de protesto. O indeferimento da LP da SAM em março de 2016 também foi creditada às pressões exercidas pelos geraizeiros.

Depois de uma conquista dessas contra a mineração mesmo, isso trouxe uma força danada, o povo sabe que não se fala mais mal da gente como se falava no início, viu que a gente teve força. Então o povo acredita nisso, as pessoas estão acreditando nisso, ainda que não se organizem completamente, o povo ainda um pouco disperso, mas quando convoca o povo vai pra luta. Quando convoca o povo se junta mesmo em torno de uma coisa só. Às vezes os vizinhos são meio brigados um com o outro mas quando é a hora de pegar o inimigo maior eles já tem coragem, eu falo isso com firmeza foi quando a gente ocupou a Riorancho, que parecia que nós não tinha força, e de repente um exército de gente entra na Riorancho dia 11 de dezembro de 2015! Isso mostra que o povo acredita na força, na união (*Relato de Antônio*. Obtido em: 29/08/17).

O próximo item dessa seção apresentará os desdobramentos observados após o indeferimento da LP do PVRP e suas consequências para o fortalecimento do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas.

O TERRITÓRIO TRADICIONAL GERAIZEIRO DO VALE DAS CANCELAS

A demarcação das terras para as famílias geraizeiras visando garantir a permanência constitui a principal demanda do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas, garantindo dessa maneira a reprodução da agricultura familiar, da subsistência e da concentração do povo na região. Em 2014, o MPF realizou um parecer técnico reconhecendo a identidade e o modo de vida tradicional de aproximadamente 70 comunidades geraizeiras que habitam nas imediações dos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis há pelo menos sete gerações. Deste modo, as comunidades vêm construindo, através da assessoria técnica do CAA, a auto-demarcação de seu território, denominado *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas* (MAB, 2016). O documento tornou evidente a necessidade de demarcação de terras para as famílias no território tradicionalmente ocupado, garantindo a sua

permanência perante um espaço necessário para a reprodução cultural, social e econômica. Rocha *et al* (2016) realiza uma sistematização sobre os principais fatos que constituíram o processo de auto-demarcação:

Após visitas e reuniões nas comunidades foram realizadas três oficinas de autodemarcação em diferentes localidades, sendo a primeira no dia 18 de Julho de 2015 na comunidade de Lamarão, a segunda em 15 de Agosto de 2015 na comunidade de Tinguí e a terceira no dia 23 de Agosto na cidade de Josenópolis. Neste período as lideranças percorreram o território, reunindo com as famílias nas celebrações religiosas e em reuniões com as associações, das localidades que compõem o território (...) A autodemarcação do território tradicional do Vale das Cancelas segue como desdobramento da participação de lideranças de Vale das Cancelas na Oficina de Direitos Territoriais promovida pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais (...) em agosto de 2012. (...) Foi proposto então que o projeto de Mapeamento de Comunidades Tradicionais do GESTA/ UFMG⁵⁸ priorizasse as comunidades geraizeiras ameaçadas pelos projetos de mineração em curso na região e as comunidades vazanteiras do São Francisco. (ROCHA *et al*, 2016:6).

Após as primeiras tratativas, a auto-demarcação avançou a ponto de ser estabelecida a divisão em três núcleos territoriais: Tinguí, Lamarão e Josenópolis, totalizando uma área de aproximadamente 228.000 hectares (REPÓRTER BRASIL, 2018). Com o auxílio do CAA e do MPF, foi produzido um relatório em conjunto com as comunidades inseridas na área de Lamarão, e pretende-se fazer procedimento semelhante em Tinguí e Josenópolis, buscando englobar todo o território existente nos três núcleos numa única proposta a ser enviada para o INCRA. Trata-se de uma proposta ousada e desafiadora, haja visto que no emaranhado de conflitos fundiários existentes em nível de titulação existem desde terras devolutas até áreas de arrendamento - muitos vencidos, bem como outras categorias como títulos de posse, formais de partilha e documentos de propriedade expedidos pelas empresas monocultoras.

Situado no núcleo Tinguí, o acampamento Alvimar Ribeiro é parte integrante dos esforços empregados por esses atores na garantia dos seus direitos coletivos. Desde 13 de novembro de 2016, 120 famílias geraizeiras ocupam a área da Fazenda Buriti Pequeno com o apoio do MAB, grilada inicialmente pela Floresta Rio Doce e posteriormente Foscalma, como forma de reivindicar a demarcação do seu território tradicional, e também contra a criminalização das lideranças locais.

⁵⁸ Foram realizadas três oficinas pelo GESTA-UFMG por intermédio do Programa “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais”. Elas foram realizadas em Montes Claros, Vale das Cancelas e Josenópolis, ocorridas respectivamente em 2012, 2013 e 2015, que sequencialmente instrumentalizaram os comunitários para o embate contra os antagonistas, bem como contribuíram para a objetivação da identidade geraizeira das comunidades da região, e para redimensionar o entendimento sobre seus direitos territoriais, aspecto ainda frágil à época. A primeira oficina em Montes Claros foi realizada em agosto de 2012 na área de formação do CAA/NM, onde Antônio participou com outras lideranças, quando a equipe foi informada do PVRP. Em seguida, a oficina do Vale das Cancelas ocorreu no restaurante do *Antônio*, entre 24 a 26 de maio de 2013 e contou com participação de 70 lideranças e comunitários. A oficina de Josenópolis, ocorrida entre 21 a 23 de fevereiro de 2015, contou com a participação de 80 lideranças e comunitários.

O acampamento no início tinha representantes de todas as comunidades, hoje o objetivo do dele é garantir a visibilidade da luta, envolver as autoridades responsáveis porque o geraizeiro é acomodado em sua casa, na sua terra, no seu lugar ali no meio da grota onde ele vive, ele é muito caseiro, muito familiar, dificilmente ele mora num local sem ter uma água. O modo de vida do geraizeiro não é na chapada, ele precisa dela pra complementar sua renda, que é na produção de frutos do cerrado, produção de gado. A chapada nunca foi lugar de plantio para o geraizeiro, então ele fica lá de forma temporária, não consegue permanecer lá. Por mais que você tenta forçar ele não consegue morar lá, ele pode até fazer a casa dele na chapada, mas ele vai trabalhar na beira do rio. Se você for lá no meu sítio hoje eu tô na beira do córrego, eu não consigo ficar na chapada, sou geraizeiro (*Relato de Antônio*. Obtido em: 18/04/17).



Figura 5: Acampamento Alvimar Ribeiro, sob a luz da lua cheia (acervo de campo), 2017.

A ocupação tenta fazer valer as jurisprudências nacionais e estaduais existentes que dizem respeito à salvaguarda dos direitos desses povos, como parte integrante do conjunto de estratégias empregadas para a demarcação do território. A chapada ocupada é alvo desde 2005 de um ação discriminatória, posto que a empresa monocultora obteve um mandato de reintegração de posse na vara judiciária de Grão Mogol contra a *Dona Gertrudes*, cuja família de origem geraizeira habita o local a décadas em área mais conhecida como Buriti São Lourenço - onde está localizado o acampamento⁵⁹. O Sub-secretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária do estado de Minas Gerais fez uma breve contextualização do caso na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, realizada no dia 13 de julho de 2017:

⁵⁹ Conforme relata o portal eletrônico Repórter Brasil (2018), *Gertrudes* “retornou em 2006 para os Gerais, onde montou seu barraco e uma pequena roça, com criação de animais”. Costa (2017:488) complementa analisando que “em 2012, a empresa, representada pelo advogado (...), julgando-se proprietária da área registrou um boletim de ocorrência contra a geraizeira (...) e outras pessoas pelo cercamento de uma área, onde hoje está situado o Acampamento (...) segundo afirmam, o local de chapadas abriga as nascentes do Córrego São Lourenço, é onde viveu o avô (...) expulso na década de 1970 por pressão das empresas invasoras”.

Havia uma ação discriminatória judicializada desde 2005, e que portanto não havia que se ter uma ação de reintegração de posse uma vez que a posse ela não foi definida judicialmente, e portanto havia aí algum problema com essa reintegração de posse. Entrei em contato com a AGE, encaminhei as informações e pedi pra que eles pudessem tomar as urgências no sentido de suspender essa reintegração de posse até que houvesse essa decisão sobre a discriminatória (...) Há um pedido de usucapião por parte da empresa Foscalma, em que ela adquiriu uma posse de 12,7 hectares e pede usucapião pra mais de 9.000 hectares sobre uma área arrendada pelo estado, então eu acho que é muito difícil que alguém possua um direito a partir de elementos tão frágeis, uma vez que o estado tem um contrato de arrendamento de terra devoluta (ALMG, 2017).



Figura 6: Casa de Dona Gertrudes, na entrada do Acampamento Alvimar Ribeiro (acervo de campo), 2017.

O acampamento Alvimar Ribeiro é um lugar de visibilização política pautada na construção criativa de iniciativas dispostas a estreitar laços comunitários, reforçando a identidade dos geraizeiros com o seu território. As vivências de campo evidenciaram que a agricultura praticada tradicionalmente no local, incluindo divisão de áreas para certos ‘combinados’ de plantio como relações de mutirão, troca de dias de trabalho, plantio em família, se processam sobre bases agroecológicas sem recursos a adubos químicos externos. Principal parceiro e incentivador da ocupação, o MAB tem contribuído de maneira significativa nas ações relacionadas à ampliação de possibilidades de comercialização e beneficiamento da produção agrícola das comunidades.

É notória a importância da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar das famílias, sendo comum que cada residência na grota tenha em seu quintal frutíferas, hortaliças e criações, tudo voltado para o consumo da própria família. Para além de uma produção que garanta um abastecimento mínimo e variado de alimentos para a casa, o

MAB tem possibilitado pela via das hortas PAIS⁶⁰, visando o intercâmbio de saberes populares e técnicas em terrenos de cultivo, articulando as discussões em torno da agricultura familiar, transição agroecológica e tecnologias sociais capazes de garantir a comercialização.

O desenvolvimento de projetos voltados para a implantação das áreas de PAIS tem contado com consideráveis investimentos, especialmente de instituições públicas ligadas a prefeituras municipais, governos estaduais e, sobretudo, do governo federal, via diferentes Ministérios. A proporção dos investimentos na reaplicação da Tecnologia Social, que já chegou a ser cotada para tornar-se uma política pública, reflete a confiança no potencial dessa proposta para impulsionar a produção de alimentos saudáveis, a partir da produção agroecológica, entre outros supostos benefícios propiciados pela implantação das áreas de PAIS (SILVA *et al*, 2017:2).



Figura 7: *Horta PAIS do Antônio, à beira de uma gruta - Núcleo Tinguí (acervo de campo), 2017.*

Sabemos, no entanto, que o estabelecimento de uma cooperativa que beneficie a comunidade não se dá de forma espontânea. Depende fundamentalmente da informação e mobilização de todos em torno da questão da produção sustentável, desde gestores públicos e fontes de financiamento governamentais até sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias. Esta articulação tem possibilitado a promoção de feiras livres com o intuito de gerar o fortalecimento dos produtores locais de modo que os tornem independentes das

⁶⁰ O programa de hortas PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) é financiado pelo BNDES e pela Fundação Banco do Brasil. Trata-se de uma iniciativa nacional pautada no financiamento de material de consumo para construção de hortas circulares em forma de mandala visando a melhoria da produção agroecológica (canteiros circulares, dotados de sistema de irrigação por gotejamento e com galinheiro no centro). Em 2015, o MAB obteve recurso para construção de 1000 hortas desta natureza para o Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas, gerando melhorias significativas nas possibilidades de geração de renda para os comunitários.

centrais de abastecimento, podendo, inclusive, comercializar seus produtos nas próprias regiões⁶¹.

Nas hortas PAIS o que mais produz é hortaliça né, alface, couve, verduras, beterrabas, cenouras, abóboras, feijão. Nós não estamos mais comprando feijão, estamos produzindo nas hortas PAIS, eles plantam uma parte de feijão e plantam também uns pés de milho no meio porque o geraizeiro não consegue plantar uma coisa só, só no sistema agroflorestal, então agente sempre produz alguma coisa a mais. Desde sempre a gente planta feijão com uns pezinhos de milho dentro. Não estamos mais comprando feijão, tem muita gente que não compra mais feijão (*Relato de Antônio*. Obtido em: 18/04/17).

Igualmente, não existe transformação da realidade sem a criação intencional de espaços. Os espaços se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas identidades territoriais. Esses processos ainda são decorrentes de permanentes conflitos entre forças distintas que procuram criá-los, conquistá-los e controlá-los (FERNANDES, 2005). As hortas têm possibilitado a ocupação de espaços inseridos na proposta de demarcação mas que, sobretudo, ainda permaneciam inabitadas, como por exemplo chapadas, terras devolutas com concessões vencidas e áreas de cerrado em regeneração. Por isso tais iniciativas também devem ser compreendidas como estratégias de reapropriação, atuando em contraposição aos vetores do desenvolvimento capitalista promotores da desterritorialização individual (existencial e identitária) e coletiva (expropriação da terra).

A proposta compartilhada por Milton Santos (1996) elabora a noção de *identidade dos espaços*. Ela é fundamentada na compreensão das intencionalidades das relações sociais que, conseqüentemente, constituem-se numa forma de manifestação de poder interessada em projetar a totalidade como parte, projetando-o em sua qualidade completiva. Este poder sustenta o espaço como fração capaz de guardar todas as características do todo, por onde a intencionalidade é utilizada para a sua materialização, pois orienta uma visão de mundo e uma identidade. Sendo assim, é preciso enfatizar que o Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas, ao se organizar de modo a ocupar territórios pela via da Tecnologia Social PAIS, atua em defesa de seus interesses em situações de intensos conflitos ambientais territoriais, objetivando a transformação da realidade.

Na perspectiva da Ecologia Política, a desigualdade ambiental acompanha a desigualdade social, considerando que processos de industrialização sempre serão pautados em escolhas macroeconômicas e macropolíticas, cujos efeitos acabam distribuindo e

⁶¹ Desde 2016, o Governo de Minas está investindo materiais de consumo com o auxílio do Projeto de Apoio às Feiras Livres da Agricultura Familiar *Aqui tem Feira!*.

relegando uma carga maior de peso dessas decisões para alguns setores e grupos da sociedade em detrimento de outros. Dentro do debate do direito dos povos tradicionais, é possível inserir de forma simultânea o debate sobre gênero e feminismo, temática amplamente debatida pelo coletivo MAB Mulheres⁶². Nos últimos anos, ficou evidente o incremento da organização comunitária no sentido do empoderamento das mulheres geraizeiras nas atividades de formação e mobilização realizadas no Acampamento Alvimar Ribeiro, trabalhos de base dedicados à transformação das mesmas perante suas próprias realidades - domésticas e coletivas, com o intuito de que elas pudessem consolidar sua inclusão cidadã e ter influência efetiva e decisiva nas questões que dizem respeito à sua vida.



Figura 8: *Salão de convenções do Acampamento Alvimar Ribeiro* (acervo de campo), 2017.

A próxima e última seção do presente capítulo buscará tecer um olhar etnográfico acerca da experiência de pesquisa vivenciada no Acampamento Alvimar Ribeiro para elaboração dessa dissertação de mestrado. O fazer antropológico é marcado pela pesquisa de campo e pela etnografia, que em linhas gerais trata-se da análise da experiência de relacionamento do pesquisador com os sujeitos sociais. Em campo nos envolvemos e consequentemente nos responsabilizamos, pois a nossa presença anuncia expectativas e causa interferências. As páginas que se seguem buscarão explicitar sensações, sentimentos e descobertas, por intermédio de um breve relato etnográfico.

⁶² De acordo com informativo veiculado no portal eletrônico do MAB (2017), o movimento “tem feito um esforço na organização e afirmação do Coletivo de Gênero, com o propósito de construir a auto organização das mulheres, desde o nível nacional com a participação das mulheres que atuam na coordenação nacional com estudos e planejamento, nos estados com a multiplicação dos debates envolvendo as mulheres das direções estaduais e as mulheres que participam dos grupos de base”.

3.3 UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O ACAMPAMENTO ALVIMAR RIBEIRO

Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar (OLIVEIRA, 1998:31).

Montes Claros, 18 de abril de 2017. Em meio à finalização do meu projeto de dissertação, entro em contato com *Antônio* com o intuito de realizar uma pequena imersão de campo. Quase dois anos já haviam se passado desde o último encontro com a liderança, no *Seminário Internacional Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais*, que participei como membro da comissão organizadora do evento.

Essa viagem representava para mim muito mais do que uma simples imersão de pesquisa, afinal, estava conhecendo pela primeira vez a terra dos meus antepassados. Grão Mogol é a terra da minha bisavó materna, Quita Benquerer, mãe da vovó Florisbela e do tio-avô Lúcio, famoso fazendeiro e empreendedor da região. Não tive a oportunidade de conhecê-los, mesmo sentindo por toda vida - e, digamos, de forma bem intuitiva, as minhas raízes e vínculos familiares do Jequitinhonha.



Figura 9: Família Benquerer perfilada em frente à igreja católica de Grão Mogol, em meados da década de 1920. Dona Quita segurando o tio-avô Lúcio e vovó Bela logo acima (acervo de família), s/d.

Desde criança, ouvia os relatos de mamãe afirmando que a bisavó foi uma índia ‘catada no laço’ ainda menina pelo meu bisavô em troca de terras nos confins da Serra Geral, ou seja, sempre tive no meu sangue heranças geraizeiras, misturadas, reconheço, com toda espécie de influências e valores portugueses e judaicos. Visitando os álbuns antigos da família, me instigava as fotografias da Dona Quita, uma mulher franzina com traços indígenas, com cabelo estilo chanel e trajada com vestes que as descaracterizavam um pouco. Mas,

sobretudo, enxergava um semblante sério, me dava a sensação de que estava ali por influências externas, e não por livre e espontânea vontade.

Acessei páginas e grupos do *facebook* em busca de caronas para o Vale das Cancelas. A princípio procurei vagas em Grão Mogol, tamanha era a minha ignorância acerca da localização do distrito, situado na divisa com Salinas. Fui alertado por um caronista que deveria procurar condução para o município vizinho e pedir parada na BR-251 em frente ao único posto de gasolina do Vale. Por fim, combinei o transporte com uma van e paguei a bagatela de R\$35,00, praticamente a metade da passagem de ônibus.

Iniciando a viagem, eu e os demais passageiros passamos pela perigosa estrada de acesso a Francisco Sá, para depois seguir rumo ao Jequitinhonha. Chegando às áreas das grandes chapadas que constituem a rota rumo a Serra Geral, tornou-se perceptível o aumento do fluxo de caminhões transportando carvão. Tendo como referencial a paisagem, foram latentes as mudanças paisagísticas: mudanças no horizonte, a presença de pastos sujos e pastos limpos (esses, dominados por capim braquiária, evidenciavam a práticas da pecuária extensiva) e, sobretudo, a monótona e hipnótica visão das monoculturas. Igualmente, foi notória a presença de erosão como consequência de ocupações desordenadas e a alteração da composição florística dos vales, grotas, chapadas e áreas de recarga hídrica, agora disputadas pelo eucalipto.

Após algumas horas de viagem, chego ao Vale das Cancelas por volta das 16 horas. As primeiras sensações ao desembarcar no posto de gasolina foram deveras angustiantes: o trânsito intenso da rodovia e aquele ambiente de distrito industrial (*pickups* e funcionários de empresas por todo o lado se misturavam com moradores locais) me remetiam à lembrança de Conceição do Mato Dentro. Por lá a Anglo American foi apresentada como salvação para a combalida receita municipal, impotente e ineficaz no combate aos problemas sociais, e, naquele caso, foi notório o impacto da mineração principalmente nos povos tradicionais e comunidades rurais da região. Aquela mistura de caminhões, moradias humildes e funcionários uniformizados ilhados sobre um oceano de latifúndios já manifestavam em mim a intuição de conflitos ambientais territoriais, desde outros tempos, ocasionados por opositores diferentes.

Meu encontro com *Antônio* somente fez confirmar essas percepções. De pronto subi na garupa de sua motocicleta e partimos rumo ao Acampamento Alvimar Ribeiro. No caminho foi possível enxergar mais cercamentos de eucalipto, só que agora consorciados com trechos de cerrado em estágios diferentes de regeneração. *Gabriel veja como a mata está*

crescendo nessas terras devolutas com concessão vencida. Passamos também por placas anunciando a faixa de servidão de passagem das linhas de transmissão da Termoirapé. Eu ouvia e observava atentamente, em meio àquele cenário crepuscular de fim de tarde.

Logo na entrada da ocupação, o vento forte da chapada pelada fazia sacudir duas bandeiras do MAB, como se estivessem resistindo de forma teimosa às intempéries, numa batalha ‘contra tudo e contra todos’. Adentrei e vi pelo menos vinte cabanas estilo ‘iglu’, todas feitas com palafitas e esteios de eucalipto, telhados de lonas de plástico ou de palha de coqueiro, cada qual com sua identidade visual. Logo no centro, pude visualizar o salão de reuniões, uma caixa d’água de 50.000 litros e uma pequena horta, e lá estava *Dona Dominga*, talvez a personagem mais marcante da viagem de campo. Regando as plantas com baldes e regadores, ela reclamava da falta d’água e do atraso do caminhão pipa da prefeitura. Junto com *Antônio* e sua esposa *Maria*, era uma das poucas geraizeiras com residência permanente no local, mesmo diante da preocupação dos seus filhos e parentes próximos.



Figura 10: *Entrada do Acampamento Alvimar Ribeiro, Serra Geral ao fundo* (acervo de campo), 2017.

Passei pelo menos três horas num bate-papo regado a muito café, bolachas e deliciosos pedaços de doce de mamão, tudo produzido de forma comunitária e artesanal. Lá estavam *Antônio*, *Maria* e uma técnica do MAB, e podemos trocar diversas informações acerca da luta dos geraizeiros frente ao PVRP. Foi neste momento que resolvi abrir o jogo sobre meu parentesco com Lúcio Benquerer. *Seu tio tinha muitas terras aqui*, afirmavam como se quisessem me alertar sobre um passado de grilagem e encurralamento. Mesmo diante da revelação, em nenhum momento me senti constrangido, pelo contrário, aquele lugar me transmitia uma paz aconchegante, dava até vontade de morar lá. A chegada da noite

deixou o clima mais frio e escuro, e de longe escutei o som de um violão e as rajadas de uma fogueira. *Dona Dominga* me ofereceu abrigo e me recolhi para ter um sono relaxante, ao som de cantigas sertanejas e o barulho gelado da ventania.

No acampamento o dia amanhece antes do sol raiar. Muitos já estão de pé às quatro da manhã, outros nem dormiram ‘farreando’ na noite, enfim, acordei bem cedo ouvindo vozes que quebravam o ruído silencioso das copas de eucalipto da Fazenda Rio Rancho, localizada a poucos metros das barracas. Aliás, a monocultura dispersa em terra devoluta com concessão vencida instigou os geraizeiros a realizarem o uso social da madeira. Observei muitos troncos utilizados como esteios para construções, como a sala de reuniões ou a base elevada da caixa d’água. Quando saí do barracão mirei *Dona Dominga* cuidando da horta, e *Maria* me convidou para o desjejum. Iniciei uma descontraída conversa com as duas, e ali pude compreender as dificuldades vividas na luta pela coesão do movimento, onde a proposta era justamente manter pautas coletivas diante de iminentes interesses individuais. *Eita Gabriel, você imaginava conhecer um acampamento desse?* Meu semblante ao escutar a pergunta já evidenciava certa surpresa: *Pra te falar a verdade verdadeira, a gente imagina, mas só quando a gente chega que tem noção.*

Em seguida, *Maria* começa a me confidenciar situações cotidianas: *A única coisa ruim é porque tem algumas coisas familiares que eles estão deixando influenciar o relacionamento nosso, tá muito difícil, sabe? Teve um roubo, a gente não sabe se foi um roubo de um celular, na primeira semana que nós ocupamos aqui, e na época tinha um ex-presidiário que estava aqui, e o moço que perdeu esse celular colocou a culpa nele e queria que eu abrisse as coisas dele. No final das contas ele se revoltou contra mim! Nós temos um pessoal bebendo a noite toda mesmo, nossa, eles estão dando trabalho demais. Muita gente afastou por causa dessa senhora que bebeu a noite toda. Uma senhora pôs fogo aqui, tava querendo botar fogo no barraco da *Dona Dominga* no domingo passado. No nosso também! Por incentivo da outra mulher lá que tá com reintegração de posse. Bateu em Antônio, jogou água, muita humilhação.*

Logo percebi que existem muitos desafios para o sustento de uma coesão capaz de priorizar as pautas coletivas em detrimento das individuais. Os efeitos devastadores da economia do eucalipto e dos projetos de desenvolvimento tornaram a vida na sede central muito atribulada, resultando no aumento da população flutuante, da migração, do alcoolismo e da prostituição. Algumas pessoas enxergaram a ideia do acampamento com oportunismo, apenas como uma chance de obterem facilidades e benefícios, como por exemplo, terras e

propriedades para uso restrito, ou até mesmo um refúgio para àqueles que se enveredaram para a criminalidade. *Essa mulher que tá com reintegração de posse, nós viemos pra cá por causa dela, e quando nós nos aliamos aos 'políticos demônios' foi por causa dela, pra ajudá-la. E quando ela viu que não ia ficar com isso aqui mais porque vai ser a sede de uma escola agrícola rural e da cooperativa, então ela ficou tentando fazer isso pra gente sair daqui, porque isso daqui ela ficou tentando fazer com o desejo que fosse dela.*



Figura 11: Barracões e cinzas da fogueira acesa na madrugada anterior, Fazenda Rio Rancho ao fundo (acervo de campo), 2017.

Mesmo diante da legitimidade da luta, à época o Acampamento Alvimar Ribeiro passava por nítidos conflitos ideológicos entre seus integrantes, onde a grande maioria insistia na utilização do espaço como sede para futura cooperativa ou escola agrícola, em detrimento das reivindicações de uma família interessada em travar verdadeiras guerras judiciais com o Estado para a obtenção do título formal da terra devoluta. A fala preocupada de *Maria* estava relacionada justamente à descaracterização do movimento: *Quando eu soube que ela tava descaracterizando o movimento pro lado de fora, eu falei com Antônio, “não vamos mais ajudar ela”. Isso foi nesse ano já. Tiramos a cozinha coletiva porque o que sobrava ela jogava tudo pros cachorros. Ela se virou contra mim, como eu sou de fora, ela disse que eu sou forasteira e não tenho que estar mais aqui. Antes era tão bom, Gabriel. A gente acendia as fogueiras aqui, reunia todo mundo aqui na porta de casa, na porta deles, com moda de viola à noite. Um luxo, sabe? Antônio queria ir embora. Eu disse: “não vai*

não! Não vai de jeito nenhum, você não tá pouco tempo nessa luta não! Você não vai arredar o pé daqui de jeito nenhum porque eu não vou deixar! Não vou!”.

Mais à tarde, andando na estrada, de longe, avistei um senhor segurando uma saca e fui em direção a ele para conversar. Era o *Seu Adenor*, dono do barracão mais bonito e bem construído que vi na ocupação. Tinha residência fixa em uma grota localizada nos arredores, mas como grande parte dos moradores próximos, decidiu dar a sua parcela de contribuição construindo o pequeno imóvel e participando ativamente da rotina do local. Me disse que desde pequeno planta e colhe frutos do cerrado nas chapadas, e que por vezes produz a mais e realiza trocas com outros moradores, e assim acaba contribuindo para a garantia da segurança alimentar de muitas pessoas, e por isso é uma pessoa muito querida por todos. Com um semblante bem simpático, mostra para mim o resultado da colheita de frutos do cerrado nas chapadas ao redor, se queixando de que poderia inclusive vender o excedente, mas que tem dificuldades de transporte e acaba dando ou trocando alimentos com outros geraizeiros. Na sua saca havia belos exemplares de fruta-de-leite, cagaita, pequi, barú, araticum e mangaba. Ao perceber o meu olhar impressionado com a variedade de alimentos coletados, me disse que o desmatamento das chapadas tem gerado grandes dificuldades para encontrar estes frutos, e que ele tinha de deslocar muitos quilômetros para escapar dos peladouros até avistar matas de cerrado em regeneração, onde era mais fácil coletá-los.



Figura 12: *Barracão do Senhor Adenor* (acervo de campo), 2017.

Seu Adenor me disse que o geraizeiro não consegue se adaptar tão fácil à moradia nas chapadas. “É forçar e ir contra a natureza nossa, mas a gente precisa da terra na chapada, porque ali a gente tem toda fonte de renda de complementação do que já produzimos lá embaixo nas grotas. O cerrado preserva a água, a água abastece as nascentes, os brejos, as veredas, as encostas. Aí mais acima também tem os frutos, agora mesmo a fruta-de-leite aqui, é muito gostosa de você chupar ela, fruta boa, eu acho uma das mais gostosas, então o que acontece, ela agora está em florada, maracujá do mato está aí produzindo pra danar, pra você tomar suco, tem azeite de cacau”. Ver toda essa fartura nas mãos do comunitário me incitou ao seguinte questionamento: por que o Estado não cumpre seu papel quando pouco auxilia na manutenção da sobrevivência dessas pessoas, haja visto que existem aproximadamente 1.500 famílias geraizeiras vivendo atualmente nos arredores do Vale das Cancelas em uma situação de extrema vulnerabilidade social, de quase extrema pobreza, e se veem sujeitos à entrarem em disputas desiguais para a obtenção de espaço para a produção e coleta de seu próprio alimento? Por que permite o desmatamento do cerrado de onde o povo sempre viveu, extraiu seus frutos, seus remédios, um lugar cuja historicidade marcou a trajetória de vida de tantas gerações? Neste ponto, quais são as perspectivas para as novas gerações? Para os jovens que tiveram de migrar para os grandes centros e hoje em dia residem nas periferias dos grandes centros urbanos ao longo do país? Aliás, avistei poucos jovens no acampamento. Grande parte de seus integrantes eram adultos e idosos, alimentando a partir da luta e da resistência a utopia de um território coletivo.

Retornei da imersão de campo deveras impressionado e identificado, e logo parti para a escrita do trabalho que se conclui nessas últimas páginas. Percebi que mesmo diante dos relatórios técnicos e dos trâmites burocráticos, a discussão do reconhecimento do território tem girado em torno da área do acampamento. O movimento priorizou de forma estratégica esta pauta para avançar junto com as instâncias governamentais na questão das terras devolutas, das áreas de arrendamento e nos arrendamentos vencidos, e de estar demarcando o território a começar pelas terras devolutas, com o intuito de evitar grandes conflitos com os senhores feudais do grande latifúndio. Entretanto, a morosidade da Administração Pública, torna a sobrevivência na ocupação um verdadeiro teste de resiliência. A maioria das terras de domínio público permanece inscrita em imbróglis judiciais, e enquanto não forem julgados os processos, a questão da regularização fundiária acaba atrasando. Por outro lado, resta a esperança de que a Lei Estadual 21.147 traga novos horizontes e garantias constitucionais no reconhecimento dos direitos territoriais dos geraizeiros do Vale das Cancelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A megamineração praticada no contexto de Minas Gerais foi pautada, sobretudo, na busca pela viabilização de complexos minerários constituídos por cavas, minerodutos e portos, com o intuito de praticar uma forma específica de extrativismo orientada para o beneficiamento e exportação de minério de ferro em larga escala. Para além das dificuldades operacionais que somente resultaram em desastres tecnológicos por parte dos empreendimentos operantes (vide exemplos dos complexos Samarco e Minas-Rio), vencer as etapas do licenciamento ambiental também se tornou um grande desafio. Muitos projetos previstos ficaram no meio do caminho e revelaram-se extremamente suscetíveis às influências externas do mercado internacional de *commodities*, e, reaberto o debate da sociedade civil quanto à questão da escassez hídrica e também acerca dos impactos socioambientais dessa concepção de projeto, pouco se ouve falar hoje em dia sobre a possibilidade de surgimento de novas Manabi's ou MMX's em terras mineiras.

Seguindo por esta linha, a análise da estrutura societária da SAM veio tão somente reforçar a tese de que estes complexos minerários utilizaram de expedientes semelhantes enquanto ainda se dedicavam à obtenção das licenças: primeiramente, a concepção da ideia, todas trazidas por corporações brasileiras com pouco prestígio junto à balança comercial, interessadas em uma posterior revenda dos ativos aos grandes monopólios rentistas do capital transnacional, responsáveis diretos na alocação dos montantes necessários para o funcionamento de todo um sistema de estruturas particulares voltadas para o escoamento interestadual. Mesmo fadado ao semelhante fracasso observado no caso de seus pares, o PVRP fez nascer um instigante foco de resistência, gestado no seio de fenômenos empíricos cujas características tornam o caso dos geraizeiros do Vale das Cancelas um *locus* perfeito de como funciona a dialética científica dos conflitos ambientais territoriais na perspectiva crítica do campo da Ecologia Política. Afinal, aqui a potencialização ou rearticulação do movimento no transcorrer da saga contra a mineração acaba induzindo ao fortalecimento, e por se tratar de um fortalecimento, há de se reconhecer a existência de antecedentes históricos. Sendo assim, não foi somente o embate travado contra a SAM que impulsionou a apropriação de uma identidade política de resistência. Deve-se considerar todo o conjunto de experiências e transformações vivenciadas ao longo de gerações e mais gerações de geraizeiros, partindo pelos ciclos conflitivos e chegando ao cenário dos anos 1980 quando nasce o embrião que veio trazer mais consistência à pauta do reconhecimento dos direitos territoriais e coletivos no Brasil, assuntos amplamente discutidos nessa dissertação.

Portanto, este trabalho buscou fornecer por intermédio de instrumentos de pesquisa interdisciplinar uma análise acadêmica ligada aos estudos sobre o *neoextrativismo*, nos quais são recorrentes os trabalhos onde o ponto de partida acaba sendo os impactos propriamente ditos, desde a instalação das cavas, passando pelo processo de poluição e contaminação, e chegando à degradação dos recursos e suas consequências socioambientais nas comunidades de entorno, etc. Por se tratar de uma história repleta de desafios, a trajetória de *Antônio* e de todos os outros geraizeiros que fazem parte desta narrativa nos apresenta um enredo extremamente rico de resistência, por onde sujeitos políticos foram forjados por processos e vieram somar ao já estabelecido movimento de rede do Alto Rio Pardo. À medida que as pautas coletivas avançam com o auxílio dos parceiros, a análise ganha contornos mais abrangentes, para além dos estudos sobre a mineração, buscando acessar também a temática do reconhecimento legal dos povos e comunidades tradicionais perante a perspectiva etnográfica da observação antropológica.

Analiso neste trabalho o Acampamento Alvimar Ribeiro como uma *ocupação política*. Afinal, qual seria o principal objetivo da ocupação? Os desdobramentos da pesquisa empírica revelam que a principal meta é a visibilização e reconhecimento dos direitos territoriais, sobretudo a homologação do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas. Esse mesmo espaço é pleiteado pela SAM, e por isso o território tradicional pode ser considerado uma estratégia de impedimento à introdução destas localidades no mercado de terras. Trata-se de uma utopia pautada na projeção de um lugar comum materializado no inconsciente coletivo de cada sujeito que adere a essa identidade de resistência. Aqui o termo *utopia*, oriundo da gramática grega onde “u” é advérbio de negação e “topos” significa lugar (ou seja, um “não lugar”, “lugar inexistente” ou ainda “lugar por existir”), vem iluminar um ponto de vista diferenciado de localidade que se posiciona em oposição à concepção padronizada e engessada de planejamento aplicada nos planos de desenvolvimento regional, desnudando deste modo suas contradições em prol da transformação de uma determinada realidade. Os desafios cotidianos explicitados na etnografia do acampamento realçam ainda mais a necessidade de *lutar com os pés no chão para continuar caminhando*. É preciso sim enaltecer todo o legado de conquistas dos últimos anos, mas acima de tudo, deve-se zelar para que demandas individuais não venham esganar e sobrepor a verdadeira utopia a qual esta dissertação se concentrou a discutir: a concepção de um território tradicionalmente ocupado por estes povos e dezenas de comunidades, a ponto de se constituir num lugar necessário para sua reprodução cultural, social, ambiental e econômica.

REFERÊNCIAS

LITERATURA ACADÊMICA

ABREU, Mauricio de Almeida. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs.) Escritos sobre espaço e história. Editora Garamond Universitária/FAPERJ. pp.265- 298. Rio de Janeiro, 2014.

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, Henri (org). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2004.

ALLEGRETTI, Helena Mary. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UNB, como requisito necessário para a obtenção de título de doutora em Antropologia. Brasília, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. PPGSCA UFAM. Manaus, 2006.

APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional**. Novos Estudos CEBRAP, edição número 49, pgs. 33-46. São Paulo, 1997.

AUGUSTO, Rosely. **Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da UFMG como requisito para a obtenção de título de doutora em Educação. Belo Horizonte, 2011.

BAINES, Stephen. **Os projetos de desenvolvimento e estratégias de grandes empresas em territórios de povos tradicionais**. In: SOUZA, Vânia Rocha (org). GT Tensões políticas recentes e os seus efeitos sobre os impactos de projetos de desenvolvimento em povos tradicionais. 39º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2015.

BALLOU, Ronald. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Empresa Transnacional e Direito**. São Paulo, ed. Revista dos Tribunais, 1987.

BARBIERI, Alisson; SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **Projeto Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) RMBH**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (CEDEPLAR). Belo Horizonte, 2013.

BAVISKAR, Amita. **Written on the body, written on the land: violence and environmental struggles in Central India**. Berkeley Workshop on environmental politics. Working papers 02, Berkeley (Estados Unidos), 2010.

BEBBINGTON, Anthony. **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2011.

BRITO, Isabel Cristina. **A rede-movimento social dos geraizeiros do Norte de Minas**. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém, 2012.

_____. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado apresentada ao colegiado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UNB, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2013.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental**. Tese de doutorado apresentada ao colegiado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Museu Nacional - UFRJ), como requisito parcial à obtenção de título de doutora em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de Sociedades Anônimas**. 3 ed. Saraiva, v. 4. Tomo II. São Paulo, 2009.

CASTELFRANCHI, Yuri. **As serpentes e o bastão**. Tese de doutorado apresentada à UNICAMP como requisito para a obtenção de título de doutor em Sociologia e Política. Campinas, 2008.

CASTELLO-BRANCO, André Luis de Oliveira. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da PUC Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Campinas, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. In: CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Revista Economia e Sociedade (5):1-30. Campinas, 1995.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **‘Ecologia’ e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas**. Revista Crítica Marxista, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16, 2003.

COELHO, Cristiano Farias; MORALES, Gudelia. **Comparação de modais de transporte para escoamento de minério: indicadores de sustentabilidade**. VIII Congresso Nacional em Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Sandra Helena. **Recantilados, entre o direito e o rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia Humana. São Paulo, 2017.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e Povos Tradicionais**. Textos analíticos do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

Disponível em:

conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf

_____. **Povos e comunidades tradicionais: por um outro desenvolvimento.** In: PAULA, Andréa Narciso; ANAYA, Felisa; IDE, Maria Helena; BARBOSA, Rômulo (orgs). Povos e comunidades tradicionais: contribuições para outro desenvolvimento. Editora Unimontes, p.191-202. Montes Claros, 2016.

COSTA FILHO, Aderval; MENDES, Ana Beatriz; SANTOS, Ana Flávia; LOPES, Camila Ragonezi; MAGALHÃES, Fernanda Fernandes; DINIZ, Gabriela Lima; BRAGA, Liliane Rodrigues; PEIXOTO, Luísa Helena; ROCHA, Maria Tereza. **Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica - Um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro.** Interfaces - Revista de Extensão, v. 3, n. 1, p. 69-88. Belo Horizonte, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível.** In: CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. Editora Cosac Naify. São Paulo, 2009.

DAYRELL, Carlos. **Geraizeiros Y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la Agroecología e la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas.** Dissertação de mestrado apresentada ao curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Internacional de Andalucía, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Huelva (Espanha), 1998.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Editora UFMG, Belo Horizonte, 1999.

DUPRAT, Deborah. **Pareceres jurídicos: direito dos povos e comunidades tradicionais.** UEA Edições. P.11-19. Manaus, 2013.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da Ecologia Política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y desconstrucción del desarrollo.** Fundación Editorial el perro y la rana. Caracas (Venezuela), 2007.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento.** In: SACHS, Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera - Ano 8, Nº6, Janeiro/Junho 2005.

FILHO, José Carlos de Carvalho. **O Brasil e as empresas transnacionais: os novos rumos para a transnacionalização das empresas nacionais.** Revista Scientia Iuris, v.15, p.89-104. Londrina, 2011.

FONSECA, Graziano Leal. **Mineração no Norte de Minas: gerais e geraizeiros ameaçados em função do Projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol - MG.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social. Montes Claros, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A “Governamentalidade”**. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Verdade e Poder**. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Edições Graal. Rio de Janeiro, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, 2010.

GIRARDI, Dante. **A terceirização como estratégia competitiva nas organizações**. Gelre Coletânea – Coleção de Fascículos (série Estudos do Trabalho), 40 pgs. Santa Catarina, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **A relação movimentos sociais e educação**. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Helder. **Dimensionamento de mineroduto**. Trabalho de conclusão do curso de especialização de Engenharia de Recursos Minerais. UFMG: Belo Horizonte, 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas: A nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.

_____. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual**. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, Política y Sociedad. Quito (Equador), 2009.

_____. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba (Bolívia): CEDIB, 2015.

_____. **Extractivismos en América del Sur: conceptos e sus efectos derrame**. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs). Mineração na América do Sul: neoxtrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

HERNÁNDEZ, Ovidio D’Angelo. **Subjetividade e complexidade: Processos de construção e transformação individual e social**. In: GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

KLINK, Carlos; MACHADO, Ricardo. **A conservação do Cerrado Brasileiro**. Revista Megadiversidade, Vol. 1. Brasília, 2005.

LANDER, Edgardo. **Colonialidade do Poder**. CLACSO: Buenos Aires (Argentina), 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Natureza e cultura**. Revista Antropos – Volume 3, Ano 2. 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15ª Edição. Editora Malheiros, 2007.

MARCONDES, Gandhi Furtado. **Servidão de passagem: avaliação de danos**. Artigo técnico – Área de perícias em engenharia, 18 pgs. Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?**. In: 37º. Encontro Anual da ANPOCS, 2013. Águas de Lindóia (São Paulo), 2013.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NOGUEIRA, Mônica Celeida. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UNB como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Antropologia. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do nordeste**. In: Atlas das Terras Indígenas/Nordeste. PETI/ Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do Antropólogo**. Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp. Brasília/ São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Therezinha Maria Novais; GARCIA, Berenice Rocha Zabbot. **Extensão e Indissociabilidade**. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira; SÍVERES, Luiz (orgs). *Transcendendo Fronteiras: A Contribuição da Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior*. EDUNISC, pgs 157-186. Santa Cruz do Sul, 2013.

PADOVANI, Vinícius. **O Estado de Direito Ambiental ameaçado pela Governança Ambiental**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UNA, para obtenção do título de Especialista em Direito Ambiental. Belo Horizonte, 2014.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Revista Horizontes Antropológicos, ano 20, n. 42, p.377-391. Porto Alegre, julho/dezembro 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

RAHNEMA, Majid. **Participação**. In: SACHS, Wolfgang (org.). *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Ed. Vozes, pgs 190-210, 2000.

RIBEIRO, Gabriel. **Mineração e pessoas que fazem a diferença: uma pesquisa exploratória sobre estratégias de negociação no contexto do licenciamento ambiental de complexo minerário na Bacia do Rio Santo Antônio/MG**. TCC apresentado ao Colegiado do Curso de Ciências Socioambientais (FAFICH/UFMG). Belo Horizonte, 2015.

Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/01/GabrielRibeiro_TCC.pdf

ROCHA, Deyvisson; CÉSAR, Fabiano; FONSECA, Graziano; DAYRELL, Carlos Alberto. **Estratégias modernas de reapropriação de territórios tradicionais: o caso de Vale das Cancelas**. Artigo acadêmico apresentado no V Congresso em Desenvolvimento Social. Montes Claros, 2016.

RODRIGUES, Leila Pinheiro; THÉ, Ana Paula Glinfskoi. **Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, ANINTER-SH/ PPGSD-UFF. Niterói, 2012.

SABOURIN, Eric. **Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate**. In: Cadernos Sustentabilidade em Debate. 2010.

SACHS, Wolfgang. **Meio ambiente**. In: SACHS, Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 117- 131, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Ana Flávia. **A comunidade de Porto Corís e os aspectos socioeconômicos do processo de licenciamento da UHE Irapé - Vale do Jequitinhonha -MG**. Laudo antropológico encomendado pelo Ministério Público Federal. Belo Horizonte, 2001.

_____. **Não se pode proibir comprar e vender terra: terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos**. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs). Formas de Matar, de Morrer e de Resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Fabiana Borges Teixeira; ARAÚJO, Fabiana Oliveira. **Territórios Minerários - desafios da gestão compartilhada e do fechamento de minas**. O caso de Minas Gerais. XVI ENANPUR, sessão temática ‘natureza, reprodução social e bens comuns’, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Leandro Bruno. **Os novos espaços de acumulação do Grupo Votorantim**. RA’EGA, Curitiba: UFPR, n.19, p.79-95, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo, Record, 2001.

SANTOS, Theotonio. **A globalização reforça as particularidades**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. Território: Globalização e Fragmentação. 4ed Editora HUCITEC (ANPUR). São Paulo, 1994.

SILVA, Alexandra Barbosa. **Mais além da aldeia: Território e Redes Sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul**. Tese de doutorado apresentada ao Museu Nacional da UFRJ como requisito para a obtenção de título de doutora em Antropologia. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Flaviana; SANT'ANA, Antonio; MAIA, Ana. **A Tecnologia Social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), em assentamentos do Território Rural Prof. Cory/ Andradina (SP): um instrumento para a promoção da transição agroecológica?**. Revista Espacios, Vol. 38, N° 27. 2017

SOUZA, Natasha. **Análise crítica de rotas de processamento de minérios de ferro itabiríticos**. Projeto de Graduação apresentado ao Curso de Engenharia Metalúrgica da Escola Politécnica, UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Engenheiro Metalúrgico. Rio de Janeiro, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Multiculturalidad y derechos culturales - identidad y derechos culturales**. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. Los pueblos originales: el debate necesario. -1a ed. CTA Ediciones: CLACSO: Instituto de Estudios y Formación. p.75-80. Buenos Aires, 2010.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Revista Nueva Sociedad: democracia y política en América Latina ed. n° 244. Buenos Aires (Argentina), 2013.

TÔRRES, Marina Abreu. **“Impactos Supostos” vs. “Impactos Reais” – Controvérsias sociotécnicas e o papel da tecnologia no empreendimento minerário Minas-Rio**. Trabalho de Conclusão da disciplina de graduação Tecnologias, Política e Sociedade, ministrada pelo professor YuriyCastelfranchi (UFMG). Belo Horizonte, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura. **IV - Das técnicas**. In: QUEIROZ, Maria Isaura. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T.A.Queiroz, 1988.

VASCONCELOS, Agripa. **A vida em flor de Dona Beja: romance do ciclo de povoamento nas Gerais**. Editora Itatiaia, 1966.

VALENTE, Manoel Adam. **Aplicabilidade da Teoria do Desvio de Poder no controle da constitucionalidade de atos legislativos: contornos, limites e superação pela Teoria dos Princípios**. Estudo encomendado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 48 pgs. Brasília, 2008.

VALVERDE, Orlando. **Gênese e evolução do problema agrário brasileiro**. Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia - Vol. XII, n° 24, p. 211-243. Lisboa (Portugal), 1977.

VIANA, Elis Medrado. **Juventudes do campo: a construção de sujeitos sociopolíticos e a afirmação de direitos**. Dissertação de mestrado apresentada ao colegiado do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG-Unimontes) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Montes Claros, 2017.

VIANNA, Adriana. **Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais**. In: CASTILHO, Sergio; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla (orgs). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Editora Contracapa, 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. **Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (orgs.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (orgs). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Klemens. **A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha - MG**. In: ZHOURI, Andréa (Org). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília - DF: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa; SAMORA, Vanessa. **Conflitos ambientais e a experiência de mapeamento em Minas Gerais**. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio (orgs.). Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Introdução**. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs). Mineração na América do Sul: neoxtratativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Desafios da Antropologia Brasileira. ABA Publicações. Brasília, 2013.

ZHOURI, Andréa. **Mineração e desregulação ambiental: limites do consensualismo e da mediação em situações de conflito ambiental**. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs) Formas de matar, de morrer e de resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2014.

_____. **Tempos de forja e de GESTA: um percurso acadêmico por entre ambiente, cultura e poder**. Memorial elaborado como requisito para a designação de Professora Titular da Carreira do Magistério Superior da UFMG. Belo Horizonte, 2016.

_____. **Introdução: produção de conhecimento num ‘campo minado’**. In: ZHOURI, Andréa (org). Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed. Editorial iGuana (ebook); ABA. Marabá, 2018.

Disponível em: aba.abant.org.br/files/20180308_5aa16473d6197.pdf

DOCUMENTOS CONSULTADOS, ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

AGÊNCIA MINAS. **Antonio Anastasia fala sobre visita oficial que fará à China nos próximos dias**. Belo Horizonte. Notícia jornalística veiculada no dia 27/02/2014.

Disponível em: agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br/noticias/antonio-anastasia-fala-sobre-visita-oficial-que-fara-a-china-nos-proximos-dias/

BRANDT. **Qualidade e inovação que fazem da Brandt a mais bem estruturada do Brasil**. Informativo disponível no portal eletrônico da Brandt Meio Ambiente, *s/d*.

Disponível em: brandt.com.br/empresa

_____. **Estudo de Impacto Ambiental Projeto Vale do Rio Pardo**. Brandt Meio Ambiente (14 volumes). Nova Lima, 2012.

BRASIL. Lei Nº 6.938 - dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981.

Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007- 2010/2007/Decreto/D6040.htm

_____. **Lei Nº 9.985 - dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.** 2000.

Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

CAA. **“Esse decreto vai fazer o direito da gente acontecer, dar condições pra gente trabalhar e viver no nosso modo de vida”.** Entrevista com Jaime Alves dos Santos, divulgada no portal eletrônico do CAA. 2017.

Disponível em: caa.org.br/biblioteca/noticia/esse-decreto-vai-fazer-o-direito-da-gente-acontecer-dar-condicoes-pra-gente-trabalhar-e-viver-no-nosso-modo-de-vida

CARVALHO, Paulo; SILVA, Marcelo; ROCIO, Marco; MOSZKOWICZ, Jacques. **Minério de Ferro.** In: BNDES Setorial 39ª seção “Insumos Básicos”. ps. 197-234. Brasília, 2013.

Disponível em: bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3906.pdf

CEDEFES. **Boletim Cedefes - na luta com os povos indígenas, trabalhadores (as) do campo e quilombolas.** Boletim Institucional Trimestral, Ano 1, Número 3. Fevereiro a abril de 2017.

Disponível em: cedefes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Boletim-Cedefes-Online-n.3-abril-2017.pdf

CIMM. **Definição - O que é Termoeletrica.** Portal eletrônico do do Centro de Informação Metal Mecânica, *s/d*.

Disponível em: cimm.com.br/portal/verbetes/exibir/1676-termoeletrica

COMUNIDADES GERAIZEIRAS DO VALE DAS CANCELAS. **Nota pública: Notícia de suspeitas de irregularidades no processo de licenciamento e condutas antijurídicas de servidores do IBAMA em conluio com funcionários da SAM.** Grão Mogol, 2015.

CPT. **Povos tradicionais resistem à grilagem e violação de direitos no Norte de Minas.** Notícia jornalística divulgada no portal eletrônico da Comissão Pastoral da Terra. 2014a.

Disponível em:

cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2360-povos-tradicionais-resistem-a-grilagem-e-violacao-de-direitos-no-norte-de-minas

_____. **Povos tradicionais iniciam greve de fome e sede em Brasília por criação de reserva.** Notícia jornalística divulgada no portal eletrônico da Comissão Pastoral da Terra. 2014b.

Disponível em: cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/2107-povos-tradicionais-iniciam-greve-de-fome-e-sede-em-brasilia-por-criacao-de-reserva

_____. **Liderança geraizeira de Minas Gerais é ameaçada de morte.** Notícia jornalística divulgada no portal eletrônico da Comissão Pastoral da Terra. 2015.

Disponível em: cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/2758-lideranca-geraizeira-de-minas-gerais-e-ameacada-de-morte

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Votorantim: aportes de R\$3,2 bi.** Notícia jornalística veiculada no portal eletrônico Diário do Comércio em 17/06/2010.

Disponível em: diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=60677

_____. **Projeto da Miba no Norte de Minas segue parado no DNPM.** Notícia jornalística veiculada no portal eletrônico Diário do Comércio em 08/07/2015.
Disponível em: diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=156372

ESTADÃO. **Chineses compram mina da Votorantim.** Notícia jornalística veiculada no dia 19/10/2010.
Disponível em: economia.estadao.com.br/noticias/negocios,chineses-compram-mina-da-votorantim,14440e

FOLHA REGIONAL. **Exploração de minério está emperrada.** Notícia jornalística veiculada no dia 10/02/2014.
Disponível em: jornalfr.blogspot.com.br/2014/02/exploracao-do-minerio-esta-emperrada.html

GAZETA NORTE MINEIRA. **Obras da Termoelétrica de Grão Mogol devem começar em julho.** Notícia jornalística divulgada no portal eletrônico da Gazeta Norte Mineira, 2017.
Disponível em: gazanortemineira.com.br/noticias/regional/obras-da-termoeletrica-de-grao-mogol-devem-comecar-em-julho

GRÃO MOGOL. **Lei orgânica N° 146 - Cria o Distrito Industrial do Buriti e dá outras providências.** Grão Mogol, 02/01/1990.

_____. **O nome.** Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Grão Mogol. *s/d*.
Disponível em: graomogol.com.br/?page_id=85

INCRA. **Regularização de terra quilombola: perguntas e respostas.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária; Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ. Brasília, 2007.
Disponível em: incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf

IBASE. **BNDES e a indústria extrativa mineral.** In: IBASE; Fundação Ford. BNDES sem segredos. Rio de Janeiro: Edição n° 4, 2015.
Disponível em: industriaextrativa.ibase.br/files/2016/01/BNDES_Sem_Segredos_n04_IBASE_2015_rev1.pdf

IBAMA. **Análise da viabilidade ambiental do empreendimento “Projeto Vale do Rio Pardo” (processo IBAMA n°02001.000959/2010-41).** Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA. Brasília, 2016a.

_____. **Ibama rejeita projeto de mineração em MG que resultaria no maior reservatório do país.** Notícia jornalística veiculada no dia 04/04/2016b.
Disponível em: cnm.org.br/comunicacao/noticias/ibama-rejeita-projeto-de-mineracao-em-mg-que-resultaria-no-maior-reservatorio-do-pais

IBGE. **Censo demográfico de 2010.** 2010.
Disponível em: downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm.

IBRAM. **Panorama da mineração em Minas Gerais.** Instituto Brasileiro de Mineração, Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro de Metais – Brasília: IBRAM, 2015.
Disponível em: ibram.org.br/sites/1300/1382/00006212.pdf

KLEIN, Naomi. **Democracia brasileira está sob ataque.** 2016.
Disponível em: brasildefato.com.br/2016/06/01/democracia-brasileira-esta-sob-ataque-afirma-naomi-klein/

LEÃO, Dinei. **Água e Território: Comunidades de preparam para a V Conferência Geraizeira.** Coluna jornalística divulgada no blog do Dinei Leão. 2018.
Disponível em: dineileao.wordpress.com/2018/03/28/agua-e-territorio-comunidades-se-preparam-para-a-v-conferencia-geraizeira/

MAB. **Atingidos de Vale das Cancelas avançam processo de retomada de terras em Grão Mogol.** Notícia jornalística veiculada no portal eletrônico do Movimento dos Atingidos por Barragens no dia 16/11/2016.
Disponível em: mabnacional.org.br/noticia/atingidos-vale-das-cancelas-avan-am-processo-retomada-terras-em-gr-mogol

_____. **As violações dos direitos das mulheres atingidas e a luta pela vida.** Notícia jornalística veiculada no portal eletrônico do Movimento dos Atingidos por Barragens no dia 04/08/2017.

Disponível em: mabnacional.org.br/noticia/viola-es-dos-direitos-das-mulheres-atingidas-e-luta-pela-vida

MPMG. Procedimento de Apoio a Atividade Fim nº MPMG - 0433.15.000826-9 (acompanhar o processo de licenciamento ambiental da empresa Sul Americana de Metais, “Projeto Vale do Rio Pardo, bem como da Ação Civil Pública nº 312357520144013800, ajuizada pelo MPMG, em trâmite perante a Justiça Federal de Belo Horizonte). Montes Claros, 2015a.

_____. **Procedimento de Apoio a Atividade Fim nº 0433.15.000440-9 (solicitação de informações sobre suspeitas de irregularidades em eventual processo licitatório de servidores do IBAMA em conluio com funcionários da Sul Americana de Metais).** Montes Claros, 2015b.

MINAS GERAIS. Declaração de Utilidade Pública em benefício ao Projeto Vale do Rio Pardo, da Sul Americana de Metais S.A. In: MINAS GERAIS. Caderno 1 - Diário do Executivo. Belo Horizonte, 2014a.

_____. **Lei Nº 21.147 - institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2014b.

Disponível em: almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=21147&ano=2014

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS. Ficha Técnica: Resistência e luta contra a instalação de projetos de mineração de ferro nas microrregiões de Grão Mogol e Salinas. Belo Horizonte, 2018.

Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/

PSDB. Antonio Anastasia assina protocolos para investimentos no Norte de MG. Belo Horizonte, 2014.

Disponível em: psdbmg.wordpress.com/2010/06/16/antonio-anastasia-assina-protocolos-para-investimentos-no-norte-de-mg/

RESISTÊNCIA CAMPONESA. Faleceu em Montes Claros Alvimar Ribeiro dos Santos. Notícia jornalística veiculada pelo portal eletrônico Resistência Camponesa no dia 20/08/2016.

Disponível em: resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/faleceu-em-montes-claros-alvimar-ribeiro-dos-santos/

REPÓRTER BRASIL. Geraizeiros do Vale das Cancelas. Notícia jornalística veiculada no portal eletrônico Repórter Brasil no dia 27/01/2018.

Disponível em: reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/geraizeiros-do-vale-das-cancelas/

RBJA. Carta política do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Belo Horizonte, 2014.

Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/09/Carta-Pol%C3%ADtica_RBJA.pdf

SENA, Alberto. Audiência Pública do IBAMA discute vinda da SAM para explorar minério. Coluna veiculada no blog Minas Livre. Grão Mogol, 2014.

Disponível em: minaslivre.net/site/index.php/84-alberto-senna/2902-grao-mogol-reune-1000-pessoas

SIQUEIRA, Luiz Paulo Guimarães. E aí governador, é água ou mineroduto? 2015.

Disponível em: viomundo.com.br/denuncias/em-minas-e-ai-governador-e-agua-ou-mineroduto.html

VOTORANTIM. Sobre a Votorantim Novos Negócios. Portal eletrônico. 2018.

Disponível em: votorantim.com.br/pt-br/negocios/novosnegocios/Paginas/novosNegocios.aspx

ANEXO

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Título da pesquisa: **Lutar com os pés no chão para continuar caminhando: uma Ecologia Política da megaminação de ferro no distrito do Vale das Cancelas (Grão Mogol/MG)**

Instituição promotora: **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Patrocinadores: **Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG)**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Pesquisador: **Gabriel Costa Ribeiro**

Atenção: Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1- Objetivo: Essa pesquisa tem como analisar como os desdobramentos observados no licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo influíram no processo de enraizamento local das resistências do Movimento Geraizeiro do Vale das Cancelas na luta pelo reconhecimento legal do seu território tradicional.

2- Metodologia/procedimentos: Pretende-se realizar visitas de campo no distrito do Vale das Cancelas para realização de entrevistas com geraizeiros, gestores públicos e entidades/ movimentos sociais com o objetivo registrar a partir da perspectiva dos atores locais como se deu a trajetória de resistência no licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo e no movimento de reivindicação do território tradicional geraizeiro. As informações obtidas serão transcritas e transformadas em relatos, que após selecionados serão novamente apresentados a quem relatou para consentimento de divulgação na dissertação de mestrado que defenderei. Por isso, se me permitir, gostaria de gravar nossa conversa.

3- Justificativa: Pretende-se colaborar com os processos políticos que interessam aos próprios sujeitos da pesquisa, de tornar suas lutas e identidades sociais visíveis e legitimadas, bem como trazer novos elementos empíricos e teórico-analíticos na discussão que envolve a mineração, os conflitos ambientais e as resistências locais.

4- Benefícios: O trabalho pretende ser um documento acadêmico capaz de narrar a trajetória de luta pelo reconhecimento legal dos geraizeiros do Vale das Cancelas como povos e comunidades tradicionais. Por isso, a sua participação é muito importante. Quando finalizado, o trabalho ficará disponível para qualquer que seja o uso dos moradores.

5- Desconfortos e riscos: A pesquisa não possui o objetivo de identificar informações pessoais, mas sim entender como ocorreram determinados processos e dinâmicas. Você não possui a obrigação de participar, podendo recusar ou desistir a qualquer momento.

6- Confidencialidade das informações: No momento da transcrição não haverá referência a seu nome. Será usado um nome fictício.

7- Compensação/indenização: Após a finalização e defesa do trabalho científico, o pesquisador se compromete a realizar uma oficina de devolução nas comunidades pesquisadas apresentando os resultados da dissertação de mestrado.

8- Consentimento: Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

Nome do participante

Assinatura do participante

Data

Nome do pesquisador

Assinatura do pesquisador

ENDEREÇO DO PESQUISADOR:

TELEFONE:

Instituto de Ciências Agrárias da UFMG

Avenida Universitária, 1000 - Universitário, Montes Claros - MG

Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território: www.ica.ufmg.br/mestradosat

E-mail: mestradosat@ica.ufmg.br